

A EDUCAÇÃO NA BAIXADA MARANHENSE

1822/1889

Maria de Lourdes Lauande Lacroix

FEV
200
1981/0

A EDUCAÇÃO NA BAIXADA MARANHENSE
1822/1889

Maria de Lourdes Lauande Lacroix

Dissertação submetida como requisi
to parcial para a obtenção do grau
de Mestre em Educação.

Circe Navarro Rivas
Orientadora

Rio de Janeiro
Fundação Getúlio Vargas
Instituto de Estudos Avançados em Educação
Departamento de Filosofia da Educação

1982

II

21

A Gilles, meu marido, presente em todas as horas,
inclusive nas de desânimo e vazio intelectual.

Aos queridos Mário, Armand e André,
como exemplo de força de vontade.

À memória de Mário Lauande, meu pai.

À minha mãe Eunice, pela assistência constante aos meus
filhos nas longas ausências que me exigiu este trabalho

Ao Pe. Gerard Cambon que despertou em mim a curiosidade e o interesse pela região estudada.

A minha amiga e orientadora Circe Navarro Rivas que, sentindo esse interesse, dispôs-se, prontamente, a me ajudar, especialmente nos momentos de maiores dificuldades.

Ao professor Newton Lins Buarque Sucupira, pela solicitude com que sempre procurou dirimir as minhas dúvidas, de um modo especial, com relação a fatos históricos.

A todos os entrevistados, que tão bem me receberam em suas casas ou locais de trabalho, aos titulares dos cartórios, paróquias e repartições dos diversos Municípios percorridos, à Diretora e funcionários do Arquivo Público do Maranhão.

A Maria Fernanda Viana Campos, pela colaboração no decifrar de muitos velhos manuscritos esmaecidos pelo tempo.

A Maria José Veloso das Eiras, pela boa vontade com que entendeu meus rascunhos e pelo carinho e esmero com que datilografou este trabalho.

Enfim, a todos que contribuíram, das mais variadas maneiras para o desenrolar desta pesquisa,

o meu muito obrigada

S U M Á R I O

| | |
|--|-----|
| INTRODUÇÃO | 02 |
| 1. RETROSPECTO HISTÓRICO | 07 |
| 2. ASPECTO ECONÔMICO DA BAIXADA MARANHENSE | |
| 2.1. Agricultura | 14 |
| 2.1.1. Agricultura de exportação | 17 |
| 2.1.2. Agricultura de subsistência | 22 |
| 2.2. Arte matufatureira | 23 |
| 2.3. O declínio econômico: | |
| uma consequência da Revolução Industrial | 25 |
| 3. O PROCESSO POLÍTICO NA BAIXADA MARANHENSE | |
| 3.1. A política de colonização | 30 |
| 3.2. As reformas político-administrativas depois de 1808.. | 32 |
| 3.3. As lideranças políticas depois de 1822 | 34 |
| 3.4. Resultantes de uma dependência | 40 |
| 4. ENFOQUE SÓCIO-CULTURAL | |
| 4.1. A sociedade colonial | 46 |
| 4.2. O contexto social no Império | 55 |
| 4.3. A Educação | 70 |
| 4.3.1. As primeiras escolas na Baixada Maranhense | 71 |
| 4.3.2. A educação sistematizada na Baixada Maranhense. | 76 |
| 4.3.3. O ensino dos ofícios | 94 |
| CONCLUSÃO | 103 |
| BIBLIOGRAFIA | 115 |
| ANEXOS | 132 |

R E S U M O

O presente trabalho visou acompanhar o processo educacional da Baixada Maranhense, na época imperial, ressaltando as relações existentes entre a educação, tanto sistematizada quanto assistematizada e os sistemas político e econômico vigorantes.

O estudo procurou compreender a influência da educação no crescimento e posterior declínio da região.

Os dados econômicos foram analisados, considerada a função exportadora da região que, como consequência do próprio sistema, dividiu a atividade rural em grande lavoura e lavoura de subsistência, ambas dependentes dos interesses maiores do mercado externo.

Os fatos históricos demonstraram a relação existente entre o enriquecimento dos fazendeiros e as lideranças políticas, locais e provinciais. Mostraram também que essas lideranças atuaram especialmente na conservação do status social daquela nobreza rural e não no direcionamento da política econômica a ponto de alterarem o curso do processo, uma vez que o mesmo foi determinado de fora para dentro.

Foi demonstrada como a influência externa, principalmente nas relações econômicas, se estendeu à educação, tornando-a um ensino estático e sem criatividade.

Observou-se que as soluções emanadas pelo Governo se localizaram a nível dos fenômenos, sem nunca terem atingido as raízes dos problemas educacionais e, por isso, não permitiram que a educação tivesse maior influência no destino da sociedade estudada.

R É S U M É

Dans ce travail on a voulu accompagner le processus éducationnel des Terres Basses du Maranhão, à l'époque impériale, montrant les relations existantes entre l'éducation, autant systématique que non systématique, et les systèmes politique et économique en vigueur.

On a cherché à comprendre l'influence de l'éducation dans la croissance et le postérieur déclin de la région.

Les données économiques ont été analysées, considérée la fonction exportatrice de la région qui, en conséquence du propre système, a divisé l'activité rurale en grande plantation et plantation de subsistance, toutes deux dépendantes des intérêts majeurs du marché externe.

Les faits historiques ont montré la relation entre l'enrichissement des propriétaires ruraux et le leadership politique, local et provincial.

Ils ont aussi montré que ce leadership a spécialement aidé à la conservation du statut social de cette noblesse rurale, sans pouvoir diriger le processus économique au point de le changer, vu que celui-ci a été déterminé de l'extérieur.

On a cherché à démontrer comment l'influence externe, principalement dans les relations économiques, s'est étendue à l'éducation en la rendant un enseignement statique et sans créativité.

On a observé que les solutions provenant du Gouvernement se sont localisées au niveau des phénomènes sans jamais atteindre les racines des problèmes éducationnels et, par ce fait, n'ont pas permis que l'éducation ait une plus grande influence dans les destinées de la société étudiée.

INTRODUÇÃO

"O Brasil surgiu do propósito
de gerar lucros exportáveis"

Darcy Ribeiro

Nesta frase, o autor do *Processo Civilizatório* deixou transparecer uma série de comprometimentos político-econômicos e culturais que iriam surgir da própria função exportadora do Brasil.

Para compreender esses comprometimentos que existiram entre Brasil e Portugal é necessário analisar as relações entre o sistema econômico e a organização política e social desde o início da colonização assim como as vinculações históricas no mercado mundial que obrigaram o Brasil a manter suas relações de dependência.

A noção de dependência que será utilizada nesse trabalho

"alude diretamente às condições de existência e funcionamento do sistema econômico e do sistema político, mostrando a vinculação entre ambos, tanto no que se refere ao plano interno dos países como ao externo." 1

Quanto à região enfocada, a sua dependência entre 1822 e 1889 não apareceu de modo uniforme, imutável. Ela adquiriu contornos diversos nas áreas econômica, política e social, assim como matizes diferenciados no próprio curso das transformações histórico-sociais.

Nesse contexto de relações dependentes, a educação será estruturada de maneira a constituir um instrumento reprodutor de outras relações de dependência que o processo histórico permite verificar uma vez que a forma de exploração dos produtos agrícolas regionais foi controlada pelo grupo dominante local que atendeu aos interesses maiores dos ricos países europeus.

O conjunto de relações entre Portugal e Maranhão se processou obedecendo à forma mercantilista* de colonização através de volumosa legislação ultramarina, com o objetivo principal de disciplinar as relações políticas e sobretudo econômicas entre Metrôpole e Colônia. As cartas Régias, Provisões, Alvarás, Regimentos, etc., demonstram de maneira nítida os objetivos da empresa colonizadora, levando à prática aquilo que, num plano abstrato, foi definido pelos teóricos de política mercantilista.

O capitalismo nascente na Europa Ocidental, impulsionado pela Revolução Industrial, não conseguiu desarticular as formas tradicionais de produção maranhense que, à época imperial, conservaram uma economia mercantil, determinante de funções exportadora e consumidora, além de uma economia natural, determinada, de subsistência no setor agrícola, artesanal e industrial, com tecnologia rudimentar. Nem podia ter sido diferente, uma vez que

"... o dinamismo nesse primeiro surto industrial na Inglaterra e na Europa Continental reforçou a conveniência de importar alimentos e matérias-primas dos países atualmente subdesenvolvidos." 2

* Mercantilismo é uma doutrina econômica elaborada nos séculos XVI e XVII, segundo a qual os metais preciosos constituíam a riqueza essencial de um Estado.

Para os mercantilistas, as Colônias existiam para fornecer matéria-prima e consumir, ao máximo, mercadorias da Metrôpole.

No Maranhão, a política mercantilista portuguesa procurou aprovisionar-se dos produtos tropicais disponíveis e, ao mesmo tempo, vender produtos de além-mar, resguardando sempre um saldo positivo.

Não houve diferença entre Colônia e Império: o processo de dependência continuou através da exportação de produtos agrícolas e da importação de produtos manufaturados. Dependência que pode ser confirmada se levarmos em consideração o processo maranhense de oscilação no volume dos negócios e que teve como causa as flutuações do preço de seus produtos no mercado internacional e a tendência histórica de deterioração das relações de troca.

O movimento concreto de circulação previsto na doutrina da balança favorável, em que os mercantilistas supunham " que os lucros se geram no processo de circulação das mercadorias, isto é, configuram vantagens em detrimento dos parceiros"³, foi a tônica em ambos os períodos enfocados; a organização latifundiária, maneira mais eficiente que a Coroa lusitana achou para o incentivo à exploração colonial, prevaleceu por todo o Império; compatível com a grande propriedade, instalou-se a monocultura, tanto no Maranhão colonial quanto no imperial, uma vez que em ambos os períodos da história a agricultura local girou em torno de um único objetivo: a produção de certos gêneros de grande valor comercial e que significaram avultados lucros. A figura do escravo, a princípio aborígine e depois negro africano, acompanhou todo o processo desde o século XVII até o XIX, sendo abolida apenas um ano e meio antes da queda de D. Pedro II. Essas características que dizem respeito à política econômico-social presente em ambas as formas de administração de nossa história, justificam a abrangência do estudo da Baixada Maranhense, com o mesmo tratamento, desde os primórdios até 1889, uma vez que a economia da região estudada vinculou-se ao mercado mundial sempre em termos "coloniais" e, por conseguinte, incontestavelmente dependente. As variações históricas verificadas nesses três séculos, as singularidades de cada momento histórico, foram esmaecidas e de pouco valor interpretativo em relação às características predominantes nesse espaço de tempo.

Embora a partir de 1822 o Brasil tenha engendrado uma independência política, não ocorreu paralelamente uma reforma estrutural capaz de revolucionar os métodos de produção, de modificar as estruturas e, conseqüentemente, de

promover o desenvolvimento econômico. Houve um processo de crescimento (quantitativo), que teve como resultado a modificação da estrutura de consumo.

"A expansão dos mercados permitia à minoria mais rica dos países periféricos adotar os mesmos padrões de consumo que prevaleciam no centro industrializado." 4

A dependência foi sentida inclusive em termos de força de trabalho: na fase em que os ricos centros europeus exploraram nossos produtos naturais foram escravizados os indígenas; quando houve interesse em lucros externos, reprimiu-se a escravidão nativa, que naquele momento representou circulação interna, substituindo-a pela mão-de-obra africana. Com as novas perspectivas inglesas de vender máquinas adequadas para a instalação de fábricas, essenciais para a transformação da massa escrava em assalariada e, conseqüentemente, consumidora de seus produtos manufaturados, se fez mister um processo abolicionista, presente no Brasil através de toda uma legislação. Daí porque, em pleno período da chamada "independência política", em 1850, o Governo imperial proibiu a aquisição do escravo adulto, imediatamente incorporado à produção, contando somente com as precárias taxas de sobrevivência e de reprodução da escravaria o que resultou em vertiginosa subida do preço do cativo africano.

O levantamento das atividades agropecuárias e suas implicações permitem mostrar o contexto regional apoiado na utilização da mão-de-obra escrava. Não houve transformação nas bases: o processo histórico se deu através de um progresso tecnológico lento, dentro das conveniências próprias da conjuntura mercantilista. Como disse Ianni: 5

* A primeira proibição à entrada de africanos no Brasil foi expedida em 1831; em 1850 efetivou-se a lei anterior; as leis do Ventre Livre, Sexagenários e a Lei Áurea demonstram o caminhar gradativo de um processo imposto de fora para dentro.

**Referida proibição se deu através da Lei Euzébio de Queiroz, de 4.09.1850.

"... foi o capital comercial que gerou as formações sociais construídas nas colônias do Novo Mundo, provocando dessa maneira uma intensa acumulação de capital nos países metropolitanos, em particular na Inglaterra."

O estudo das atividades econômicas foi realizado a partir da análise de documentos oficiais, almanaques e jornais da época, além da bibliografia local existente.

A análise histórica denunciará o transplante de uma organização político-administrativa metropolitana onerosa e improfícua para a Colônia e, no Império, mantenedora do estatuto social implantado. Os almanaques publicados na segunda metade do século passado foram fontes imprescindíveis para a comprovação da relação entre as lideranças econômicas e políticas atuantes naquele contexto.

A configuração sócio-cultural da Baixada Maranhense, em ambas as épocas enfocadas, foi fruto da consciência social que, por sua vez foi condicionada pelo modo de produção regional. Para certeza dessa afirmativa, além do recurso às fontes documentais, foram realizadas entrevistas com descendentes de famílias ilustres da região, como também com pessoas da massa, especialmente com alguns dos que, por herança dos seus ancestrais, se dedicam às artes e ofícios. Optou-se por entrevistas contínuas e informais em função dos entrevistados que, na maioria das vezes, mantiveram-se numa posição mais passiva, limitando-se a confirmar as colocações feitas. Para superar essa dificuldade, somente foi enunciado o tema, o que permitiu que o entrevistado discorresse livremente.

A Educação maranhense e particularmente da região estudada, contextualizada na sua estrutura sócio-cultural e econômico-política, mostrará suas peculiaridades e todo um reflexo de dependência em relação ao sistema europeu. Essa análise permitirá visualizar como a educação se estruturou no sistema e contribuiu para a manutenção desse mesmo sistema; como ela foi produzida e produziu; como teceu todo um complexo de regras que contribuíram para a manutenção do sis-

tema implantado, além de ser um dos veículos de sustentação que produziu uma série de valores que implementaram a situação reinante.

A partir da presente investigação, verificamos que no sistema de relações de dependência os choques e alianças foram sempre determinados ou suscitados pelo fator econômico; foi este que norteou a estrutura das relações internacionais refletindo, por conseguinte, na estrutura interna no que diz respeito a determinadas condições de produção. Nesse contexto, a educação também sofreu o reflexo da cultura européia, assumiu e incumbiu-se da sua reprodução no contexto regional.

1.

RETROSPECTO HISTÓRICO

A história econômica do Maranhão começou com os franceses que, além de fomentarem a agricultura natural articularam a exportação dos produtos da terra. A Baixada Maranhense foi incluída nessas relações, o que pode ser comprovado a partir da afirmativa de que os indígenas:

"...de Tapuitapera e de Cumã, falam a mesma língua, têm os mesmos costumes e com os quais podem os franceses negociar com segurança por serem amigos e aliados dos do Maranhão, seus semelhantes." 6

Claude d'Abbeville * ao registrar sua passagem pelo Maranhão, em 1612, referiu-se às terras de Tapuitapera e Cumã ** falando da existência de florestas, inclusive com pau-brasil, muito valorizado por possuir matéria corante empregada na tinturaria. A madeira foi um dos produtos extrativos muito visado pelo colonizador francês do século XVII em sua atividade exportadora, especialmente o pau-brasil que teve grande cotação no mercado europeu, oferecendo, assim, avultados lucros ao mercador. O tráfico da madeira foi intenso, representando tão-somente a destruição impiedosa e em grande escala de nossas florestas nativas.

Falou, também, o capuchinho de outras riquezas ⁷ que poderiam representar vantagens econômicas para a Coroa dos Bourbons.

O missionário observou que as condições climáticas e de solo do litoral Norte do Maranhão eram muito propícias ao cultivo da cana ⁸, dizendo que :

* Nosso primeiro cronista foi um dos capuchinhos que compôs a comitiva de La Ravardiére, em 1612, para fundar a França Equinocial.

** Principais aldeias da Baixada Maranhense no início da colonização.

"... se cuidassem do seu cultivo, tirariam grandes lucros, muito mais do que os espanhóis e portugueses da Ilha de Trindade, onde não têm outra indústria e carregam anualmente vários navios.

Os que exploram a terra do Maranhão sabem a que ponto é própria para o cultivo da cana-de-açúcar: seu rendimento é inestimável, muito maior que o dos espanhóis em Pernambuco, Potiú, São Domingos e outras possessões." 9

Mostrou-se fascinado pelo Maranhão, incluída a Baixada Maranhense que viu como um dos núcleos promissores para o maior desenvolvimento das atividades mercantis, imprescindíveis para o soerguimento das principais Coroas europeias. Embora fosse um homem de vocação religiosa e que compôs a comitiva de La Ravardière com a missão de "implantar entre os índios a Religião Católica, Apostólica e Romana" 10, mostrou-se bem imbuído do espírito mercantilista da época, olhando a França Equinocial mais como um grande potencial a ser explorado pelos Bourbons, não só pelas riquezas minerais, mas também de gêneros tropicais.

Falando da variedade de alimentos, pretendeu talvez mostrar que o colono francês não iria ter problemas de subsistência. Isto fortaleceria o propósito de solidificação francesa do Norte, embora aceitemos seu depoimento, quando falou das "fertilíssimas terras de Tapuitapera e Cumã" 11, ratificado por Viveiros que, ao descrever a derrota francesa para os portugueses, assim se expressou :

"... Por isso, na hora atribulada da derrota, quando o chefe vencido quer mostrar o valor de sua obra e sai com Diogo de Campos Moreno a percorrer o estabelecimento francês, leva-o na nau Regente a ver as terras de Tapuitapera, a mais rica jóia da conquista." 12

Com a fixação dos lusitanos, o trabalho incipiente mas já organizado* dos franceses foi paralisado, limitan

* Organizado no sentido da exportação de produtos naturais nos poucos navios que aqui vieram. A Colônia francesa não chegou a ter uma base econômica estável.

do-se aqueles à lavoura rudimentar da mandioca, do algodão e do tabaco, para suprirem as necessidades elementares de alimentação, vestuário e tabagismo.¹³

Padre Antônio Vieira resumiu muito bem a situação de penúria em que se encontrou o Maranhão até os últimos anos de século XVII. A produção da Capitania foi insignificante, e quase nenhum o seu comércio. As primeiras culturas limitaram-se a um pouco de arroz vermelho, mandioca, milho, verduras e alguns produtos coletados que mal deram para o consumo local. A pequena produção de algodão, fiada e reduzida a novelos e rolos de pano, foi usada como representativa da moeda e na vestimenta do colonos. A cultura da cana, talvez iniciada pelos portugueses e aumentada pelos holandeses, expandiu-se, a nível de subsistência com a volta do domínio lusitano. O comércio limitou-se à exportação de rolos de pano e insignificante quantidade de produtos agrícolas, em um único navio que vinha por ano.¹⁴

Esta foi, de modo geral, a vida econômica do Maranhão até a primeira metade do século XVIII, com uma economia regional incipiente, em termos mercantis, e de subsistência, esta última limitada ao setor primário, à caça, pesca, plantio itinerante nas terras firmes e nas várzeas, e uma rudimentar pecuária nos campos naturais.¹⁵

Na visão do jesuíta, toda a penúria, a condenação a uma eterna ruína, provieram da inexistência de atividade econômica multiplicadora de riqueza social, e a referida carência teve como principal causa a escassez crônica de mão-de-obra para a agricultura. Endossa-o Nunes Dias com a afirmativa de que "por falta de braços, o Maranhão vivia enfermo e faminto".¹⁶

Paralelamente ao problema de mão-de-obra, afirmou Viveiros existirem outros, tais como: a dificuldade de comunicação e de abastecimento de gêneros imprescindíveis e não existentes na Colônia; colonos com recursos materiais insignificantes ou nulos para fazer face a grandes empreendimentos agrícolas ou de outra qualquer ordem; luta

contra as dificuldades apresentadas pela natureza e pelos nativos; e, o mais grave, homens inescrupulosos * na chefia da Colônia, sempre em contradição com os missionários que, por sua vez, se mostraram tão gananciosos como os representantes d'El-Rei.¹⁷

Os autores acima procuraram justificar a carência da Colônia com elementos que, a nosso ver, foram unicamente instrumentos do sistema mercantilista que se agigantou por meio de suas contradições internas, contradições essas geradoras do subdesenvolvimento de regiões periféricas que, explorados em seus produtos econômicos, contribuíram para o constante desenvolvimento de centros metropolitanos, que indevidamente se apossaram dessas produções. Foi o que se passou no Maranhão: sua economia foi totalmente subordinada ao fornecimento de gêneros tropicais de grande valor econômico para o comércio europeu, mantendo paralelamente uma economia de subsistência, por representar o mínimo assegurado da vida da população que garantiu a produção dos gêneros exportáveis.

Estes estudiosos esqueceram que o importante é haver certa autonomia; ** a concepção de desenvolvimento de grande parte dos historiadores maranhenses se confundiu muito com a idéia de crescimento econômico, onde a produção se dirigiu para a exportação, promovendo, com isso a importação de produtos da Metrôpole, que a cultura europeia tornou imprescindíveis e impôs como bens necessários.

Em fins do século XVII, a Inglaterra, através da Companhia das Índias Orientais (1599), explorou o comércio do Oriente. Foi um mercantilismo comercialista que veio atingir plenamente seus objetivos em princípios do século XVIII. ***

* Além de virem esses homens imbuídos do espírito mercantilista de exploração da Colônia em benefício da Metrôpole, ainda locupletaram-se dos seus cargos para o enriquecimento próprio.

** Parece utópico falar de autonomia em um regime colonial, porém se levarmos em conta o exemplo norte-americano, em que o INGLÊS conduziu o processo colonizador com certa autonomia capaz de afastar aos poucos qualquer ingerência da Inglaterra, a ponto de a Metrôpole não ter podido retomar o controle colonial, então nos arvoramos a falar nesses termos.

*** Tratado de Utrecht, em 1713.

A supremacia marítima já era inglesa. Os mercantilistas defendiam o comércio exterior, o capitalismo comercial e sua política econômica foi assentada, também, na economia de fixação, reprodutiva de riqueza social, necessária à transformação, em futuro próximo, do capital comercial em capital industrial.

O valor da Baixada Maranhense, como o de qualquer outra comunidade colonial, consistiu em ser, agora em meados do século XVIII, tanto exportadora de matéria-prima, quanto, também, consumidora dos produtos manufaturados ingleses.

O fortalecimento das relações comerciais entre a Baixada Maranhense e o Velho Mundo foi consequência do capitalismo industrial que se iniciou na Europa de 1760 e que veio tomar corpo no século XIX, sistema econômico este que inaugurou nova fase na partilha política e econômica ocidental.

A restauração da Coroa portuguesa, em dezembro de 1640, deu início a um período de profunda instabilidade econômica ao país. Problemas internos¹⁸ associados a fatores externos¹⁹ levaram Portugal a ser tragado pelo capitalismo comercial inglês que predominou, inclusive, sobre o tráfico atlântico, prevalecendo nos portos da colônia portuguesa na América, de onde tirou vantajoso proveito, uma vez que os produtos tropicais disponíveis representaram grandes lucros. O tratado entre as duas nações*, em que os lusitanos concordaram em desestimular sua indústria têxtil em favor dos britânicos, que tinham o monopólio do produto e o domínio do comércio interno e externo, reduziu Portugal a simples exportador de vinho. Este foi um dos documentos legais que contribuiu para a manutenção da fraca economia bragantina.

No reinado de D. João V,²⁰ houve certa possibilidade de soerguimento da economia portuguesa, porém os desmandos do monarca, somados à astúcia da Inglaterra, não

* Tratado de Methwen, celebrado entre a Inglaterra e Portugal a 27 de dezembro de 1703.

permitiram que a política econômica portuguesa de transporte passasse a uma política de fixação. Como bem disse Bento Carqueja, Portugal era "um crivo através do qual passavam imensas riquezas sem deixarem signal."²¹

Os fatos históricos mostram como toda uma engrenagem político-econômica externa reduz um país à miséria, "no meio de suas próprias riquezas".²² Percebe-se, vez por outra, a intenção da realeza em se fazer exclusiva no comércio colonial, impedindo a saída do ouro para outra Coroa.* O cetro português foi frágil para tornar exequíveis tais determinações.

As decisões internas de países fracos geralmente não podem ser postas em prática quando vêm de encontro a interesses externos mais poderosos. Foi o caso de Portugal que se viu pontilhado de contradições de toda ordem. Os Tratados, enquanto afortunavam a classe mercantil inglesa, arruinavam os burgueses conterrâneos. O ouro brasileiro ironicamente veio contribuir para mais dinamizar o capitalismo moderno, o que favoreceu a Inglaterra em detrimento do próprio Portugal.**

Em 1750, nesse panorama caótico, morreu o Monarca, subindo ao trono português seu filho D. José que, pretendendo promover uma mudança radical na política portuguesa, chamou José de Carvalho e Melo, Marquês de Pombal, para dirigir a Secretaria dos Negócios do Reino.

O enérgico Marquês conheceu a situação e as razões do subdesenvolvimento português, dizendo em carta:²³

* Em alvará de 01.1711 foi proibido navio estrangeiro não incorporado às frotas do reino; em alvará de 03.1736 proibiu-se virem mais navios dos que os fixados para cada ano; outra proibição: a de não sair do Brasil para as ilhas Madeira, Terceira e S. Miguel ouro em pó, barra, folheta ou em peças, nem diamantes ou pedras preciosas.

** Embora Portugal tivesse o monopólio do vinho, os outros artigos importados (especialmente trigo e fazendas) suplantavam de muito suas divisas, e o equilíbrio foi mantido às custas do ouro do Brasil.

" A monarquia portuguesa estava no último suspiro. Os ingleses mantinham solidamente a Nação em um estado de dependência. Eles a tinham conquistado sem os inconvenientes de uma conquista... Portugal era impotente e sem vigor, e todas as suas atividades eram regidas pelos desejos da Inglaterra... em 1754 Portugal não produzia praticamente nada que respondesse às suas próprias necessidades. Os dois terços dos bens necessários eram fornecidos pela Inglaterra, que se tinha tornado a senhora do comércio português inteiro, e o conjunto dos negócios desse país passava pelas mãos de seus agentes. Os ingleses eram fornecedores e revendedores de todos os bens necessários à vida do país. Tendo um monopólio sobre tudo, não tinha nada que lhes escapasse... Os ingleses até vieram a Lisboa a fim de monopolizar o comércio do Brasil. As cargas dos navios que se destinavam ao Brasil (e, em consequência, as riquezas que voltavam de lá) lhes pertenciam inteiramente... Esses estrangeiros, tendo adquirido imensas fortunas, desapareceram subitamente, levando consigo as riquezas do país."

Reconhecida a dependência, pretendeu o Ministro libertar a economia portuguesa das sujeições impostas pelo capitalismo estrangeiro e, para isso, rompeu toda uma flácida estrutura da Coroa, criando um Estado forte, com governo autocrático. Além de outras, e como medida de ordem econômica, tratou de apoiar a Criação de Companhias monopolizadoras, * fomentistas da agricultura, indústria e comércio ultramarino. ** O Norte foi dinamizado pela atuação da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, que respondeu aos anseios da política pombalina de competição ao mercantilismo inglês, promovendo excedentes agrícolas exportados para o Reino por mais ou menos um século. ***

* No Brasil, atuaram as Companhias do Grão-Pará e Maranhão, de Pernambuco e da Paraíba.

** Embora formadas de capital particular, aquelas companhias gozaram de muitos privilégios e regalias, em decorrência de serem aliadas à Coroa na luta contra os missionários e mercadores que açambarcavam o patrimônio colonial português.

***A Companhia foi criada em 1755 e extinta em 1778. Esses vinte e três anos de duração impulsionaram a produção maranhense que se prolongou até os fins do século XIX.

Essa curta participação do Maranhão no comércio exterior deveu-se às raízes de sua história econômica: seu crescimento econômico foi promovido POR e PARA fora; enquanto durou o sistema escravista, faltou mercado interno expressivo; a resposta à exigência de uma função exportadora conservou o modelo monocultor e, por fim, a quase totalidade da renda gerada saiu do Estado, ficando ele sem grandes possibilidades para uma diversificação em sua economia e para a criação de uma infra-estrutura social.

2. ASPECTO ECONÔMICO DA BAIXADA MARANHENSE:

COLÔNIA/IMPÉRIO

2.1 - AGRICULTURA

A economia da Baixada Maranhense, seguindo a vivida por todo o resto da América Portuguesa desde sua história colonial, e continuada por todo o período imperial, caracterizou-se pela cisão das atividades agrícolas. De um lado, a monocultura, grande lavoura com objetivo exportador, determinante de todo um contexto político-social. Do outro, a pequena lavoura, diversificada, determinada e condicionada aos interesses dos grandes latifundiários.

Tanto a agricultura de exportação quanto a de subsistência se caracterizaram por ínfimo nível tecnológico. Mesmo na fase de maior crescimento em que o Maranhão figurou como grande exportador, não foram usadas mais que as técnicas rudimentares conhecidas nos primórdios de sua colonização. Uma ou outra melhoria não significou um desenvolvimento agrícola qualitativo.

A maneira destrutiva das reservas florestais através das queimadas para o preparo das roças e da derruba das árvores para fins diversos, inclusive para o fornecimento de lenha como combustível dos engenhos, trouxe efeitos desastrosos. Paralelamente a esse processo ani-

quilador, houve uma total indiferença quanto à conservação do solo. Não temos notícias do uso de nenhuma matéria orgânica, estrume de gado, farinha de osso ou outro qualquer elemento que adubasse a terra. Não existe nenhum vestígio de trabalhos de irrigação por ocasião das secas ou drenagem das águas que enchiam os campos na época invernosa, embora fossem verificados anualmente os grandes prejuízos trazidos pelas enchentes, no inverno, e os graves problemas com as secas, no verão. César Marques, acompanhando os prejuízos que os criadores de gado sofriam anualmente, referiu-se a Anajatuba nos anos 1863/64 :

"...Tal estado tão triste desa
pareceria, se o governo mandasse cons
truir seis grandes açudes para guar -
dar ou depositar água". 24

A história nos aponta as conseqüências disto : um desenvolvimento agrícola quantitativo e de curta duração.

O sistema, a nível de alta produção, gerou contradições que impediram o desenvolvimento qualitativo, haja vista a necessidade imediata de exportar e, em decorrência disto, o pouco interesse em melhorar a modernização.

Assim, o próprio sistema econômico repeliu a modernização. A urgência constante em plantar para atender às exigências externas impediu um desenvolvimento qualitativo tanto na esfera tecnológica quanto na melhoria da qualidade do próprio produto. O lavrador com mão-de-obra escrava disponível não se interessou pelo trabalho livre ²⁵ e muito menos em grandes investimentos, em máquinas, técnicas ou novos métodos. O milho foi da pior espécie. Até princípios do século XIX só foi plantada uma única espécie de cana. ²⁶ O arroz vermelho só foi substituído pelo de Carolina pela altura de 1766. A pecuária não foi exceção, e pode-se comprovar tal afirmativa a partir do seguinte texto: ²⁷

"...Aí existem muitas fazendas de gado vacum,avaliando-se a totalida de destes animais em mais de 30.000 cabeças,sendo desleixo para sentir-se que ninguém cuidasse da uberdade do terreno para tratar dos melhoramentos da raça deste gado, que de dia para dia vai apresentando diminuição no tamanho e no peso."

As indústrias complementares da agricultura não escaparam ao nível rudimentar que caracterizou a atividade agrícola em ambos os períodos estudados. A imprecisão das fontes primárias a que tivemos acesso não permitiu verificar entre os 123 engenhos existentes na região por volta de 1861,quais os a vapor, movidos por animais ou por força hidráulica,embora a partir do registro feito por César Marques possamos afirmar que os engenhos a vapor foram muito poucos em relação aos dois últimos.²⁸ Isto mostra que a indústria açucareira da Baixada Maranhense atravessou os períodos colonial e imperial de maneira rudimentar.

Não foi somente nos engenhos de açúcar que ficou demonstrada a resistência dos senhores à moderniza - ção. O beneficiamento do arroz e do algodão também não acompanhou o progresso verificado em outras colônias produtoras dos mesmos gêneros.

Causa admiração saber que outras colônias es- cravistas e de função exportadora atingiram certo grau tecnológico que a região enfocada não conseguiu alcançar.*

A nosso ver, a causa fundamental para a conservação de métodos obsoletos no Maranhão, especificamente na Baixada Maranhense, foi a falta de grandes capitais para novos investimentos. No Maranhão e, conseqüentemente na Baixada Maranhense, as primeiras ajudas foram dadas

* Cuba foi um exemplo.Sua maior proximidade dos grandes centros con-sumidores,especificamente os EEUU,o que barateava o custo do açú- car exportado,e a maior fertilidade do seu solo,em comparação com a do litoral brasileiro foram fatores que concorreram para a desi- gualdade de desenvolvimento tecnológico verificado entre aquela colônia e as da América portuguesa.

pela Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, organização mercantil incentivada por Pombal, com o objetivo imediato de lucro para Portugal, que garantiu apenas a compra antecipada da colheita e a venda de implementos e mão-de-obra, das quais tiraram mais lucros ainda. Não foi o capital propulsor das primeiras plantações: foi o incentivo ao cultivo de gêneros que viriam favorecer a economia metropolitana. Em resumo, o senhor lavrador da Baixada resistiu até quanto pôde à modernização, tanto devido à mentalidade tradicional moldada pela própria economia mercantil implantada, quanto, e especialmente, por dispor de limitado capital para os novos investimentos lançados pela agora Europa industrial, capitalista propriamente dita.

2.1.1 AGRICULTURA DE EXPORTAÇÃO

O arroz foi um dos primeiros produtos exportados pela Baixada Maranhense. Até meados do século XVIII, foi plantado apenas para atender as necessidades da população local, tanto por falta de braços para o trabalho agrícola, quanto pela pouca aceitação do arroz vermelho* em Lisboa e demais centros consumidores do mercado europeu que preferiam o branco de Veneza, Gênova e sobretudo o de Carolina..

Em 1766, a Companhia Geral de Comércio distribuiu sementes do arroz branco que logo foi plantado nos campos da Baixada e no vale do Itapecuru. Com isso, o Maranhão passou a ser um dos grandes exportadores do produto nas últimas décadas daquele século.²⁹

Apesar das deficiências incluídas pelo próprio sistema**, o nosso cereal conseguiu grande aceitação no

* Única espécie de arroz cultivado, produto talvez nativo e de fácil fecundidade.

**O latifúndio, a escravidão e a monocultura foram ao mesmo tempo causas internas e consequências do sistema imposto de fora para dentro, e que não comportou maiores progressos no modo de produção colonial.

mercado internacional.

Problemas internos, tais como os de natureza climatológica ou o processo rudimentar de produção, às vezes não são os mais sérios nem os únicos determinantes no crescimento de uma região dependente. Ameaçam muito mais, os processos políticos, econômicos ou sociais do exterior que, numa imposição de fora para dentro, determinam as curvas ascendentes ou descendentes na exportação. Esses problemas e dificuldades locais enfrentados pelo agricultor maranhense não promoveram a diminuição considerável da exportação a não ser depois da guerra de independência norte-americana. As grandes possibilidades de expansão da agricultura maranhense, as amplas perspectivas em termos de exportação dos produtos tropicais ocorreram em decorrência de processos econômico-políticos europeus ou norteamericanos. Essas injunções foram as responsáveis pelas condições propícias para o crescimento e capitalização necessários ao exportador maranhense de arroz. Nos mapas de 1767 a 1797,³⁰ o arroz figurou entre os produtos mais exportados pelo Maranhão. Porém foi curta a sua história, uma vez que em 1830 já não constou dos produtos representativos da economia maranhense. Em 1857, Alcântara e Viana só conseguiram exportar 30.000 alqueires,³¹ e as outras localidades da Baixada que costumavam cultivá-lo nem foram relacionadas no rol dos produtores, o que nos leva a crer que seu plantio limitou-se ao consumo local. O relatório de Augusto Olímpio Gomes de Castro, de 1874, o relacionou entre os produtos que "plantam para o consumo dos estabelecimentos"³², e essa situação prevaleceu até o fim do Império.

O algodão foi o produto agrícola que mais significou na economia exportadora da região enfocada.

Até a primeira metade do século XVIII, aludida fibra só figurou em âmbito regional, ou em exportações ocasionais e em pequena quantidade. Sem mercado consumidor

externo não houve estímulo maior e, nessas circunstâncias, sua ascensão foi mínima, no que se refere ao volume de produção.

Num pressentimento à próxima conjuntura favorável ao produto* a Companhia Geral de Comércio, desde 1756, encorajou os lavradores, introduzindo a mão-de-obra africana, adiantando numerário e assegurando o escoamento dos produtos através do transporte intercontinental por via atlântica. Em 06.01.1757, estava liberada sua exportação. Os progressos técnicos na indústria têxtil inglesa, dos fins do século, tornaram quase ilimitado o aproveitamento do algodão, vindo ele a se tornar mercadoria de grande importância no mercado internacional. O Maranhão respondeu a essa solicitação com o aumento considerável da produção algodoeira, compreendida a Baixada Maranhense que experimentou, entre 1760 e 1865, uma fase de crescimento sem paralelo.

Nossos fazendeiros não perceberam que a ascensão rápida e momentânea do produto fora ocasionada por fatores externos, incluída a instabilidade política e social dos Estados Unidos.

Com a normalização político-econômica norte-americana, houve diminuição da procura e uma constante baixa de preço,** imposta pelo mercado externo. Essas circunstâncias, associadas ao custo crescente do escravo africano*** fizeram arrefecer o interesse pelo algodão, o que resultou em parte dos fazendeiros emigrar para São Luís e parte, intensificar o cultivo da cana, investindo grandes somas nos seus engenhos.

* Onze anos depois (1767) dos primeiros incentivos à plantação do algodão dados pela Companhia, foi lançada a roda de fiar ("spinning jenny") na Inglaterra, passo inicial para a produção têxtil em grande escala.

**Relatórios de Presidentes da Província dessa época registraram a crescente exportação, sem contudo aumento da receita da Província em virtude da queda de preço.

***Desde o cumprimento da ordem de cessação do tráfico, em 1850, e a crescente demanda do Centro-Sul (ciclo cafeeiro), foi subindo o preço do escravo, chegando a mais de 1:500\$000, valor avultadíssimo se levarmos em conta a avaliação média de uma gleba de terra de 1 légua por 3, por 500\$000.

Em 1888, José Bento de Araújo³³ referiu-se a um aumento de produção dos principais gêneros - algodão e açúcar - porém advertiu que esse aumento não representou melhoria em termos de orçamento provincial, haja vista seu ínfimo valor. Retraído do comércio exterior, grande parte dos proprietários rurais vendeu suas fazendas até por 10% do seu valor, investindo o que restou em fábricas, especialmente de fiação e tecidos de algodão.³⁴

A hecatombe econômica completou-se com a tentativa de transformação do Maranhão agrícola em Maranhão industrial, e isto ocorreu na última década do século passado. O algodão que saía começou a ser utilizado nas indústrias têxteis locais que, anêmicas de começo, não dispunham de possibilidade de compra do produto por um preço vantajoso aos lavradores. A essas alturas, a Baixada não pôde manter sua condição de grande fornecedora do produto, tomando a liderança o vale do Itapecuru, especialmente Caxias, importante centro de produção algodoeira.³⁵

Bandeira Tribuzi resumiu a história do algodão maranhense em uma apreciação muito sintética, mas que oferece a idéia perfeita do que foi o ciclo algodoeiro na Província, quando disse:³⁶

"E o florescimento algodoeiro canalizou para Portugal volume considerável de rendas no Maranhão, deixando, apenas, a marca arquitetônica apreciável, mas economicamente pouco significativa, da área colonial de São Luís e Alcântara."

O Maranhão não participou do ciclo brasileiro do açúcar. Sua atividade principal àquela época foi o algodão. Com a abertura dos portos brasileiros às nações amigas em 1808, afluíram navios portugueses, ingleses, franceses e americanos ao porto de São Luís, e essa concorrência, além de conservar a curva ascendente do algodão, promoveu, também, o interesse dos lavradores pelo

açúcar, resultando, obviamente, certo incentivo à cultura da cana. Mais uma vez a oscilação do comércio exportador maranhense reagiu a fatores externos. Pequeno progresso foi verificado na indústria açucareira, conseguindo os lavradores uma média de produção anual de 417 arrobas, no decênio 1812/1821.³⁷

Em 1846, o Presidente da Província* adotou, entre as metas do seu governo, o desenvolvimento da lavoura, especialmente da cana-de-açúcar, incentivando o seu plantio através de legislações,³⁸ propaganda pelos jornais³⁹ e distribuição gratuita de mudas de cana de melhor qualidade, vindas de Caiena. Como resposta à iniciativa governamental, a produção foi crescendo e, em 1860 o Maranhão exportou 100.000 sacas, atingindo o seu climax no decênio 1873/1883.

Enquanto a Europa e os Estados Unidos consumiam açúcar de cana, nossa exportação prevaleceu; quando passaram a ser fornecedores de açúcar de beterraba, a crise nos países produtores de cana foi geral. No Maranhão, cerca de 70% dos engenhos de cana foram desativados, não podendo os governos provincial e imperial evitar a linha vertiginosamente descendente da economia maranhense, e com isso:⁴⁰

" Poucos ficaram, uns enfrentando a crise para sucumbirem mais a diante, como o dono do engenho Tijuca; outros assistindo estoicamente à derrocada da sua fortuna, como o proprietário do engenho Aracanga, que nem desencanaixotou os aparelhos chegados da França."

* O titular do governo, Joaquim Franco de Sá, foi membro de opulenta família alcantareense, cuja fortuna de assentou na agricultura. Depois do mandato de Presidente, foi eleito Senador e como tal controlou a política maranhense até a sua morte, em 1851.

2.1.2 - AGRICULTURA DE SUBSISTÊNCIA

- A Baixada Maranhense, agrícola e escrovacrata, além de cultivar os produtos que a posicionaram como região exportadora, manteve uma atividade acessória diferente e à parte da grande lavoura, que garantiu os meios de subsistência da população produtora daquela economia de exportação.

Longe de constituir uma exploração rural praticada em grandes núcleos produtores, com organização de trabalho efetuada por mão-de-obra suficiente para grandes realizações, essas culturas próprias e especializadas de gêneros alimentares destinados ao consumo interno da região, caracterizaram-se como um setor subsidiário da economia regional, dependente dela, com baixo nível econômico "quase sempre vegetativo e de existência precária".⁴¹ Contudo, esses produtos constaram esporadicamente no quadro de exportações, com insignificante valor econômico.*

Essa economia natural teve papel importante dentro da própria fazenda, pois garantiu a auto-subsistência da unidade produtora.⁴² Mandioca, milho, feijão, café, tubérculos, tabaco e frutas praticamente alimentaram a excrevária. A partir de uma necessidade estrutural, o próprio senhor promoveu referidas plantações empregando o mesmo negro cativo que se ocupou da lavoura principal em suas horas de folga ou, às vezes, foram feitas por iniciativa do próprio escravo nos dias de domingo ou em mais um dia útil, "conforme a generosidade do senhor"⁴³, que provinha, de fato, de uma necessidade. Desse modo, essa lavoura variada foi encampada pela fazenda como parte integrante do seu organismo.

* Gaioso, no seu *Compêndio Histórico Político dos princípios da lavoura do Maranhão* relacionou, nos mapas nº II e 3 (sic), vários produtos de consumo local que foram exportados no ano de 1783 para Lisboa em mínimas proporções em relação ao arroz e algodão saídos nos mesmos navios.

Fora dos campos das grandes propriedades, essa lavoura diversificada foi feita em roças ou sítios, por pequenos proprietários ou agregados, geralmente sem a ajuda de escravos ou assalariados. Mesmo praticada fora das fazendas, ela se mostrou sempre dependente da grande lavoura, uma vez que esses pequenos proprietários e agregados também se ocupavam com os produtos "mais importantes" nas fases de maior aquecimento na exportação. Quando arrefecia a atividade exportadora, negros e livres intensificavam o plantio dos gêneros alimentícios de consumo interno. A carência ou fartura sempre dependeram da conjuntura de alta ou de baixa de preço dos produtos exportáveis, o que mostra que até a alimentação das comunidades foi, na Baixada Maranhense, função subsidiária da exportação.

2.2 - ARTE MANUFATUREIRA

Algumas das localidades da Baixada tiveram, desde o Maranhão-colônia, especialidades em matéria manufatureira que garantiram certa tradição e ficaram famosas no âmbito provincial.^{*} Embora essas comunidades se tenham notabilizado por suas produções caseiras ou artesanais, não constituíram atividades autônomas na maioria das vezes existindo em função das necessidades dos engenhos e fazendas.^{**} Esse fato, porém, não tirou sua característica de função particular com peculiaridades próprias de cada profissão, e em muitas ocasiões constituiu cada uma dessas profissões uma categoria à parte e individualizada no seio da comunidade onde existiu.

* 'Alcântara foi famosa pelas suas rendas "amor-em-pedaços", seus labirintos, traças, etc." Depoimento de Inah Pereira, descendente dos Franco de Sá, de Alcântara, e dos Pereira, de São Bento.

"As mulheres de São Bento ainda tecem finas redes à mão com os mais variados modelos, monogramas, varandas de labirinto, conforme o gosto de quem as encomenda". Depoimento de Rosa de Lima Viegas Dias, neta de senhor de engenho de São Bento.

** O Almanack do Maranhão, de 1862 contém o número de pessoas dedicadas às "Artes e Ofícios". Os municípios com maior número de fazendas produtoras de gêneros exportáveis tiveram o maior número desses profissionais, o que demonstra toda a infraestrutura exigida por cada latifúndio e que se conservou autônomo por todo o período imperial.

O sistema escravista não incentivou qualquer evolução em matéria tecnológica* assim como não promoveu a reprodução de muitas técnicas usadas e que hoje são ignoradas. Na época imperial, devido a maiores exigências nas fazendas, engenhos e sociedades em geral a produção manufatureira tomou maior vulto em termos quantitativos.

A sociedade escravista também adotou certas normas, no que diz respeito às profissões, convencendo-se que: aos brancos ricos ficariam as funções intelectuais de advogado, médico, engenheiro, etc., e aos pobres livres, escravos pretos ou mulatos, as tarefas braçais de armadores, carpina, ferreiro, funileiro, marceneiro, sapateiro, tanoeiro, barbeiro, penteiro, alfaiate, ourives, etc. Por esses últimos e sem grandes avanços tecnológicos foram executadas as tarefas da arte manufatureira** na Baixada Maranhense em ambos os períodos históricos estudados, revelando aquela maneira empírica de executar as artes e ofícios, o caráter de uma economia, sua natureza e organização.

* Certas técnicas trazidas por marceneiros e ourives portugueses não se passaram para os meninos e adolescentes da época, em virtude de os mestres terem escravos como auxiliares, limitando-se estes últimos a executar as tarefas, como simples macacos a repetir o que viam, sem contudo saber o porquê daquelas práticas.

** Preferimos usar o termo arte manufatureira em vez de industrial por incluir esse último a produção em grande escala e o objetivo de lucro, características muitas vezes não encontradas naquele tipo de produção.

2.3 O DECLÍNIO ECONÔMICO: UMA CONSEQUÊNCIA DA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL

A partir do levantamento do que foi cultivado, de que modo e para que o fizeram, pudemos delinear duas classes econômicas distintas: a aristocracia rural, minoria detentora do poder econômico, cujo principal objetivo foi o de manter o estatuto da terra, ou seja, o controle da vida comunitária da época, o sistema escravista e conseqüente preservação do mecanismo que garantiu a exploração do seu subordinado e a massa trabalhadora, grande maioria espoliada, sem opções, recebendo sempre as ordens do que, como e para que trabalhar.

A monocultura, o latifúndio, as técnicas rudimentares empregadas, a falta de irrigação e de drenagem, de vias de comunicação para mais fácil escoamento dos produtos, a dependência das restrições do mercado externo, etc., foram fatores que contribuíram para a derrocada econômica da região, porém outras circunstâncias externas foram decisivas para a "morte dos barões". O sistema capitalista já se encontrava em sua plenitude na Europa, com a substituição do capital comercial pelo industrial. ^{**} A Inglaterra, na liderança do processo econômico mundial, deu outro rumo à política econômica, isto em decorrência de novas necessidades emergentes no mundo capitalista. Naquele momento, além de matéria-prima, se fez necessário um grande mercado consumidor capaz de absorver as máquinas, imprescindíveis para a instalação das novas fábricas ^{***} e os demais artigos que a indústria britânica passou a produzir em grande escala. Deflagrado esse novo interesse, trataram os ingleses de consumir o plano abolicionista, transformando a massa escrava em assalariada, consumidora dos produtos manufaturados.

* Na massa trabalhadora estão incluídos os escravos e toda a gente pobre que se engajou nas atividades agropecuárias da Baixada Maranhense.

** O capital judeu e dos banqueiros holandeses já havia se retraído do mercado internacional.

*** Não houve interesse somente em vender máquinas pesadas, pois a clientela compradora seria limitada e a mercadoria vendida para uso permanente.

A aristocracia alcantarense percebeu, segundo discursos de parlamentares da época,⁴⁴ que a desintegração do sistema escravista preconizava sua queda, uma vez que todo o capital disponível tinha sido aplicado na compra de braços para a lavoura, * não restando agora grandes capitais que pudessem ser remanejados para atividades industriais, sendo impossível uma substituição repentina de um modo de produção por outro. Diante do impasse, o grupo dominante não teve outra opção: esperou pacientemente o 13 de maio e, em atitude conformista, a maioria dos senhores vendeu suas fazendas e engenhos com prejuízo até de 90% do seu valor⁴⁵, fixando-se na Capital ou em outras Províncias, exercendo atividades burocráticas ou passando a viver como profissionais liberais. Pequeno grupo se lançou à indústria.

A depressão econômica tolheu, de modo geral, os proprietários rurais à mudança para outro tipo de negócio.

São Paulo e o Maranhão foram as Províncias mais arraigadas ao sistema escravista que, por sua vez, foi envolvido e envolveu todo o resto da engrenagem econômica até 1888. Aquela Província, devido às grandes somas que seus aristocratas investiram na compra de negros cativos para garantirem a intensa atividade agrícola que respondeu à demanda internacional do café. Paradoxalmente, o Maranhão assumiu a mesma atividade conservadora devido a estagnação de suas atividades agrícolas, em consequência do desaquecimento do comércio externo dos produtos por ele cultivados. **

Tais circunstâncias propiciaram no Maranhão, a conservação dos preconceitos sociais que, em última instância, também favoreceram o desencorajamento dos lavradores no remanejamento de suas atividades para outras áreas de ação.

* Segundo o censo de 1872, o Maranhão foi uma das Províncias que mais investiu na escravaria.

** Em fins do século passado, o algodão e o açúcar maranhenses já tinham sido substituídos no mercado de exportação pelo café do Centro-Sul.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 . Cardoso & Faletto. Dependência e desenvolvimento na América Latina, 4. ed., 1977, p.27
- 2 . Armin Ritz, "Fenômenos de dependência na economia baiana". In. Cadernos do CEAS, nº 22, dez, 1972, p.20
 "O consumo dos produtos industriais aumenta muito mais rapidamente do que o dos alimentos e matérias-primas, o que explica a deterioração permanente das relações de troca nos países que exportam tais produtos".
- 3 . Fernando Novais. Portugal e o Brasil na crise do antigo sistema colonial:1777/1808, 1979, p. 61.
- 4 . Armin Ritz, op. cit. p. 20.
- 5 . Octavio Ianni. Escravidão e Racismo, 1978, p.3.
- 6 . Claude d'Abbeville. História da Missão dos Padres Capuchinhos na Ilha do Maranhão e terras circunvizinhas. Trad. de Sergio Milliet, 1945, p.151.
- 7 . Dentre os produtos agrícolas bem aceitos no comércio europeu, o capuchinho relacionou o urucu, a pimenta, o bálsamo e o tabaco, este último muito solicitado, tendo alcançado bom preço na França, Flandres e na Inglaterra. Entre os minerais, falou da pedra-bazar, do jaspe verde, pedras preciosas e pérolas. Idem p. 162.
- 8 . O açúcar foi um produto muito cobiçado na Europa seiscentista. Caio Prado Jr., História Econômica do Brasil, 1972, p. 20.
- 9 . Abbeville, op. cit. p. 162.
10. Quando se referiu ao rio Cumã, falou da fertilidade de suas margens "capazes de fornecer grande produção agrícola", o que mostra o objetivo principal da colonização. Idem, pp 161/162.
11. Idem, idem, p. 151.
12. Viveiros, Alcântara, 1950, p.5, baseado na "Jornada do Maranhão", In "Memórias para a História do extinto Estado do Maranhão", compiladas por Cândido Mendes de Almeida, 2º vol. 251.
13. Nunes Dias. A Companhia de comércio do Grão-Pará e Maranhão , 1º vol. pp. 174 e 177.
14. Padre Antônio Vieira. In. Viveiros, Alcântara, p. 10.
15. Nunes Dias, op. cit. 1º vol, p. 161
16. Idem, idem, p. 169.
17. Viveiros. História do comércio do Maranhão, 1º vol. p. 29.
18. Tesouro arruinado, Marinha e Exército desfalcados, mercado desorganizado, o tráfico afro-asiático praticamente interrompido, a Corte mantendo-se a custa de vultosos financiamentos, concessões e outros favores catastróficos para a receita pública, etc Nunes Dias, op. cit. 1º vol. p. 121.

- 19 - Inglaterra e França, devido à proteção dada por ocasião da Restauração, cobraram sua ajuda por meio de Tratados que selaram a sorte dependente de Portugal. Nunes Dias, op. cit., 1º vol. p. 122.
- 20 - Seu reinado foi de 1706/1750, época afortunada, devido à fabulosa riqueza de ouro e diamante vindos das minas do Brasil. Com esta seiva aurífera, a Corte experimentou um fausto incabido. Nunes Dias, op. cit. 1º vol. p. 131.
- 21 - Bento Carqueja. O Capitalismo Moderno e as suas origens em Portugal, p. 131.
- 22 - Nunes Dias, op. cit. 1º vol. p. 134.
- 23 - Alain Manchester, Reminiscência Inglesa no Brasil, p. 49.
- 24 - César Marques, op. cit. p. 82.
- 25 - Em número muito reduzido para as funções especializadas ou de direção nos engenhos. Escravos libertos também ocuparam cargos como de feitores, mestres purgadores, caixeiros, etc. Caio Prado Jr. História Econômica do Brasil, p. 38.
- 26 - A cana do Taiti passou para o Brasil, via Guiana, em 1790 e 1803. Caio Prado Jr. História Econômica do Brasil, p. 89.
- 27 - César Marques, op. cit. p. 565.
- 28 - Segundo César Marques, somente em Alcântara houve um engenho a vapor. Os outros municípios e freguesias só trabalharam com moendas hidráulicas ou por tração animal.
- 29 - Caio Prado Jr. História Econômica do Brasil, p. 84
- 30 - Nunes Dias, op. cit. 1º vol. p. 453.
- 31 - Viveiros, Alcântara, p. 54.
- 32 - Relatório do Presidente da Província, Augusto Olímpio Gomes de Castro, 1874, Seção de Obras Raras, Biblioteca Pública do Estado do Maranhão.
- 33 - Relatório daquele Presidente da Província, contido na Biblioteca Pública Estado do Maranhão, Seção de Obras Raras.
- 34 - Viveiros, História do Comércio do Maranhão, 2º vol. p. 558.
- 35 - Caio Prado Jr., História Econômica do Brasil, p. 198.
- 36 - Bandeira Tribuzi, op. cit. p. 17
- 37 - Viveiros, História do Comércio do Maranhão, 1º vol. p. 203.
- 38 - Ibidem "Para manter o preço do açúcar em alta estabeleceu Franco de Sá uma sobretaxa para o produzido em outras paragens".

- 39 - O jornal O Progresso animou os senhores a substituírem a força animal pela máquina a vapor nos engenhos de açúcar. A Revista, outro órgão de imprensa bem conceituado na época, também empreendeu a "Campanha do açúcar". Viveiros, op. cit. p. 203.
- 40 - Viveiros, História do Comércio do Maranhão, 2º vol. p. 558
- 41 - Caio Prado Jr. Formação do Brasil Contemporâneo, p. 160.
- 42 - A farinha, o milho, a tapioca e o café foram incluídos entre os mantimentos produzidos pelas fazendas e que sustentavam a escravidão. Gaioso, op. cit. pp. 185 a 200.
- 43 - Caio Prado Jr. História Econômica do Brasil, p. 42.
- 44 - Gomes de Castro, ilustre parlamentar, em vários discursos chamou a atenção do Império para o perigo da abolição sem a dívida indenização pela propriedade perdida. Ver Viveiros, História do Comércio do Maranhão, v. 2, pp. 553/554. O deputado Francisco Dias Carneiro, em Assembleia Geral também abordou o assunto. Idem, idem, p. 554.
- 45 - Viveiros, História do Comércio do Maranhão, 2º vol. p. 558

3. O PROCESSO POLÍTICO DA BAIXADA MARANHENSE

3.1 A POLÍTICA DE COLONIZAÇÃO

A história da Baixada Maranhense é uma sucessão de fatos que demonstram a sujeição da massa, a condução do "pacato povo de Alcântara" pelo Conselho que, mui acertadamente foi chamado de "cabeça do povo". Em 1661 a população ludovicense, apoiada pelo Governador Pedro de Melo, revoltou-se contra os padres da Companhia de Jesus, vindo a expulsá-los. Alcântara se mostrou alheia ao motim, uma vez que a classe dominante não se sentiu atingida por aqueles religiosos. Em 1684, Manuel Bequimão liderou uma revolta em São Luís contra a exploração que a Coroa e os jesuítas vinham impondo ao povo. Dominada a situação, os revoltosos enviaram a Alcântara e Cumã emissários com o objetivo de conseguirem a adesão da Baixada Maranhense ao levante. Não havendo conflito de interesses entre Governo e classe dominante, resolveram, a Vereação e os capitães-mores de Cumã e Alcântara, não concordar com as proposições revolucionárias. As "pessoas gradas" de Alcântara apoiaram o Governador deposto e acolheram com "singular afeto" os jesuítas expulsos de São Luís.¹

A classe dominante também controlou a nomeação dos capitães-mores da Baixada; embora fosse atribuição do Governador do Maranhão, a escolha sempre foi feita entre nomes que compunham uma lista tríplice apresentada pela Câmara das respectivas vilas, quando vago o comando do seu corpo de ordenanças. Conforme o nome de família de alguns deles, podemos afirmar que esse cargo foi acupado por pessoas da elite da região, com "extraordinária influência"² sobre o povo.

"...Os Capitães-mores são oficiais de poder considerável. Têm deveres civis e militares a executar e devem ser escolhidos entre os agricultores

res mais abastados ou individualmente poderosos nos vários termos, fronteiras ou distritos, mas o interesse das famílias ou as relações na Corte tem ocasionado mudanças nessas praxes, e pessoas verdadeiramente incapazes foram nomeadas." 3

Em se tratando de uma elite controladora também da "ordem", pode-se perceber quanto poder teve a superestrutura no controle político-social e econômico da região.

"...O Capitão-Mor pode também prender, por vinte e quatro horas, e enviar qualquer pessoa, acusada de crime, ao magistrado civil da vila mais próxima ao seu distrito. Os abusos nesse exercício civil de Capitão-Mor são inúmeros e as classes baixas de pessoas livres são aprimadas por esses grandes homens e seus subalternos, até mesmo cabos." 4

Falando da atuação dos capitães-mores de Cumã, Viveiros afirmou: 5

"...Um grande serviço, porém, eles prestaram com os seus corpos de ordenanças, que foi o de manterem a ordem no território da Capitania, ordem que, entre outros fatores, lhe permitiu atingir a situação invejável de celeiro do Maranhão."

A Metrôpole manteve representantes na região somente para que o elo entre ela e a Colônia assegurasse sua propriedade de direito. Quem dirigiu, de fato, os destinos da Baixada foi o senhor rural. A população viveu na mais completa dependência do grande proprietário. A nobreza agrária, que monopolizou os meios de subsistência e, consequentemente, subordinou a massa, escrava ou livre, o fez, repetimos, através das administrações municipais. A função de Capitão-mor e a Câmara como instituição foram utilizadas como instrumentos da classe dominante, detentora da organização política que garantiu a sujeição da grande massa da população, conduzida e explorada em seu trabalho, como

bem quís a classe dos mais abastados.

A organização política da Baixada Maranhense se apresentou totalmente independente tanto do governo de São Luís quanto da própria Coroa.

Houve grande conflito de interesses entre os brsileiros, especialmente os lavradores que compunham a aristocracia rural e os portugueses dedicados ao comércio e representantes da burguesia a partir de Pombal. A transformação política da colônia, ou seja, o deslocamento da autoridade política exercida pela elite rural para a burguesia mercantil, veio a se consolidar com a decadência total dos senhores de engenho, já em fins do século XIX.

3.2 AS REFORMAS POLÍTICO-ADMINISTRATIVAS

DEPOIS DE 1808

Em 1808, com a mudança da Corte portuguesa para o Brasil, bruscamente desapareceram os caracteres do regime colonial, embora fosse um português que estivesse à frente do governo. A organização administrativa colonial foi substituída por outra * com características de uma nação soberana. Acabaram-se as restrições econômicas, e os interesses do país passaram a ser considerados pelo governo. Toda uma infra-estrutura político-administrativa foi criada, a partir das exigências próprias

* O Reino Unido de Portugal e Algarves (1815) transformou o estado colonial em Província do Maranhão.

do estabelecimento da Corte.

O Maranhão, naquele momento, passou a ser diretamente subordinado ao governo instalado no Rio de Janeiro, com prejuízo da autonomia de que sempre gozou em detrimento mesmo da autoridade do Vice-Rei, pois os Governadores e Capitães-Generais recebiam ordens e instruções de Lisboa, à qual diretamente também prestavam conta.

Assim como o governo de São Luís sempre se mostrou autônomo em relação ao delegado da Coroa nesses domínios ultramarinos, assim também o Senado de Alcântara comandou os destinos político-administrativos da Baixada, como bem lhe aproveitou.

A trasladação da família real parece não ter entusiasmado muito os maranhenses, talvez por temerem um controle mais efetivo do Estado. Referindo-se ao acontecimento, disse D. Francisco: *

"um facto de tal monta, como esse da vinda da família real portuguesa em busca de asylo nas terras da colônia, quasi não teve repercussão no Estado do Maranhão! Nem uma só nota achamos no archivo, com referência a tão grande acontecimento." 6

De fato, o governo regional, com seus cargos preenchidos na maioria por portugueses, pessoas do primeiro escalão social da Capital, não olhou com a mesma ótica que a dos naturais da terra os grandes proprietários rurais da Baixada Maranhense que, embora mantivessem fortes relações econômicas com a Europa, já se arregimentavam para a participação ativa no "partido brasileiro".⁷

* D. Francisco de Paula e Silva escreveu, em 1868, apontamentos para a História Eclesiástica do Maranhão, publicada por D. Helvécio Gomes de Oliveira em 1922.

A política de D. João não agradou à elite portuguesa que viu nela um instrumento de autonomia nacional. Contrariou especialmente os comerciantes que perderam seus privilégios e vantagens e por isso se fizeram adversários do novo sistema, assumindo a condição de agentes da revolução, que pretendia o retorno do Brasil ao passado colonial. Essa fase que antecedeu a Independência e que se desincumbiu de uma tarefa preparadora do 7 de Setembro de 1822, foi de muita conturbação; as contradições econômicas e sociais existentes e mantidas na sociedade colonial, de conformidade com o estatuto vigente, foram contestadas.

Como consequência da revolução portuguesa, agitações de toda ordem alastraram-se no Brasil. Reacionários pretenderam a volta ao regime colonial e o segregamento econômico e comercial. A elite pleiteou as vantagens, liberdades e autonomia anteriores através de um regime constitucional, e a massa espoliada, esperançosa de libertação econômica e social, aspirou à vigência da Constituição que seria a garantia dos seus direitos. A partir dessas diferentes reivindicações, as três forças se entrechocaram. Porém, naquele contexto, um retrocesso ao passado colonial seria praticamente impossível. Por outro lado, as forças populares não foram politicamente capazes de fazer prevalecer suas reivindicações. Por isso os movimentos foram arrefecendo, a agitação popular foi dominada, permanecendo mais ou menos intacta a organização social vigente. Direcionada para o movimento de independência, evoluiu a revolução constitucional, liderada pelo "partido brasileiro" cujos interesses e objetivos, naquele momento histórico, se confundiram com a marcha dos acontecimentos. Vitoriosos nos seus planos, os brasileiros viram o seu país desvinculado politicamente de Portugal, com D. Pedro como príncipe regente. Mas o reconhecimento do Império do Brasil não se fez de imediato em todas as Províncias.

A política de D. João não agradou à elite portuguesa que viu nela um instrumento de autonomia nacional. Contrariou especialmente os comerciantes que perderam seus privilégios e vantagens e por isso se fizeram adversários do novo sistema, assumindo a condição de agentes da revolução, que pretendia o retorno do Brasil ao passado colonial. Essa fase que antecedeu a Independência e que se desincumbiu de uma tarefa preparadora do 7 de Setembro de 1822, foi de muita conturbação; as contradições econômicas e sociais existentes e mantidas na sociedade colonial, de conformidade com o estatuto vigente, foram contestadas.

Como consequência da revolução portuguesa, agitações de toda ordem alastraram-se no Brasil. Reacionários pretenderam a volta ao regime colonial e o segregamento econômico e comercial. A elite pleiteou as vantagens, liberdades e autonomia anteriores através de um regime constitucional, e a massa espoliada, esperançosa de libertação econômica e social, aspirou à vigência da Constituição que seria a garantia dos seus direitos. A partir dessas diferentes reivindicações, as três forças se entrechocaram. Porém, naquele contexto, um retrocesso ao passado colonial seria praticamente impossível. Por outro lado, as forças populares não foram politicamente capazes de fazer prevalecer suas reivindicações. Por isso os movimentos foram arrefecendo, a agitação popular foi dominada, permanecendo mais ou menos intacta a organização social vigente. Direcionada para o movimento de independência, evoluiu a revolução constitucional, liderada pelo "partido brasileiro" cujos interesses e objetivos, naquele momento histórico, se confundiram com a marcha dos acontecimentos. Vitoriosos nos seus planos, os brasileiros viram o seu país desvinculado politicamente de Portugal, com D. Pedro como príncipe regente. Mas o reconhecimento do Império do Brasil não se fez de imediato em todas as Províncias.

A Junta Governativa do Maranhão não aderiu de imediato ao movimento de Independência do Brasil. A reação portuguesa provocou acirrada luta que se estendeu até 28 de julho de 1823, data em que o Maranhão reconheceu o ato de 7 de setembro de 1822. A população da Baixada Maranhense se manteve neutra, ou até mesmo indiferente às lutas que se travaram no resto do Estado pelo reconhecimento do regime imperial brasileiro. Embora a Câmara de Alcântara tivesse demonstrado fidelidade a D. João VI, através de edital de 7 de julho, em que convocou:

"...todos os honrados habitantes da vila a alistarem-se na Legião Cívica, com as armas que as suas possibilidades permitissem, para o cumprimento do sagrado dever de defender a Constituição e seus lares, ameaçada pelos rebeldes do Piauí e Ceará."⁸

os alcantarenses preferiram "ficar em suas casas, aguardando os acontecimentos",⁹ e desta expectativa só saíram depois de decorridos 35 dias, ocasião em que a Câmara, atendendo ao Governo revolucionário da capital, aderiu à independência.¹⁰

Foram promovidas festas cívicas e bailes entre os dias 12 e 20 de outubro, e a comissão alcantarense distinguiu-se das demais pelo número de participantes, pela indumentária e pelas maneiras. Segundo Viveiros:¹¹

"...Se considerarmos como objeto de juramento, prestado naquelas Noites do Barracão, não a pessoa do Imperador, mas as instituições por ele fundadas, nenhuma outra localidade o cumpriu com mais lealdade do que Alcântara, que sempre se manteve dentro do direito e da ordem, timbrando em ser a primeira a concorrer para o fortalecimento do Império."

A elite alcantarense, assim como a dos outros

municípios mais importantes da região, foi muito prudente nessa fase de transição política, pois seria necessário que assim agisse para garantir, ou melhor, para conservar sua posição de destaque e o conseqüente domínio político da Província. De várias maneiras, a classe dominante da Baixada procurou agradar ao Imperador. Por ocasião de uma subscrição feita pelo Comandante das Armas para angariar recursos para oferecer à Nação uma escuna de guerra, enquanto o Quartel-General do Maranhão ofereceu 237\$600, a Guarnição de Alcântara fez uma doação de 1.001.\$000.¹² Isto prova tanto a superioridade econômica quanto a vontade de aparecer junto a Pedro I. Conforme jornal da época, por ocasião da guerra contra o Paraguai, as famílias Ribeiro, Franco de Sá e Sá Guterres "fardam a sua custa cerca de 400 voluntários"¹³ que integraram as primeiras tropas maranhenses.

Com as reformas político-administrativas implantadas depois de 1822, a Baixada ficou constituída de 8 municípios que abrangiam 16 freguesias, o que corresponde atualmente a 25 municípios.

Em 1823, os grandes lavradores mostravam tanta habilidade política que, logo em 1825, conseguiram um dos seus no governo da Província.¹⁴ Em 1827 outro alcantarense ocupou a cadeira governamental,¹⁵ em 1834 exerceu as funções governamentais um terceiro lavrador alcantarense,¹⁶ em 1846, outro,¹⁷ e assim por diante.¹⁸

A partir de 1825, a política maranhense foi dominada pela aristocracia rural da Baixada, especialmente pelas famílias alcantarenses. Somente na primeira e na décima primeira legislaturas da Câmara dos Deputados Gerais do Império, Alcântara não elegeu um dos seus filhos. Isto significa que, dos 63 anos de duração daquela Câmara, 57 tiveram deputados alcantarenses.¹⁹

"...Houve legislaturas em que Alcântara teve dois representantes, isto é, um terço da bancada maranhense

se...Alguns se reelegeram várias vezes..."²⁰

A grande aspiração dos políticos do Império foi a de ocupar uma cadeira no Senado da Monarquia, câmara vitalícia e da mais alta projeção no parlamento brasileiro.

O Maranhão teve treze senadores na época imperial e desses treze, seis foram de famílias ilustres da Baixada Maranhense.* Gonçalves Dias, em carta de 12 de junho de 1847, falando a Teófilo Leal do evidente predomínio político da região, assim se expressou: ²¹

"...Se falecer algum dos Senadores por Maranhão, virá o Franco para a Senatória, pois é privilégio de Alcântara dar Senadores à Província, e privilégio dos Sás escolher um dos seus."

Essa afirmativa do nosso maior poeta mostra como a aristocracia rural da Baixada Maranhense conseguiu o controle absoluto da política da Província. Por ocasião de vacância no Senado, os partidos apresentavam os seus grandes nomes para concorrer às eleições. Os três primeiros colocados compunham uma lista tríplice enviada ao Imperador para a referida nomeação. Com isso, a engrenagem política exigiu prestígio nas esferas tanto regional quanto nacional, o que não foi difícil para os senhores de engenho da Baixada, uma vez que, desde 1840, tiveram o controle dos dois partidos políticos existentes na Província: o moderado, também chamado de cabano ou saquarema, que mais tarde intitulou-se conservador,²² e o exaltado, que teve sucessivamente os nomes de marreco, bem-te-vi, luzia e liberal.²³

Embora as famílias poderosas da região tivessem se agrupado em duas linhas políticas diferentes, seus

* O Senado da Monarquia durou 63 anos. Nele as províncias foram representadas por 229 senadores.

interesses foram os mesmos: o controle político e sócio-econômico da região e respectiva projeção a nível nacional.

Para melhor explicitação da afirmativa, citamos a reação de ambos os partidos em Alcântara, por ocasião da promulgação da LEI DOS PREFEITOS imposta pelo Presidente da Província * junto à Assembléia Legislativa Maranhense. Os chefes dos dois partidos, que em Alcântara se digladiavam - o cabano e o bem-te-vi - não aceitaram o cargo de Prefeito, que Camargo lhes ofereceu, ao primeiro para liquidar com o segundo, e a este para vingá-lo da recusa daquele. Ao recusarem, justificaram o que fizeram:

"...um por causa do despotismo com que a lei o armava, o outro para não ter sorte diferente da destinada aos seus correligionários."

24

Em 1840, o Presidente da Província²⁵ convocou os chefes dos partidos políticos para assentar os meios de debelar a Balaiada. Segundo documentos da época, não foi João Lisboa, presente em todos os momentos da revolta e líder bem-te-vi em São Luís, quem participou da reunião, e sim Joaquim Franco de Sá, chefe bem-te-vi de Alcântara. Outro fato que ratifica a confirmação de que a Baixada Maranhense teve preponderância política na Província ocorreu em 1841.

"...a facção bem-te-vi alcantarense é tão forte que impõe a inclusão de um representante seu na chapa de deputados gerais, determinando com isso a retirada da candidatura de João Lisboa, que acabava de empreender a tarefa hercúlea de defesa do partido, quando acusado de conivente com os balaaios." 26

Não foi somente o partido bem-te-vi que teve força junto às camadas locais e nacionais.

* A lei visou aniquilar o partido da oposição. Presumimos ter havido oposição e governo na Baixada apenas para compor a política regional. Como disse Josué Montelo em "Uma noite sobre Alcântara", p. 141: "No fim, todos esses nobres são amigos". Somente com a campanha abolicionista os dois partidos, liberal e conservador, se distanciaram totalmente.

"...Em 1852, foi a vez de o partido saquarema de Alcântara chefiar a política da Província. Há uma vaga no Senado com a morte de Joaquim Franco de Sá. Pululam os candidatos. Mas os saquaremas alcantarenses impõem a candidatura do seu chefe, que entrou na lista tríplice e foi escolhido pelo Imperador."²⁷

Esse fato marcou o início do ostracismo em que o grupo liberal alcantarense mergulhou por longo tempo. Fatores externos * e internos ** contribuíram para o declínio político do partido, que tentou um soerguimento em termos nacionais por ocasião da abertura promovida pelo Ministro, o Marquês de Paraná.²⁸ Com a "democrática" reforma eleitoral de 1856, o grupo de oposição alcantarense arregaçou as mangas e se jogou a uma campanha desmedida e injuriosa através da imprensa de São Luís *** contra o candidato conservador à Assembléia Geral Legislativa. **** Essa campanha foi vital para ambos os partidos alcantarenses. Em 1852 o conservador conseguiu uma cadeira no Senado do Império, pleiteando agora, em 1856, a vaga disponível na Assembléia Geral Legislativa. O liberal, com a perda do seu senador, lutou pela cadeira da Assembléia para compensar a perda senatorial. Com a derrota liberal, seus líderes desertaram, ***** apagando-se a liderança bem-te-vi da história política provincial da Baixada.

* A revolução pernambucana de 1848, chamada "praeira" esfacelou o partido liberal do Império.

** O falecimento, em 1851, do Senador Joaquim Franco de Sá que, inegavelmente, dirigiu com moderação e diplomacia a política liberal da Província, o que, por sua vez, resultou na perda da cadeira que ele ocupou no Senado, arrebatada pelo partido conservador.

*** Por sua proximidade da capital, Alcântara nunca teve jornais. Em S. Luís, foram impressos os jornais Imprensa e Moderação, de Carlos Fernando Ribeiro e José Joaquim Ferreira Vale, respectivamente; esses foram os órgãos publicitários do partido liberal alcantarense os quais fizeram tremenda campanha contra o Barão de S. Bento, que se defendeu através do Nova Época, o jornal conservador da Baixada.

**** O Barão de S. Bento entrou na chapa pelo 2º círculo, que abrangia Alcântara, Sto. Antonio e Almas, S. Bento, Viana e Monção, onde seu prestígio político foi formidável.

***** Carlos Ribeiro foi para o Amazonas ocupar o cargo de secretário da Presidência, e Ferreira Vale ingressou na diplomacia.

A liderança dos cabanos da Baixada Maranhense não ultrapassou os anos sessenta. Em 1859 faleceu o Senador Viveiros, e a vaga disputada por Alcântara para o Barão de São Bento foi perdida, sendo preenchida pelo candidato de Itapecuru. Assim "os partidos alcantarenses cambaram para o ocaso".²⁹

3.4 RESULTANTES DE UMA DEPENDÊNCIA

Os fatos históricos nos mostraram a relação entre o declínio econômico e o declínio político. Embora o partido bem-te-vi tenha sucumbido em 1852, o pique econômico do algodão de 1854 ainda conservou o partido saquarema alcantarenses na liderança política provincial. Nos anos subsequentes, houve considerável descida na curva econômica da região. Em 1856, segundo ano de crise, os líderes liberais desertaram para outras Províncias. A preponderância econômica da região do Itapecuru deslocou as lideranças políticas para o grupo dos senhores lavradores daquela região. Esse deslocamento não se refere às oscilações entre liberais e conservadores, aqui ocorridas em função da política nacional. Referimo-nos às lideranças regionais, de um ou outro partido.

Em 1869, ano em que o algodão conseguiu superar a produção de 1854, a Baixada já não contou mais com políticos ocupando cadeiras no parlamento nacional.

Quando o Maranhão desenvolveu sua cultura canavieira, chegando, nos anos 1860, aos seus 410 engenhos em toda a Província, a maior parte da produção veio dos vales do Pindaré e Itapecuru, atingindo seu cume em 1882, com seus 16.114.208 quilos exportados.³⁰ A esse tempo, Alcântara já tinha perdido a liderança provincial. Isto confirma a importante relação entre o processo econômico e o político: nos períodos de maior aquecimento da atividade exportadora, a Baixada controlou a política provincial; quando declinou economicamente, seus líderes desapareceram.

Resta indagar qual a atuação dos políticos locais na fase em que tiveram grande projeção junto à Assembleia Geral Legislativa e ao Senado da Monarquia, no sentido de direcionarem a legislação expedida por aquelas Câmaras para uma política protecionista dos seus interesses econômicos.

Esses parlamentares, também fazendeiros e senhores de engenho, no mínimo, deveriam estar informados das diretrizes econômicas do Governo imperial. Por que não interferiram, inclusive junto ao Imperador,* no plano econômico para evitar a ruína que já era pressentida na década de cinquenta? Preocuparam-se em manter a hegemonia política e o domínio social, sem contudo procurarem salvar seus patrimônios? Por que o poder político não ficou a serviço do poder econômico? Será que essa gente não teve a perspicácia necessária para a manipulação do jogo econômico ?

Essas indagações nos levam a voltar à tese, anteriormente aludida, da dependência. Embora os senhores de engenho fossem pessoas destacadas nos meios políticos do Império, embora a Baixada tivesse contado com homens politicamente fortes tanto na esfera provincial quanto na imperial, foram impotentes em face de qualquer mudança no rumo econômico, uma vez que o processo econômico foi imposto pela política européia e, depois, norte-americana. A atividade econômica da região não foi autogeradora, auto-sustentável nem autodeterminada; foi uma atividade dependente, com função exportadora. Sendo assim, no máximo, os donos da produção local conseguiram certa projeção nacional que garantiu a manutenção do sistema social implantado, sistema esse que se caracterizou pela dicotomia entre branco e preto, rico e pobre, senhor e escravo. A hegemonia política da região foi algo que ga

*Joaquim Franco de Sá, alcantarense, líder político da Província e Senador da República, foi colega de banco escolar e amigo íntimo de D. Pedro. Em aulas de desenho, pintou o retrato do Imperador, que pessoalmente lhe serviu de modelo.

rantiu o respeito que todos tiveram ao senhor senador, ao senhor deputado, ao "senhor" simplesmente. O domí
nio político ficou exclusivamente a serviço do social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 - Viveiros, Alcântara, p. 34
- 2 - Idem, p. 35.
- 3 - Idem, p. 36.
- 4 - Ibidem.
- 5 - Idem, p. 38.
- 6 - D. Francisco, "Apontamentos para a História Eclesiástica do Maranhão", pp. 176/177.
- 7 - Caio Prado Jr., Evolução Política do Brasil, p. 47
- 8 - Viveiros, Alcântara, p. 64.
- 9 - Ibidem.
- 10 - Ibidem.
- 11 - Idem, p. 67.
- 12 - Ibidem.
- 13 - Idem, p. 68.
- 14 - Segundo Viveiros, op. cit. p. 68, o primeiro alcantareense que ocupou o cargo de Presidente da Província foi Patrício José de Almeida e Silva.
- 15 - Romualdo Antonio Franco de Sá. Viveiros, op. cit., p. 68.
- 16 - Costa Ferreira, ibidem.
- 17 - Joaquim Franco de Sá, ibidem.
- 18 - José da Silva Maia, Augusto Olímpio Gomes de Castro, Carlos Fernando Ribeiro, José Francisco Viveiros, etc. Ibidem.
- 19 - Idem, p. 72.
- 20 - Idem, p. 73.
- 21 - Idem, p. 75.
- 22 - Idem, p. 70.
- 23 - Ibidem.
- 24 - Idem, p. 70.
- 25 - O Presidente Manoel Felizardo de Sousa e Melo. Viveiros, Alcântara, p. 72.
- 26 - Viveiros, Alcântara, p. 72.

- 27 - Ibidem.
- 28 - Viveiros, Op. cit. p. 75 explicou que, de acordo com essa lei, as Províncias seriam divididas em circunscrições (círculos) cada uma das quais daria um deputado geral. Nestas condições, para que triunfasse um nome, bastaria que a família de maior prestígio num círculo lhe protegesse a eleição.
- 29 - Viveiros, op. cit. p. 78.
- 30 - Bandeira Tribuzi, Formação Econômica do Maranhão, Tabela 04, p. 19.

4.

ENFOQUE SÓCIO-CULTURAL

Como em toda a América portuguesa, a sociedade colonial da Baixada Maranhense foi produto do processo civilizatório desencadeado pela Revolução Mercantil que, dada a natureza das relações comerciais entre a Europa e as Colônias, pleiteou junto aos brancos, constituintes da classe dominante, a representação local dos interesses do sistema econômico da época, arrastando, para tal, índios e negros à condição de força de trabalho da nova sociedade escravista-mercantil que surgiu em princípios do século XVII.

Esquecidos de seu próprio desenvolvimento, indiferentes à sua libertação, os donos do poder político e econômico direcionaram toda a organização produtiva da região aos interesses externos, o que veio a promover uma consciência social condicionada pelo seu modo de produção.

A sociedade imperial foi resultado das injunções impostas pela Revolução Industrial que sedimentou toda a relação de dependência anteriormente construída. Nesse período, como os demais núcleos sociais brasileiros, a comunidade local solidificou a situação de sociedade de segunda classe,* onde as elites dominantes contribuíram com muita eficiência para a prosperidade alheia e, por ignorância ou por injunções mais fortes que não permitiram o direcionamento do processo por caminho diferente, não cuidaram de sua própria prosperidade, de sua própria autonomia.

* O processo brasileiro podia ter sido diferente. Os EUA, nas mesmas condições de colônia, participaram autonomamente no processo de industrialização, apresentando uma evolução tão acelerada que, em curto espaço de tempo, pôde competir com sua mãe-pátria.

Em fins do século XIX, com a mudança do regime imperial para o republicano, implantou-se nova política econômica, cujos interesses, por injunções externas, se voltaram para o sul do país, * contribuindo para a derrocada final da economia maranhense e o conseqüente declínio.

4.1

A SOCIEDADE COLONIAL

Por volta de 1612, a Baixada Maranhense foi habitada por tupinambás e franceses. Estes, colonizadores a serviço da Coroa dos Bourbons, se posicionaram no cume da pirâmide social e seguiram a política mercantilista, legitimada por um estatuto jurídico imposto aos nativos, que se integraram no sistema como perfeitos representantes das forças produtivas. As relações de produção se processaram sem grandes dificuldades, uma vez que essas forças produtivas ainda não tinham alcançado um grau de desenvolvimento capaz de pôr em cheque a superestrutura jurídica e política dos franceses. Segundo Passos Guimarães: ¹

"Aqui, como ali, os franceses revelaram grande traquejo na arte de dominar pelo engodo as populações nativas tirando delas o suficiente para expandir o seu comércio, servindo-se do escambo como instrumento básico de suas relações pacíficas com os índios, os quais souberam astuciosamente utilizar como aliados nas guerras contra os seus inimigos."

O relacionamento entre dominantes e dominados foi o melhor possível. Em decorrência de o interesse comercial dos primeiros ter girado em torno dos produtos coletados e devido à facilidade com que o gentio executou tais serviços, nossa principal força de trabalho na exploração extrativa desempenhou "com prazer"² seu papel na engrenagem econômica das duas primeiras décadas do século XVII.

* Na última década do século XIX não houve mais interesse na importação dos produtos do Norte. O mercado externo se voltou para o café, produto cultivado no Centro-Sul do país.

O homem da terra não se limitou ao fornecimento dos produtos naturais, mas ajudou também o colonizador a se fixar na região⁵ em expedições ao Amazonas e Tocantins,⁴ e na luta contra os portugueses.⁵

O contexto econômico, a grande habilidade dos súditos de Luís XIII^{*} e o curto espaço de tempo de colonização francesa não alteraram os usos e costumes dos silvícolas. Embora tenham vindo artífices, astrônomos, médicos etc., estes não transmitiram suas técnicas ao nativo, uma vez que as práticas de trabalho íncola satisfizeram às exigências mercantis do momento.

Somente os capuchinhos impingiram certos rituais da religião cristã^{**}, que não alteraram a vida aborígene. Nada ficou dos hábitos franceses daquele começo de século e, em decorrência das próprias limitações do contexto, não houve maiores necessidades de uma educação sistematizada.^{***}

A história social da região, depois da expulsão dos franceses e até meados do século XVIII, foi pontilhada de lutas entre nativos e lusitanos. Essa violência dos portugueses no trato com os nativos foi uma consequência das novas exigências cobradas pelas relações mercantis entre Metrôpole e colônia. Segundo Passos Guimarães:⁶

"As mudanças que se processaram nesse terreno foram simples decorrência das necessidades econômicas da Metrôpole que a levavam a optar por outras formas de exploração da terra conquistada."

As duas sociedades - aborígene e lusitana - já não se relacionavam através de gestos amáveis e astucio

* A legislação papalina deu a Portugal e Espanha as terras americanas do sul. Talvez a insegurança dos franceses por ter a posse, e não a propriedade da colônia, tenha contribuído para tão grande diplomacia com o nativo. Há de ser considerado também o curto espaço de vida da França Equinocial. A fundação da colônia datou de 1612, e a expulsão dos franceses, de 1615.

** Os sacramentos, enterramento à maneira cristã, nomes cristãos e vestuário europeu quando da ida de alguns à França.

*** Os missionários chegaram a fundar um seminário para meninos colonos nativos, porém com o objetivo específico de descobrir vocações.

sos como à época anterior. As relações de produção exigiram muito mais que a exploração da riqueza extrativa. Naquele contexto, escravizar o gentio significou uma

" das atividades mais lucrativas , quer como fonte de suprimento de mão-de-obra para a formação das lavouras , quer como gênero de exportação." 7

A Baixada Maranhense não escapou a essa regra, e como consequência disto os dois grupos sociais se mantiveram distantes. De um lado, o português, representado pelos poucos fidalgos e militares que tiveram preferência nas concessões de terras e constituíram a classe mais elevada da época; pelos "homens bons" * lavradores, artífices e artesãos que desempenharam verdadeiramente as funções de colonizadores e que, devido aos seus poucos recursos em face do empreendimento colonizador, necessitaram de mão-de-obra barata, ocasionando sérios conflitos entre eles e os donos da terra; a classe dos agregados agrícolas, que muito contribuíram para a prosperidade do lavrador; e pelos sacerdotes incumbidos da parte espiritual da colonização, com grande parcela de influência na organização moral da sociedade local. Representando o colonizado, o nativo, deslocado no seu próprio meio, sempre reagiu à escravidão a ele imposta pelos brancos.

Do lado colonizador, os missionários, que desdobraram o exclusivismo religioso em sistema de profilaxia social e política, se posicionaram sempre contra o cativo inóculo, e sua grande influência junto à Coroa resultou em flutuante legislação a esse respeito. João Lisboa ⁸ observou :

" Decretava-se hoje o cativo sem restrições, amanhã a liberdade absoluta, depois um meio termo entre os dois extremos. Promulgava-se, revogava-se, transigia-se."

Essa bissegmentação do grupo colonizador -

* Expressão constantemente usada por muitos historiadores em seus trabalhos.

comando espiritual e comando temporal - ocorreu porque ambos os lados pretenderam a hegemonia. O colono cobrou o domínio econômico e político apoiado na legalidade, em nome del-Rei; o missionário, com o mesmo objetivo econômico-político, explorou o nativo de maneira mais dócil, respaldado na religião, em nome de Cristo. Isto gerou reações diferentes no seio da comunidade produtiva.

Servil ao religioso, cuja arma foi o trato amável e a atitude beata, o tupinambá não se comportou passivamente ante os ataques e agressões do português. Ora assaltou de emboscada, ora reagiu contra o trabalho sedentário que a classe dominante quis tornar obrigatório, mostrando-se indolente e com ínfimo rendimento em sua produção. A diferença entre o patrimônio laico e o religioso mostra como foi conduzida a única força de trabalho praticamente existente. A miséria do colono ^{*} contrastou com os prósperos engenhos e fazendas dos inacianos.

A opressão escravizadora do nativo "tomou um caráter meramente acidental e transitório" ⁹ só depois de 1755, quando as famosas leis pombalinas aboliram a escravidão indígena, em decorrência da intensificação do tráfico negreiro. ^{**}

Quanto ao negro, terceiro elemento do tronco básico da formação da sociedade brasileira, é muito discutido o início da utilização do seu trabalho no Maranhão, ¹⁰ e mais imprecisa ainda a data de sua entrada e o número deles na Baixada Maranhense. Somente depois de 1755 o africano representou um elemento quantitativo capaz de contribuir como força produtiva na economia de exportação e introduzir alguns de seus usos e costumes na sociedade local, até hoje conservados. Os escravos africanos que aqui viveram

* Padre Vieira descreveu muito bem a situação de penúria em que viveu o colono do Maranhão em fins do século XVII.

** Nesse contexto foi muito mais interessante liberar o nativo da servidão e trazer o negro da África como cativo, pois o primeiro representava circulação interna, e o segundo, além de melhor servir, oferecia grandes lucros para a Companhia e, conseqüentemente, para Portugal.

até a metade do século XVIII foram pouco significativos , econômica e culturalmente falando: ou saltaram em companhia de colonos, ou aportaram esparsamente e em pequena quantidade.

Embora as estatísticas, quanto ao número de nativos e africanos, sejam raras e imprecisas, *pode-se considerar insignificante o número de brancos da zona rural, ante o das duas outras raças. Para garantir sua hegemonia econômica, política e social, os brancos se impuseram através de sua cultura, instrumento de imposição e reprodução do sistema sócio-econômico. De grande tradição cultural e alto nível tecnológico, subjugaram índios e negros, engajando-os no sistema de dominação como raças dele dependentes, e para tal impuseram seu complexo cultural. Assim, a língua falada foi o português, embora com a introdução de certos termos, palavras e frases de origem indígena ou africana, pequeno traço do patrimônio lingüístico daquela gente subalterna; as instituições administrativas, sociais, morais e religiosas foram as lusitanas; o tipo de habitação, embora usados os elementos existentes na região **,obedeceu ao estilo português; *** os povoados e vilas conservaram a mesma disposição na colocação das casas, formação das ruas, praças, etc., encontrada em Portugal **** o mobi

*Algumas fontes referem-se ao número de nativos exterminados ou escravizados, porém não aludem ao número aproximado de habitantes de cada aldeia. Abbeville visitou os lugares Tapuitapera e Cumã. Relacionou doze aldeias tapuitaperenses e disse: "É maior o número de habitantes dessas aldeias que o da Ilha do Maranhão." Aludiu onze aldeias no sítio Cumã, dizendo: "Todas essas aldeias são muito mais povoadas do que as da Ilha do Maranhão". Falou ainda de 20 a 24 aldeias no Caetê e disse: "ainda existem muitas outras aldeias de índios Tupinambás..." O cronista foi muito vago quanto ao número de habitantes da região, embora possamos supor que foi uma das mais populosas do Maranhão. Pelo visto na nota nº18, muito mais impreciso é o de número de negros.

**A palha foi o primeiro elemento usado tanto nas paredes quanto no teto, em seguida o barro nas casas chamadas de "sopapo" e, depois, de "taipa"; mais tarde o adobo, e com as primeiras olarias, a telha. Somente no século XIX foram construídas casas de pedra e cal.

***Sobradões, sobradinhos, moradas-inteiras, meia-moradas e porta-e-janelas.

****As vilas de Alcântara, S. Bento, Guimarães, Viana, além de nomes portugueses, mostraram muito cedo a influência portuguesa nos seus arruados estreitos e tortuosos, seus largos um pouco afastados e em locais mais elevados, etc.

liário, mesmo rústico ou adaptado às condições do ambiente, foi cópia do europeu. Foram poucos os elementos indígenas ou africanos que se integraram na alimentação adotada pelo homem da Baixada Maranhense: a substituição do trigo pela mandioca * de influência indígena e o uso do dendê em certos quitutes africanos sô preponderaram devido à dificuldade da importação dos gêneros necessários à alimentação européia. A pimenta-do-reino, o azeite português e outros ingredientes usados com frequência na cozinha regional, são resquícios da predominância dos costumes portugueses na culinária regional; o traje, se bem que variasse conforme as possibilidades de cada classe social, foi uma seqüência do uso da metrópole. ** O folclore da região foi muito marcado pela cultura lusitana: os contos, adivinhações, lendas, crenças, tradições, cantigas, etc., com base essencialmente européia, embora com forte "tempero" indígena e africano; os festejos de Natal, Ano-Bom e Reis foram uma extensão dos hábitos do branco, dentro dos ditames da Igreja; o bumba-meu-boi, festejo de São João, bem demonstram a superioridade da raça branca, que dá ordens, que comanda seus subordinados negros e vermelhos; na música, a contribuição do índio e do negro é forte, no que diz respeito ao ritmo, a certas melodias e à dança, porém não se pode negar que a parte fundamental dessa arte é lusitana. Como observou Manuel Diégues Júnior: ¹¹

"Um produto não só de mestiçagem, mas igualmente de transculturação."

A Igreja católica também exerceu grande domínio na sociedade da Baixada maranhense, não admitindo nem a contribuição do nativo nem a do africano nos seus rituais e festas. Como disse o autor acima citado, ao justificar o sincretismo aqui existente:

* Preponderou a mandioca devido à impossibilidade total, por questões climáticas, da plantação do trigo.

** A roupa, (calça e camisa) mesmo de gente pobre, o chapéu (de feltro para os mais abastados, de palha para a massa), e calçado (botas sapatos ou tamancos) , hábito puramente português, etc.

"Ao contrário: o negro africano é que recolheu muita coisa do catolicismo para suas práticas religiosas..."¹²

Essa foi uma das armas que ajudou o branco a conseguir a hegemonia econômica, política e social na Baixada, no Maranhão e no Brasil: fazendo prevalecer sua cultura para que ambas as raças subordinadas, desajustadas do e no seu próprio "habitat" não pudessem representar forças poderosas para enfrentar seu explorador, uma vez que se encontravam desintegradas em sua unidade cultural. Estrutura da aquela sociedade rural segundo as exigências do mundo mercantilista, pode a classe dominante * reproduzir o sistema mantenedor da ordem em que a minoria explorou legalmente uma grande maioria.

A imposição de valores e a justificação da ordem pela classe dominante não significaram o total acolhimento da cultura européia por parte dos dominados. Conflitos e acomodações, passageiros ou duradouros, foram delimitando as duas principais culturas ** que se formaram a partir de valores transplantados e adaptados às condições brasileiras de colônia de exportação, onde a relação senhor-escravo foi a base da estrutura social até 1888.

As tradições culturais portuguesas, de mãos dadas com o sistema econômico-político de dominação implantado na região estudada, "atuando através da subjugação, da desculturação e da traumatização cultural de etnias dominadas, assimilaram e foram assimiladas pelas culturas mais atrasadas para "amadurecerem como entidades étnicas aspirantes à autonomia e à expansão"¹³

Até meados do século XVIII foram mínimas as funções comerciais e manufactureiras da região, restando-lhe

* Com a mesma prevalecência dos seus valores culturais.

** Cultura: valores materiais e espirituais assumidos por senhores e escravos na Baixada: o nível dessas classes no âmbito de suas experiências no trabalho, instrução, educação, arte, moral, etc.

exercer as funções cultural, educativa e religiosa. Mas, como desempenhar as duas primeiras funções numa sociedade onde a grande maioria era de escravos que tinham por atividade principal a agricultura praticada de maneira rudimentar? Qual o espaço para a instrução e a cultura? A única função praticamente possível foi a religiosa, pois a obra catequética encerrava todas as necessidades do momento.

Assim, enquanto a Baixada só conseguiu uma produção de subsistência, as exigências da comunidade, a nível de instrução, não passaram de conhecimentos elementares transmitidos pelos jesuitas,* que lhe ensinavam a ler, escrever e contar, de maneira precária, em razão da própria natureza catequética, que não exigia dos fiéis a leitura e a crítica dos textos bíblicos, limitando-se à comunicação oral dos dogmas cristãos, seu objetivo básico.

Segundo Manuel Aires do Casal:¹⁴

"a educação e a instrução civil e moral do povo eram nenhuma; a classe dos nobres cidadãos quase nula, e que tudo se reduzia a algumas práticas religiosas meramente externas e às poucas escolas elementares regidas pelos jesuítas."

Até 1760 os filhos de Loiola assistiram as vilas e aldeias da região nas tarefas religiosas, estendendo suas atividades às práticas sociais e à vida cultural.¹⁵

A educação atendeu aos valores ditados pela religião e pela moral,¹⁶ preponderantes àquela época, e que satisfizeram às exigências da classe dominante, pouco numerosa e inculta.

* A primeira escola fundada pelos inacianos na Baixada datou de 1655, em Sirigipe, quatro léguas da vila de Alcântara, onde ensinaram leitura e latim. Segundo Serafim Leite, a residência foi extinta "anos depois", talvez "por falta de indígenas". A inclusão do latim mostra o objetivo dos religiosos em descobrirem vocações, e a falta de indígenas mostra que esses valores religiosos representaram muito pouco para o aborígene.

Por ocasião das duas primeiras expulsões dos inacianos, a elite alcantarense os acolheu, reagindo à atitude popular ludovicense. Na terceira expulsão, a mais séria, por se tratar de atitude da própria Coroa, os alcantarenses consideraram o infortúnio daqueles religiosos "como a sua própria desgraça".¹⁷

A solidariedade aos jesuítas confirma a satisfação da classe dominante em dispor de uma educação baseada em uma ideologia religiosa somada a valores europeus justapostos ao meio rural que, transmitidos através de uma "erudição livresca, vazia e meramente ornamental",¹⁸ foi perfeitamente compatível com a vaidade dos senhores que não conseguiram ver a prejudicialidade de uma educação inadequada, superficial e sem nenhuma preocupação com uma prática orientada para uma possível autonomia, tanto intelectual quanto econômico-política em relação à Mãe-Pátria.

Com a nova política colonial pombalina que deu início a certo dinamismo econômico, a população da Baixada cresceu em número * e nível social, porém a esfera educacional, que a Coroa chamou a si e entregou a mestres pagos pelas Câmaras Municipais, ** continuou limitada aos ensinamentos das primeiras letras,¹⁹ funcionando precariamente com professores mal pagos e muitas vezes de baixo nível, *** o que resultou em aulas desorganizadas e alunos ou pais desinteressados. ****

* Esse crescimento deveu-se à entrada do elemento europeu e às grandes levas de negros africanos trazidos pela Cia. Geral do Comércio do Grão-Pará e Maranhão. Vieira, em um dos seus sermões, disse que o algodão enegreceu o Maranhão.

** Através de um imposto cobrado sobre alguns gêneros de consumo denominado subsídio literário.

*** Nos relatórios dos Inspectores da Instrução Pública nos deparamos com freqüentes denúncias de pessoas de baixo nível de instrução exercendo as funções de professores de primeiras letras nas freguesias e vilas da Província.

**** A evasão escolar registrada nos mapas estatísticos na Inspeção da Instrução Pública demonstrou esse desinteresse.

O contexto rural, com seus latifúndios autônomos^{*} e por isso com forte tendência a uma vida isolada, dificultou a transmissão da cultura. Afirmaram quase unanimemente os descendentes de algumas famílias tradicionais da região^{**} que em suas fazendas havia sempre um mestre para ensinar as crianças brancas a ler, escrever e contar; muitos incumbiram o padre local de desempenhar essa tarefa^{***} que, devido a suas convicções religiosas e ao consenso entre a filosofia da Igreja e os valores sociais vigentes, não ia além de uma orientação livresca, sem um posicionamento crítico capaz de ajudar seus discípulos a conhecer a realidade que os cercava.

4.2 O CONTEXTO SOCIAL NO IMPÉRIO

Quatro anos antes da Independência do Brasil, Gaioso escreveu um trabalho referindo-se a cinco classes sociais em São Luís. A primeira, dos filhos do reino, que tiveram nas mãos as rédeas da administração pública. A segunda, composta de nacionais ou descendentes de europeus, muitos deles possuidores de grandes riquezas, mas, que, em vista da docilidade de caráter, contribuíram para a manutenção dos portugueses nos cargos mais importantes.

As famílias abastadas da Baixada Maranhense possuíam sobradões na Capital^{****} onde passavam a época

* Nas fazendas eram cultivados todos os gêneros necessários à subsistência dos senhores e escravos; teciam panos grossos para o vestuário, fabricavam artesanatos, utensílios, dedicavam-se à arte, especialmente à música nos salões; nas senzalas havia os ritos religiosos entre os pretos, e cerimônias católicas nas capelinhas privadas, etc.

** Colhemos o depoimento de descendentes dos: Franco de Sá, Azevedo, Dias Matos, Pereira, e todos aludiram a mestres em suas casas.

*** No depoimento de um membro da família Mattos, ele referiu-se às suas tias que falavam fluentemente o francês ensinado por um padre. Usavam o idioma somente quando vinha alguém de fora que falava com elas. Não liam os romances em francês. Não soube me dizer se não liam porque a aprendizagem foi somente prática, oral ou porque os romances eram proibidos às moças, pela parte moral. Percebe-se a preocupação dos pais em mostrar aos visitantes a erudição de seus filhos.

**** Conseguimos localizar inúmeros nomes de famílias tradicionais da Baixada Maranhense figurando como proprietários de residências hoje tombadas.

invernosa. Esses senhores rurais ressentiam-se por não deterem em suas mãos os cargos de projeção. Isto foi denunciado por Gaioso, embora não tenha nominado quando assim se expressou:

"Suposto que alguns dos nacionais sejam descendentes dos conquistadores²⁰ e restauradores da sua pátria: suposto que outros tirem a sua origem de alguma família distinta do reyno, posto que muitos destes nacionaes possuão grandes riquezas, a influência de hum clima ardente, a premeditada política do governo, e a impossibilidade de occupar aquelles empregos principaes e distincções que o coração humano sempre cobiça, abatem nelles de tal sorte toda a actividade, que a maior parte delles vive retirada huma grande porção do anno nas suas fazendas." 21

Na terceira classe dos habitantes do Maranhão, disse Gaioso, "há uma geração misturada",²² proveniente de europeu com negra ou de europeu com índia, mulattos e mestiços, que exercem

"todas as artes mechanicas, e todas as occupaçoens da sociedade que requerem actividade, que em geral os habitantes das classes superiores desprezão occupar-se nellas mais por vaidade do que por preguiça, ou talvez por huma, e outra." 23

O maior ou menor grau de espoliação influiu a comunidade na determinação hierárquica das duas últimas classes sociais. O negro sempre foi considerado superior ao índio, tanto por representar grande capital investido quanto por ter sua força de trabalho patenteado muito maior capacidade de produção nas diversas tarefas da lavoura e serviços domésticos. A função exportadora da região não permitiu uma valorização maior do nativo, uma vez que este elemento foi visto com "natural indolência e pouca ambição",²⁴ conforme afirmou Gaioso para justificar sua classificação incluindo o negro em quarto e

o índio em quinto lugar na escala social.

Embora os fatos históricos confirmem que os portugueses ficaram na dianteira social na Capital,^{*} preferimos considerar como primeira classe da Baixada Maranhense, na época imperial, a aristocracia rural, constituída pelos nacionais. No início do século XIX, os filhos do reino já não representavam uma classe forte, segundo o Almanack de 1861, mas apenas um punhado de comerciantes em cada freguesia, sem outras atividades (política ou administrativa) além de pequena mercância.

Nestas circunstâncias, a classe mais poderosa da Baixada Maranhense foi a dos lavradores.^{**}

Em segundo plano estiveram os pobres livres brancos, mulatos e os mestiços, estes dois últimos, fruto do sistema econômico-social, que, ao impor a escravidão, aviltou moralmente brancos, índios e africanos.

Os negros, considerados racial e culturalmente inferiores por sua própria condição de escravos, ocuparam o terceiro plano da estratificação social,^{***} embora a função civilizadora dessa gente tenha sido muito importante naquele contexto rural.

Como últimos componentes da escala social estavam os descendentes dos primeiros habitantes da terra.

Os costumes "sumamente corrompidos" entre mestiços, mulatos, negros e índios foram bastante criticados

* O grupo lusitano de São Luís foi tão forte politicamente que conseguiu adiar a adesão à Independência para quase um ano depois. (28.07.1823.)

** Referido Almanack dá a relação nominal dos lavradores, senhores de engenho, comerciantes, ocupantes de cargos públicos e postos militares e, entre os três primeiros, a respectiva nacionalidade. A partir desses elementos verificamos que a classe mais importante foi a dos lavradores.

*** Os negros foram considerados superiores aos nativos também socialmente falando, dentre outras razões, por sua maior participação no dia-a-dia. Foi um elemento mais ativo, criador e atuante no seio da vida familiar do grupo dominante.

por Gaioso, que disse ser comum:

"...encontrar-se pela rua huma índia , mestiça ou negra, ricamente vestida, e carregada de huma taboleta de ourives de ouro ao pescoço, correndo as ruas da cidade sem sapatos. Outras há que nem camisa uzão, e apenas por compustura deitão a camisa que he é curta, que chamão cabeçaõ, a roda despescoço." 25

O autor não observou que os valores europeus impostos aos antigos donos da terra e à gente africana não tinham grande significação. Por que e para que um indígena ou um africano calçar sapatos, se não via a necessidade física, nem estética, nem moral de cobrir os pés ? Por que e para que usar camisas, se o hábito do nativo foi de exhibir o tórax com a mesma naturalidade que o rosto ou outra parte do corpo? A grande maioria das tribos africanas não incluiu no rol de suas roupas a camisa. Em outros grupos, a própria circunstância os obrigou a "despir sua camisa de malê para vir de tanga, nos negreiros imundos, da África para o Brasil."²⁶ Se houve violentação foi de parte da Metrôpole, que obrigou essa gente dominada a admitir costumes que, nas óticas culturais africanas e indígenas, afiguravam-se totalmente inadequados. Se o uso de calçar e vestir foi gradativamente aceito pelas classes subalternas, não o foi por um reconhecimento de sua necessidade de fazê-lo, e sim em função do sistema econômico-social vigente, que elegeu a maneira de vida do Velho Mundo e a tornou obrigatória, inclusive como arma para manutenção e reprodução do sistema.

Outra corrupção apontada por Gaioso foi a mancebia continuada e, neste ponto, ele não pode excluir o homem europeu quando disse:

"... há brancos que preferem esta amizade ilícita com huma mulata, negra ou índia, ao mais ajustado casamento. Outros ha que já ligados ao estado matrimonial abandonão huma mulher formosa, e que muitas vezes fez a sua fortuna, por huma negra, ou mestiça, que certamente não merecia a menor predileção, ao negro mais feito da costa da África." 27

A mancebia foi uma das conseqüências do sistema social da escravidão. Seria impossível à mulher índia ou negra dissociar-se de sua condição de escrava em algum momento de sua vida; assim foi a escrava, e não a índia ou a negra, que viveu o amor físico com o branco. A depravação sexual, incluída na escravidão, incumbiu-se de rebaixar moralmente senhores e escravos. Gaioso inverteu o processo: foi o sistema social e econômico, repetimos, que infundiu a mancebia ao índio, ao negro e até ao branco, e não o inverso.

Vários fatores contribuíram para a miscigenação sem limites que ocorreu na Baixada Maranhense, e todos eles resultantes do sistema social e econômico da época. O interesse econômico favoreceu esse tipo de aliança, não apenas por se tratar de "uma colonização a princípio, de homens quase sem mulher", ²⁸ mas porque as escravas representavam verdadeiras matrizes reprodutoras de braços para o trabalho. De fato, acumulando as funções de mulher e serviçal, multiplicaram os bens materiais do colono, administrando com eficiência o que ilusoriamente parecia ser também seu, executando os trabalhos domésticos com eficácia, zelo e carinho. Assim, as escravas, mulheres sadias, afetivas e engenhosas* foram ótimas donas de casa, além de aumentarem o número de cativos que enriqueceram o patrimônio dos seus senhores. Moralmente diminuídas, tinham as mulheres de obedecer de maneira servil os caprichos dos brancos, satisfazendo, muitas vezes, as tendências masoquistas ou sádicas dos seus "superiores". Embora não fosse bem aceita, a sociedade assumiu a mancebia como um fato corriqueiro. **

Assim foi construída a sociedade da Baixada Maranhense: de classes sociais distintas, "fundada nos privilégios jurídicos, como elemento diferenciador".²⁹ A sociedade colonial foi um reflexo de toda uma conjuntura mundial que, englobou absolutismo, sociedade estamental,

* Especialmente as africanas.

** Foi comum os senhores terem prole mestiça paralela aos filhos legítimos; "Normal" também reservarem mucamas virgens para os "filhos de família".

capitalismo comercial, política mercantilista, etc. Esses processos correlatos e interdependentes foram fruto das tensões sociais européias advindas da desintegração do regime feudal e, ao mesmo tempo, a fase de transição para o sistema de produção capitalista. Embora a Europa do século XVIII já tivesse substituído o regime servil pelo assalariado, a natureza "comercial" de colonização, a mercantilização ocasional de excedentes da produção regional, sem mecanização da produção industrial, sem circulação e bens econômicos, sem especializações, sem divisão de trabalho, sem especialização da produção, etc., estabeleceu a implantação de uma sociedade em que as duas classes principais foram a dos senhores e a dos escravos.

Embora o sistema tenha eleito grande parte dos valores europeus, isto não significou que a prática dos mesmos excluísse contestações ou escamoteamentos por parte de brancos e pretos. Incoerências culturais foram vividas em todos os níveis, e isto em decorrência do contraditório, sempre à vista no sistema social vigente.

A moral cristã imposta pelos brancos foi acaçada ao nível das aparências. A fidelidade no casamento só pareceu invulnerável no âmbito social, dentro da casa grande, nas recepções, festas cívicas ou religiosas, ou no relacionamento entre pais e filhos. Na verdade, a maioria dos senhores mantinha, às escondidas, seus haréns de escravas. Neste ponto de vista, a massa rural foi mais autêntica, mostrando-se menos condicionada aos preconceitos familiares vivenciando sem subterfúgios o amor livre. O branco foi mais estável, no que diz respeito às práticas religiosas, raramente aderindo às credences africanas ou indígenas. Neste aspecto, poderia parecer inautêntica a atitude do negro, que pela manhã assistia à Missa e à noite frequentava o terreiro de macumba, cujas cerimônias, por sua vez, disfarçavam-se com a introdução de imagens de santos da Igreja cristã. Eles o fizeram em virtude das fortes imposições culturais sofridas que dada a condição servil, não permitiam naquelas circunstâncias escravistas, uma posição mais definida com relação

às suas crenças. Convém considerar também que a tendência ao misticismo em ambas as raças subalternas muito contribuiu para o rápido acolhimento aos ditames cristãos, levando-as a crer nos "mistérios da fé" proclamados pela Igreja Católica.

Os solares, sobradões ou casas de pedra-e-cal escondiam os atos decorrentes da "fragilidade" ^{*} das donzelas filhas de família, cujos rebentos tinham destino pior que o das proles ilegítimas que abertamente nasciam nas senzalas. Essa liberdade de procriação que tinham as negras só foi permitida porque, embora contrariasse os preceitos morais da época, ^{**} estavam em perfeita consonância com o prazer ^{***} e com o interesse dos senhores em aumentar o plantel de escravos de suas fazendas e engenhos. ^{****}

Nesse contexto conturbado formou-se a sociedade rural da Baixada Maranhense, com suas coerências e contradições.

A divisão social foi rígida e até o momento permanece impregnada nas gerações daquele meio rural. Ainda hoje se observa uma atitude servil entre o homem do campo e o dono da terra. A dependência material se estende ao âmbito moral, do palpável ao abstrato, daí resultando

*Expressão usada por uma das senhoras mais poderosas do Maranhão do século XIX, Ana Jansen, em seu testamento, quando se referiu aos seus filhos adulterinos.

**Talvez porque o negro fosse relegado a uma posição tão inferior, não se lhe exigia o cumprimento nem sequer dos valores morais.

***As prostitutas estão subentendidas em Gaioso quando se referiu a mulheres ricamente vestidas, com jóias, exibindo o busto pelas ruas. Outro elemento que confirma a existência da mancebia é o grande número de manumissões de mulheres que tiveram a liberdade por serem amantes de algum senhor, ou outras, que foram vendidas para centros urbanos com a finalidade da prostituição.

****Só não houve maior número de escravos nascidos nas fazendas, devido à grande quantidade de abortos ocasionados pelos maus tratos ou pelos pesados serviços impostos às gestantes.

uma atitude sempre submissa. Uma herdeira de grandes latifúndios da região de S. Bento,³⁰ nascida oito anos após a promulgação da Lei Áurea, falando dos ex-escravos, disse que alguns permaneceram na fazenda do seu avô, e outros fizeram casas nas próprias terras. Os primeiros continuaram trabalhando em caeiras, tirando lenha, apanhando água para o consumo da casa-grande, e as mulheres se dedicavam aos mesmos trabalhos caseiros. Os que moravam mais longe, ao chegar na casa-grande, tiravam o facão da cintura, o chapéu da cabeça, se ajoelhavam e pediam a bênção aos antigos senhores. O depoimento prossegue dizendo que todo o produto da caça, pesca ou agricultura era repartido com o ex-senhor, e em contrapartida o seu avô distribuía entre os ex-escravos toda a sobra da matança dos animais, o excedente do leite e de outros gêneros que a fazenda produzia.

Outra entrevistada³¹ descreveu seu tempo de adolescência em S. Bento e disse:

" Preto não frequentava nossas festas. Teve um promotor que era de cor. Embora fosse formado, minha família não deixava que dansássemos com ele. A classe pobre também ficava separada... cada um no seu lugar."

Eis outro depoimento³² interessante, que serve para perceber-se a rigidez existente entre as classes sociais :

"As classes não se misturavam. Como resquício disto vejo a atitude da mamãe, fazendo questão de nós nos distanciarmos das empregadas. As meninas brancas tinham de chamá-las de NHÃ, isto até no meu tempo, em pleno século XX. NHÃ Isaura foi uma preta nossa empregada que tinha toda autoridade sobre nós e nossa afeição, porém era NHÃ."

Embora a Igreja tenha demonstrado muita habilidade no trato de seus fiéis, com atitude igualitária quanto ao procedimento e cobrança das práticas religiosas, foi perfeitamente nítida a hierarquia social existente em suas

cerimônias: a classe dominante ocupando os primeiros lugares da nave central, onde ficavam ricos genuflexórios em madeira trabalhada e forração de cetim ou veludo,* e a população dominada, dividida em classe intermediária e escravaria, a primeira assentada nos bancos corridos, e a segunda em pé, nas laterais ou portas da Igreja.

"Nas cerimônias religiosas o meu avô usava um correntão de ouro com um grande crucifixo de 12 a 15 centímetros em cima de um manto de veludo preto." 33

Esta atitude do rico senhor de comparecer às festas religiosas ostentando traje de gala demonstra como o domínio econômico garantiu o status social que se estendeu ao âmbito da Igreja.

Essa ordem e subordinação eram também mantidas nas procissões. As pessoas de grande projeção social postavam-se junto ao andor, e a massa vinha logo após, sendo guardada a devida gradação entre remediados, pobres e servís.

Ao morrerem, os abastados senhores iam em caixões polidos e fechados com chave de ouro, iluminados por tocheiros de prata, e seus funerais revestiam-se de muita pompa, com missas de corpo presente, enterro em verdadeiras procissões, sepultamento nas principais Igrejas, cantos gregorianos, tudo isso determinado nos próprios testamentos. Foi grande o contraste entre todo esse ritual e os velórios silenciosos dos dominados, que só tinham uma cova rasa para repousar. Depois da morte do senhor e por determinação testamental celebravam-se missas "pelos escravos já falecidos". 34

A elite divertia-se em bailes, saraus, teatros,

* Grande parte desses genuflexórios está no Museu Sacro, na Igreja do Desterro, em São Luís.

e concertos com a "prata da casa" ou com artistas vindos de fora.

"A vila recebeu companhias italianas de teatro para distrair as famílias sambentuenses, cantos, peças de teatro, transformistas, etc. 35

As companhias vinham a São Luís realizar suas temporadas líricas geralmente na estação invernosa quando os trabalhos agrícolas arrefeciam, e os fazendeiros da Baixada e suas famílias se transportavam para a Capital.

Como disse Viveiros, o teatro teve dupla atração: a do palco e a da platéia. Aquele provocava emoções, esta fornecia admiradores para os vestidos, penteados e jóias.

Por ocasião desses acontecimentos sociais, a elite exibia seus trajes suntuosos, à moda européia, certamente inadequados ao clima quente da região.

" Também o vestuário se foi transformando. A saia de seda, a camisa de cambraia e o xale de lã, que vimos no tempo de Isabel Mendes (1712), deram lugar às saias de balões e aos corpetes de pafos com talas de baleia, tudo com muito pano. Na moda masculina, a cazaca de seda côr de pérola e o calção de cetim azul desapareceram para que surgissem a cazaca, a sobrecazaca e a calça de cazemira francesa..." 36

Em contraste com o luxo exibido nas festas dos afortunados * esteve a simplicidade dos dominados em suas

* O luxo exibido nessas festas foi descrito por pessoas entrevistadas, percebido através de fotografias antigas ou jóias de procedência identificada que estão com alguns colecionadores maranhenses ou no Museu do Estado.

festas populares,³⁷ com suas vestes brancas de algodão* cortadas e costuradas no local, sandálias ou tamancos, brin - cos, braceletes e colares coloridos ou em prata ou ouro, feitos por ourives da terra.

As diferenças evidenciavam-se nos mínimos de talhes. Ao lado dos solares, com suas sacadas de ferro, mag níficos portais trabalhados em pedra de cantaria, maçane - tas de cristal colorido em portas de madeira almofadadas, iluminados por lampiões ou candeeiros de porcelana, guarne cidos com mobílias austríacas ou francesas em dourado, ri - cas alfaias estrangeiras, tais como porcelana de Limoges, baixelas de prata portuguesa, cristais da Baviera, decora - dos com cortina de "voile" suíço, enfileiravam-se, em ruas tortuosas, humildes casebres, alumiados por lamparinas , com seus bancos toscos, um jirau, algumas redes e utensí - lios de barro. Isto sem falar nas senzalas, moradias cole - tivas do escravos, sem o mínimo conforto.

Além das ricas residências em São Luís ou nas principais vilas da Baixada, os senhores construía^m uma casa-grande em cada fazenda, para receber suas famí - lias e amigos na época das férias, no verão ou em passei^o os ocasionais.

"Os rapazes iam a cavalo com suas garotas na garupa. Os cabriolés conduziam as senhoras e crianças." 38

Essa descrição referiu-se às duas primeiras décadas do século XX, uma vez que a depoente nasceu em 1900 e narrou sua infância e adolescência. No século XVIII, o transporte mais usado pelos senhores eram as redes, condu - zidas pelos escravos.

* O vestuário e os utensílios usados pelos dominados foram muito mais adequados ao meio rural e ao clima da Baixada Maranhense. Essa coerência existiu devido à desigualdade que o sistema econômi - co estabeleceu. De outro modo, ambas as classes, ou tinham igual - mente assumido a filosofia de vida da sociedade de consumo, ou tinham optado pelo uso e pelos costumes mais compatíveis com a realidade local e não com os adotados pelos europeus.

" Os ricos senhores de engenho andavam em finas redes de linha esterlina, feitas à mão, enfiadas em grossas taboças pintadas de variadas cores com grossas correntes, às vezes, até de ouro." 39

Os palanquins, uns dourados e outros pintados a óleo, todos com ornatos de talha, sanefa de gorgorão, forrados de veludo e portas brasonadas, eram ostensivamente carregadas pelos negros, com suas librês de cores ber-rantes. As cadeirinhas de arruar emparelhavam com exuberantes cavalos de raça, que cruzavam as ruas das principais vilas da Baixada, em contraste com a grande massa espolia da que se locomovia a pé.

O sistema escravista foi tão penetrante, que a hierarquia social atingiu até as crianças, que não costumam distinguir, nos primeiros anos de vida, o rico do pobre, o preto do branco. Desde o nascimento, o sinhozinho tinha negrinhos para lhe servir até nas brincadeiras da infância, enquanto as mucamas lhe satisfaziam os prazeres de rapaz. As sinhazinhas brincavam com bonecas de louça vindas da Europa,* e as negrinhas acompanhavam as brincadeiras com suas bruxas de pano. Sempre a boneca de louça era a patroa, e as de pano, as criadas.⁴⁰ Uma entrevistada falou de sua primeira infância em Alcântara, dizendo que:

'Meus brinquedos eram: uma boneca de biscuit comprada na Suíça e um aparelho de porcelana dourada, de chá, café e jantar, miniatura dos grandes, que me foi da do pelos filhos de Godofredo Viana. Afora isso, eu costumava brincar com um saco de libras esterlinas de ouro. Minhas tias colocavam uma esteira no chão, uma coberta por cima e eu ficava ali fazendo montanhas, casinhas, torres, etc., com as libras de ouro. Hoje em dia não tenho nenhuma...41"

* A boneca de louça, sem movimentos, despida era vendida como brinquedo para as meninas iniciarem a prática de costura. No Museu de Justina Nava, em S. Luís existem algumas delas. Outro tipo de boneca, com corpo de massa, cabeça, mãos e pés de "biscuit", movimentos de pescoço e membros, de origem Européia e com dupla finalidade: de manequim e ao mesmo tempo, de brinquedo.

Como em todo o resto do Brasil, a sociedade local foi constituída com base em certos ditames, dentre os quais o condicionamento de que o que provinha da Europa era superior ao que procedia da África ou da própria terra, tanto no nível material quanto no moral, religioso ou intelectual. As determinações da classe dominante não se faziam acatar apenas por uma questão de subordinação social e material. Além da obediência imposta pelo próprio sistema, os brancos eram aceitos como líderes intelectuais, eruditos e doutores. Assim, quando os senhores, unicamente por medida de economia, asseveraram a prejudicialidade da ingestão, no mesmo dia, de dois tipos diversos de alimento, isto foi obedecido piamente pela classe dominada, na certeza de que, de fato, era prejudicial, ou até mesmo fatal. Foi de tal ordem assimilado esse costume que atravessou as gerações, permanecendo até os nossos dias o medo de fugir a essa prescrição. Por mais que seja explicada a origem de tão descabida dieta, a massa rural não acatou a explicação de que somente com essa medida os senhores puderam manter suas despensas abarrotadas de gêneros alimentícios importados,⁴² de iguarias e alimentos básicos produzidos na própria fazenda. Ao lado dessa variedade e fartura de alimentos na mesa do senhor, a ração da escravaria não variou muito da farinha de mandioca, feijão, arroz, carne e peixe secos, complementada pela fruta da época, de maior abundância e menos consumida pelo branco.⁴³

Não raro, a massa experimentava ora a fartura dos alimentos básicos, ora a fome, e essa oscilação na quantidade de gêneros alimentícios de subsistência existiu conforme a maior ou menor favorabilidade na exportação mercan

* Até hoje o povo da Baixada, em quase sua totalidade, não toma juçara e come outra fruta qualquer depois. Como o português não apreciou muito o suco da juçara nativa, de grande produção na região, muito apreciada e consumida pela escravaria, foi usada como seguro impedimento ao consumo de outras frutas mais leves e sempre presentes na mesa dos brancos. A manga, também abundante e considerada pelos brancos como fruta indigesta, foi outro "instrumento" para o freio alimentar do escravo. "Manga com leite mata". Boa maneira de reservar a produção do leite para a pequena industrialização e consumo da casa-grande.

til. Quanto maior a exigência de trabalho escravo para atender a demanda do mercado externo, tanto menor e pior foi sua alimentação, uma vez que faltavam braços para as culturas paralelas. Esse é um dos pontos de vista em que o escravismo se diferencia do capitalismo que, nos momentos de intensa produção industrial, beneficia o operariado com melhores salários e mais empregos. Com os negros aconteceu o contrário: quanto maior a exportação, mais trabalho e menos alimentação.⁴⁴

Esse foi o quadro social da Baixada Maranhense na época imperial - um acervo de confrontos, contrastes e contradições. Aos barões, viscondes, senadores do Império, deputados, comendadores, juizes, vereadores e sacerdotes, em seus trabalhos específicos de mandantes, sobravam muitas horas para repouso e lazer. As sinhás-donas dirigiam os solares, mas não tinham nenhuma noção dos trabalhos domésticos em sua prática.

"Minha avó não sabia nem passar um café, pois até para levantar o fazia pela mão de uma escrava." 45

As sinhás-moças, além da leitura de romance, especialmente os franceses,⁴⁶ faziam renda, labirinto ou bordados à mão, compareciam a festas religiosas ou profanas, passeavam em cabriolês e passavam as férias nas fazendas ou em São Luís. Os rapazes, ao voltarem de seus estudos na Europa ou em Olinda, dedicavam-se à política, raramente à direção das fazendas, ou simplesmente aos divertimentos de uma vida de muita ociosidade e pouca vontade de conhecer ou enfrentar a realidade local, preferindo, muitas vezes, assumir os valores europeus, de grande inconsistência para o meio rural :

"É inegável que com o seu regresso da Europa (Viveiros refere-se os rapazes de Alcântara), os costumes patriarcais da velha cidade se foram modificando." 47

Foi de tal ordem a influência européia sobre a mocidade rica da Baixada Maranhense que, a título de

crítica ao galicismo frequente, correram " de boca em boca estes versos": 48

" O tremô hoje é *console*,
Tête-a-tête é canapé,
Étagère, as prateleiras
Dança à noite é *soirée*.

Chamam *soutache* a trancinha
A seda branca, *foulard*,
Chamam *passameneries*
Ao mais pequeno alamar.

Tudo tem mudado os nomes
De certo tempo pra cá,
Até aos pais de família,
São: a *mamã* e o *papã*.

A grande maioria ficou nos campos, de sol a sol, em trabalhos duros de lavoura para manter a função exportadora da região, por todo o tempo em que o mercado externo exigiu. Pobres livres executavam trabalhos tão pesados quanto o dos escravos, para garantir sua sobrevivência; e os negros servis, numa prática exaustiva, estavam presentes em todas as frentes: desde os campos, engenhos, trabalhos auxiliares da exportação até a construção e conservação das residências, transporte e assistência permanente aos brancos.

Em resumo, a sociedade rural da Baixada foi constituída de dominantes, que desconhecaram por completo as práticas necessárias à vida do campo, e de dominados, que executavam todas as tarefas necessárias à engrenagem produtiva, limitados a uma prática empírica sem o mínimo conhecimento exigível para um desempenho consciente de suas tarefas, uma aprendizagem a partir do exemplo de outros, em imitação constante, alheios ao que faziam. Para ratificar esta afirmação, transcrevemos parte de um depoimento tomado por ocasião da nossa pesquisa de campo :

"Na fazenda Tramaúba, antigamente pertencente a Penalva e hoje a Cajari, os escravos souberam da notícia da abolição que foi euforicamente dada ao som das trombetas. No mesmo instante todos abandonaram a fazenda, ficando somente o

senhor e seus familiares. Ao amanhecer todos ficaram paralizados sem saber o que fazer. A senhora não sabia passar um café. Não houve nenhuma preparação para essa gente ficar sem o braço servil. Contam os antigos que os cavalos de montaria morreram presos porque não teve ninguém que soubesse abrir a estribaria."49

A citação abaixo nos mostrará com nitidez, pelo menos naquele momento histórico, qual a direção tomada pelos escravos depois da libertação.

"Com a abolição muitos escravos ficaram desatinados sem saber o que fazer e optaram por continuarem nas terras dos seus ex-senhores em trabalhos que garantiram tão-somente sua sobrevivência e de seus familiares até a morte." 50

4.3 A EDUCAÇÃO

Os estudos locais, tanto no plano econômico quanto no político e social, foram imprescindíveis para acompanhar o seguimento educacional processado na Baixada Maranhense, no período estudado, uma vez que ele teve relação tão completa quanto possível com o meio social. A educação se efetuou sobre aquela estrutura social de relações definidas e por isso constituiu um dos instrumentos dentro do conjunto dos diversos fatores que reproduziram aquelas relações.

O que, como e para que a comunidade produziu; como, porque e para que dominantes e dominados desempenharam seus papéis; de que maneira os grupos políticos dirigiram a região e como se deu a relação entre as classes sociais eis alguns dos indicadores que foram utilizados para a análise do processo educacional da região enfocada, entre 1822 e 1889.

Fatos históricos nos permitiram concluir que no sistema de relações de dependência os choques e alianças foram determinados ou suscitados pelo fator econômico;

foi ele que norteou a estrutura das relações internacionais que, por sua vez, influenciou na organização interna, pondo em prática certas condições de produção. A influência externa estendeu-se também à educação, que refletiu a cultura européia.

A educação, inserida no sistema econômico-po^lítico e sócio-cultural, mostrará os reflexos da dependên^{cia} regional e suas peculiaridades. Essa análise explicará como a educação se estruturou naquele sistema e contri^{bui}uiu para a manutenção do mesmo; como foi produzida e pro^{duzi}u; como teceu todo um complexo de regras que contri^{bui}uiu para a manutenção do sistema implantado. Além de ser um dos veículos de sustentação ela produziu uma série de valores que implementaram a situação reinante.

Houve um relacionamento recíproco. A educa^{ção}, da maneira como foi oferecida, estimulou a dependên^{cia}, e essa situação de dependência levou o sistema educa^{cional} a um ensino estático e sem criatividade.

4.3.1 AS PRIMEIRAS ESCOLAS DA BAIXADA MARA- NHENSE

Os problemas ocasionados pelas relações eco^{nômicas} de dependência foram-se prolongando também no âmbito educacional.

Em razão de limitações econômicas ^{*} e da vastidão do território colonial, o governo português foi pre^{mi}do a mostrar-se indiferente ao ensino, dando oportuna^{da}de aos missionários, especialmente os jesuítas, de chama^{rem} a si a responsabilidade das escolas e o monopólio da cultura, até meados do século XVIII.

A obra missionária, cuja preocupação imediata foi a catequese, meio usado para a cristianização, não exigiu dos fiéis alto nível de instrução. Os ensinamentos não se fizeram através da leitura e crítica dos textos bí^{blicos}, mas apenas pela comunicação oral dos dogmas cris-

* Ver páginas 11 e 12

tãos. A este propósito e com relação ao período colonial, diz Manuel Aires do Casal: ⁵¹

"A educação e a instrução civil e moral do povo eram nenhuma; a da classe dos nobres cidadãos quase nula, e que tudo se reduzia a algumas práticas religiosas meramente externas, e às poucas escolas elementares regidas pelos jesuítas."

Os inacianos, que acompanharam os conquistadores, tiveram uma participação muito ativa na política de colonização, especialmente a nível de "civilização, ensino e liberdade" ⁵² do gentio. Ocuparam-se também da parte material da Companhia, julgada necessária ao alcance do objetivo maior - a cristianização. Dadas essas circunstâncias, a Igreja, representada por aqueles religiosos, só conseguiu se desincumbir da função educacional de maneira precária.

O relacionamento entre jesuítas e colonizadores alternou-se entre conflitos e alianças: conflitos, na medida em que os primeiros consideravam o aborígine como almas a serem salvas, e os segundos como a única força de trabalho disponível; alianças, quando os missionários se apresentavam como mediadores entre o branco e o silvícola.

Na Baixada Maranhense, os filhos de Loiola iniciaram suas atividades logo após a conquista portuguesa, trabalhando isoladamente em "reduções", provavelmente para proteger os nativos da escravidão e, ao mesmo tempo, estabelecer as bases econômicas da Companhia através da instalação de fazendas e engenhos. * Depois de percorrerem toda a região, fixaram-se em dez aldeias tupinambás espalhadas pelo litoral, em outra às margens do Lago Maracu ** e duas nas proximidades do Pindaré. Dentre as dez primeiras,

* O engenho de São Bonifácio do Maracu e as fazendas de Amanajuí, de São Braz, de Pericumã, de Javeroca, de Periapuí, do Pericumã de Tapuitapera, de Amanejuby, de Paratu Novo, Cachoeira dos Morcos são exemplos de estabelecimentos cujo início foi aldeias ou reduções.

** Maracu foi uma das maiores fazendas. Em 1730 contavam-se 15.600 cabeças de gado vacum e 500 cavalos, além do Engenho e grande lavourea, oficinas de tecelões, carpinteiros, serralheiros, ferreiros, etc.

a de maior duração foi a de Serigipe, fundada em 1655, distante quatro léguas de Alcântara. As outras nove, fundadas mais ou menos na mesma ocasião, já não mais existiam em 1734. Em todas elas, ensinaram leitura, arte e ofício, além da catequese.

Até a primeira década do século XVIII, os seguidores de Santo Inácio limitaram-se a trabalhar nas aldeias, na cristianização, alfabetização do gentio e ensino profissional, que surgiu da necessidade de mão-de-obra especializada nas missões, à proporção que estas iam-se transformando em fazendas e engenhos.

Diante da retração dos jesuítas e consequente falta de escolas na vilas da região, em 1696, os Mercedários de Alcântara abriram uma escola gratuita para ensinar a ler, escrever e solfa, que funcionou no Convento de N.S. dos Remédios, até 1850.⁵³

O Colégio do Maranhão deu certa fama de bons educadores aos jesuítas. Como Alcântara, berço da aristocracia rural maranhense, em princípios do século XVIII, era a mais importante vila do Estado, em 1714 seus moradores solicitaram ao Rei licença para que os inacianos estabelecessem um Colégio ali; fundamentaram seu pedido na necessidade:⁵⁴

"que tinham aqueles moradores de quem lhes doutrinasse os seus filhos, assim nos bons costumes como nas boas letras, e por isso se obrigaram a recorrer aos Padres da companhia para fundarem naquela vila seu domicílio."

Atendendo aos pedidos da elite alcantareense, aqueles religiosos trataram de estender seu raio de ação às vilas e freguesias da região, esperando, sem dúvida, cultivar futuras vocações religiosas. Após a concessão real pela Provisão 02.02.1716, construíram sua Casa e uma Capela sob a invocação de Nossa Senhora do Pilar. Na primeira, lecionaram leitura, escrita, latim e catecismo. Com isso, seu raio de ação se estendeu às práticas so-

ciais e à vida cultural, além das funções religiosas, penetrando na casa-grande alcantareense. Como explicou Gilberto Freire:⁵⁵

"Pelo colégio como pelo confessionário e até pelo teatro o Jesuíta procurou subordinar à Igreja os elementos passivos da Casa-Grande: a mulher, o menino, o escravo. Procurou tirar da casa-grande duas de suas funções mais prestimosas: a de escola e de igreja. Procurou enfraquecer a autoridade do "pater famílias" em duas de suas raízes mais poderosas: a de Senhor Pai e de Senhor marido."

No Maranhão, como no Brasil, várias foram as conseqüências da atividade educadora dos inacianos. Com sua rigorosa disciplina e espírito autoritário, prepararam seus discípulos à constante atitude dependente ante a dominação espiritual e intelectual dos mestres. Manfredo Berger⁵⁶ apontou como conseqüências importantes do ensino jesuítico "a monocultura intelectual, subordinação, alienação, inteligência passiva e bacharelismo, produto típico de uma escola de conteúdo clássico e humanístico". Apontou também, como conseqüência do ensino daqueles educadores, a atitude do Estado em considerar a iniciativa privada como solução, uma vez que não pode assumir sozinho o compromisso de educar, e a maior regalia que tiveram as escolas privadas perante as públicas. Relatórios de Inspectores da Instrução Pública da Província do Maranhão confirmam as facilidades que a administração local ofereceu para a abertura de escolas particulares, tecem elogios e demonstram considerações dispensadas a esses estabelecimentos de ensino.

O florescimento da política educacional jesuítica na Província feneceu no início da segunda metade do século XVIII. A nova política do Marquês de Pombal abrangiu, entre as metas do seu governo, a retirada dos seguidores de Santo Inácio de Portugal e de suas colônias. Essa medida visou estrangular a crescente influência político-social dos Padres e especialmente a autonomia econômica da Companhia, forte concorrente da Coroa portuguesa. Apesar da justificativa dos inacianos de estender suas ativi

dades ao temporal para melhor responder ao espiritual, como disse o próprio Padre Antônio Vieira⁵⁷ quando afirmou que

"A administração espiritual dos índios é tão dependente da temporal que sem esta se não pode conservar aquela."

foi muito criticada a atividade econômica dos Padres. Pombal compreendeu muito bem a inter-relação que houve entre o poderio econômico e a influência sócio-cultural da Companhia, onde um instrumento realimentou o outro.

A 20 de maio de 1760, os executantes da ordem real prenderam os Padres dos Colégios e fazendas de São Luís. Tomadas as providências na Capital, o novo Ouvidor-Geral rumou para a Baixada. Alcântara foi a primeira a presenciar a prisão dos missionários e o seqüestro dos seus bens, seguida de Cumã, Viana, Ribeiro do Mearim, Engenho do Munim, Fazenda de Amandijuí, Pindaré, Peri-Açu, Gerijó, Pericumã etc. A 17 de junho, todos deixaram a região, passando por Alcântara, e

"o povo, consternado considerou a desgraça dos jesuítas como a sua própria desgraça." 58

Caeiro, ao descrever o sentimento popular por ocasião da expulsão dos jesuítas da Baixada Maranhense, bem demonstra a mentalidade européia da comunidade e a conseqüente satisfação com a atuação dos Padres no monopólio da cultura.

Como disse Emília Viotti,⁵⁹ os religiosos monopolizaram a cultura

"preenchendo as necessidades da colônia, fornecendo uma educação retórica e erudita, ornamental, essencialmente definidora de status, elitista pela sua própria natureza."

Uma das características da sociedade dependente é acatar e vivenciar valores externos e inadequados ao

seu meio e às suas necessidades.* A Baixada Maranhense apesar de suas características propriamente rurais, sempre conservou valores citadinos portugueses.**

Condenado o sistema escolar da Companhia, tratou o Governo português de legislar no sentido de ser criada uma rede pública escolar na colônia, através de Escolas Régias que deveriam ser mantidas com recursos advindos de um imposto sobre diversos gêneros de consumo, denominado "subsídio literário".⁶⁰

Trinta e quatro anos depois da legislação pom-balina, em 1794, foi aberta a primeira escola em São Luís sob a responsabilidade de Manuel do Nascimento Câmara, o mais antigo professor público maranhense de que se tem notícia.*** Em todo o resto do Maranhão, até o fim do século XVIII, o ensino foi dado por professores particulares, a título precário. Ao findar-se o período colonial, o Estado contou com duas escolas secundárias, ambas na Capital, e, em toda a Colônia, doze de primeiras letras, das quais quatro da Baixada Maranhense, nos municípios de maior movimento agropecuário: Alcântara, São Bento, Guimarães e Viana.

4.3.2 A EDUCAÇÃO SISTEMATIZADA NO MARANHÃO DO IMPÉRIO

A Constituição imperial promulgada em 1824 garantiu a instrução primária a todos os cidadãos,**** porém somente em 1827 foi votada a lei que regulamentou a instrução pública brasileira. Esta última tornou obrigatório o ensino mútuo, preconizado na Europa por Lancaster, e determinou a criação de escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugarejos mais populosos, assistidas por professores vitalícios, depois de submetidos a

* Quando nos reportamos ao contexto social no Império.

** Os colonos ingleses abdicaram de muitos dos valores europeus, criando novos valores adequados à vida americana.

*** Foi o primeiro a perceber seus vencimentos pela rubrica subsídios literários do orçamento da Câmara de São Luís.

**** Parágrafo 31 do artigo 179 da Constituição de 1824.

concurso público, em presença do Presidente de cada Província. As matérias constantes do currículo oficial foram leitura ⁶¹, escrita, quatro operações, quebrados, decimais, proporções, noções de geometria prática, gramática da língua nacional, princípios da moral cristã e da doutrina católica apostólica romana ^{*} que deveriam ser oferecidas aos discentes e devolvidas "na ponta da língua", ^{**} sob pena de pesados castigos, incluídos pelo método mútuo lancastino.

A subjugação do discípulo pelo mestre apoia da na ortodoxia pregada pelos jesuítas e continuada pelo regime escravista, especialmente a partir do período pomalino, foi fortalecida pelo método lancastino, acrescido de castigos corporais, importante instrumento de domesticação ^{***} há muito implantado em outras instituições sociais.

Em 1829, as aulas régias foram substituídas por vinte e quatro escolas públicas instaladas na Província, inclusive oito em municípios da Baixada Maranhense. Segundo Viveiros, foram "pequenas as matrículas, mesquinho o aproveitamento."⁶²

Ao que tudo indica, o novo método implantado não deu os resultados esperados no Maranhão, especialmente na região estudada, quanto ao aproveitamento. Quanto ao número reduzido de matrículas, o problema permanecerá durante todo o Império, como veremos a seguir.

Diante do fato, parece que os governantes, procuraram remediar o pouco aproveitamento. A primeira iniciativa partiu do governo imperial que, em 1834, expediu Ato Adicional delegando às assembleias provinciais a

* O artigo 5º da Constituição imperial considerou a religião católica como a oficial, o que vem confirmar a influência da Igreja Católica, desde os primórdios, em todos os setores da América Portuguesa e no Brasil, inclusive na educação, onde sua influência foi tão forte quando decisiva.

** Expressão usada pelo povo maranhense até os dias de hoje.

*** Além da escravidão, a família é um exemplo de instituição onde os castigos corporais estiveram presentes.

incumbência de legislar sobre a instrução pública primária e secundária; provavelmente, esperou a Coroa que as leis, elaboradas pelo legislativo local, respondessem às reais necessidades de cada Província.

Delegada a competência, na primeira sessão legislativa de 1835, a Assembléia Provincial criou,⁶³ na Capital, as cadeiras de língua pátria, língua inglesa, história e geografia, e aulas de gramática latina em São Bento, São Bernardo e Rosário.

Duas tendências podem ser observadas entre aqueles parlamentares maranhenses: a de conservarem a tradição deixada setenta e quatro anos atrás pelos jesuítas que assentaram o currículo de suas escolas, principalmente na cultura clássica, e a de enxergarem o problema, localizando a deficiência do ensino ora no método, ora no currículo.

Em 1838, a Assembléia Provincial votou uma lei autorizando o Presidente da Província "a mandar para a França um sujeito de reconhecida e indispensável habilidade, a fim de aprender praticamente o ensino pelo método lancastriano",⁶⁴ e, na volta e durante o prazo mínimo de três anos, reger uma Escola Normal, na Capital, onde estagiaram os professores primários para posterior aplicação do referido método em toda a Província. Foi mandado um professor que, de volta, iniciou o treinamento dos docentes a partir de janeiro de 1840, enfrentando sérios problemas na sua implantação.⁶⁵

Como medida saneadora das falhas da educação, em 1841, foi criada a Inspetoria da Instrução Pública com as atribuições de fiscalizar e inspecionar as escolas da província, regular e dirigir o sistema e método prático de ensino, fazer o regulamento interno das escolas, servir de intermediário entre o Governo e o professorado e apresentar, semestralmente, relatório sobre a instrução pública da Província. Daí em diante a Inspetoria desempenhará um papel muito importante no processo

educacional maranhense, e seus minuciosos relatórios for neceram os elementos necessários aos relatórios em que os Presidentes da Província prestavam contas de seus governos à Assembléia Provincial. Os subsídios contidos nos relatórios a esses dois níveis se constituíram recursos imprescindíveis ao estudo dos problemas educacionais do Maranhão.

No plano do conteúdo, o sistema educacional da Província procurou transmitir um saber estranho, inatingível e inaplicável à massa, sistematizado a partir das necessidades de uma sociedade dominante, a europeia. Na Europa, onde a industrialização estava em pleno desenvolvimento, o currículo adotado visava à formação de mão-de-obra adequada às necessidades industriais do momento. Da disponibilidade de emprego oferecida pelo mercado de trabalho, surgiu uma aspiração popular de frequentar os bancos escolares, o que, naquele momento, não ocorria no Maranhão. Entretanto, os governantes transplantaram a maneira de aplicar o currículo oficial através de um método elaborado para uma sociedade industrial com grau de desenvolvimento social bastante elevado, em comparação, especialmente, ao nosso meio rural.

A tentativa de solucionar os problemas da educação com providências administrativas, reformas na legislação ou a nível curricular e pedagógico será uma constante na história da educação da Província do Maranhão, como demonstra o quadro-resumo das falhas apontadas nos relatórios de Inspectores da instrução pública, de fls. 814.

Na visão desses Inspectores, o reduzido número de matriculados, em relação à população livre da Província, e o número insignificante de alunos que prestavam exames no fim de ano letivo foram característica do ensino local deficiente. Responsabilizaram por essas falhas a legislação, o pessoal irresponsável ou incompetente, a falta de material, os currículos e métodos não adaptados.

Grande parte dos relatórios refere-se às omissões do Regulamento, tais como a obrigatoriedade, gratuidade e liberdade do ensino, e ausência de uma Escola Normal. Os beneplácitos da lei (e o exemplo mais constante foi a vitaliciedade dos professores) também foram apontados pelos titulares da pasta da Educação como entraves legais ao bom funcionamento das escolas.

No entender dos inspetores, foram fatores decisivos para a deficiência do ensino, especialmente no interior da província: a falta de casas adequadas para o bom funcionamento das escolas cujas classes funcionaram na própria residência do professor; a falta de móveis, o que muitas vezes obrigou os alunos a trazerem seus tamboretos de casa ou sentarem-se no chão; a carência de utensílios, tais como pedra de lousa, lápis crayon ou de escrita, tinta e tinteiro, pena e papel etc., afora a falta de taboadas abecedários, cartilhas e resumo do sistema métrico; o número insuficiente de escolas, o que deixou muitas regiões da província a descoberto, e, por fim, os baixos vencimentos que não incentivavam as pessoas de bom nível a seguir a carreira do magistério.

Vários professores, nomeados por influência política, mostraram-se irresponsáveis, displicentes, faltosos ou incompetentes, desestimulando os alunos com seu exemplo. Outra acusação feita a nível de pessoal foi contra "a desídia dos Delegados literários", que não cumpriam, na maioria das vezes, a tarefa de fiscalizar os professores, limitando-se a "passar atestados graciosos" para justificar as faltas dos docentes. A falta de fiscalização foi muito enfatizada e considerada um dos fatores mais importantes para o baixo rendimento escolar no interior. O reduzido quadro de funcionários burocratas da Inspeção foi também ressaltado, embora com menos ênfase.

As críticas ao currículo, inclusão e exclusão de matérias, foram acidentais, assim como reflexões quanto ao método oficialmente adotado foram raramente encontradas e, quando muito, aludidas como vemos no quadro abaixo :

Resumo das
Falhas Apontadas pelos Inspetores da Instrução Pública *

| anos falhas | 1851 | 1857 | 1859 | 1867 | 1869 | 1870 | 1872 | 1887 | 1889 |
|----------------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|
| legais | x | | | | | xxx | xxxx | x | x |
| de pessoal | | xxx | | x | x | xxx | xxx | xxx | xx |
| materiais | xxxx | xxxx | xxx | | | xxx | xx | xx | x |
| curricular | | x | | | x | xx | x | | |
| de método | | | x | | | x | | | |

FONTE: Relatórios dos Inspetores da Instrução Pública
para o Presidente da Província do Maranhão -APEM

Convém notar que as deficiências apontadas na década de 50 concentraram-se muito mais nas questões materiais, enquanto os problemas legais e de pessoal só foram aparecendo nas duas últimas décadas do regime imperial.

O currículo e o método adotados foram relegados a um segundo plano, figurando nos relatórios de maneira superficial. As poucas observações feitas serão transcritas no decorrer do trabalho.

Em geral, pode-se deduzir que houve uma confiança ilimitada no poder da instrução que haveria de trazer benefícios para todos e, se tal não acontecia, era por limitações locais. Não perceberam, entretanto, que a causa maior e mais profunda foi devida a um problema de conjuntura econômica como, várias vezes, deixaram transparecer em seus próprios relatórios, sem contudo dela se dar conta. É justamente o que será demonstrado a partir da citação de trechos selecionados e organizados cronologicamente.

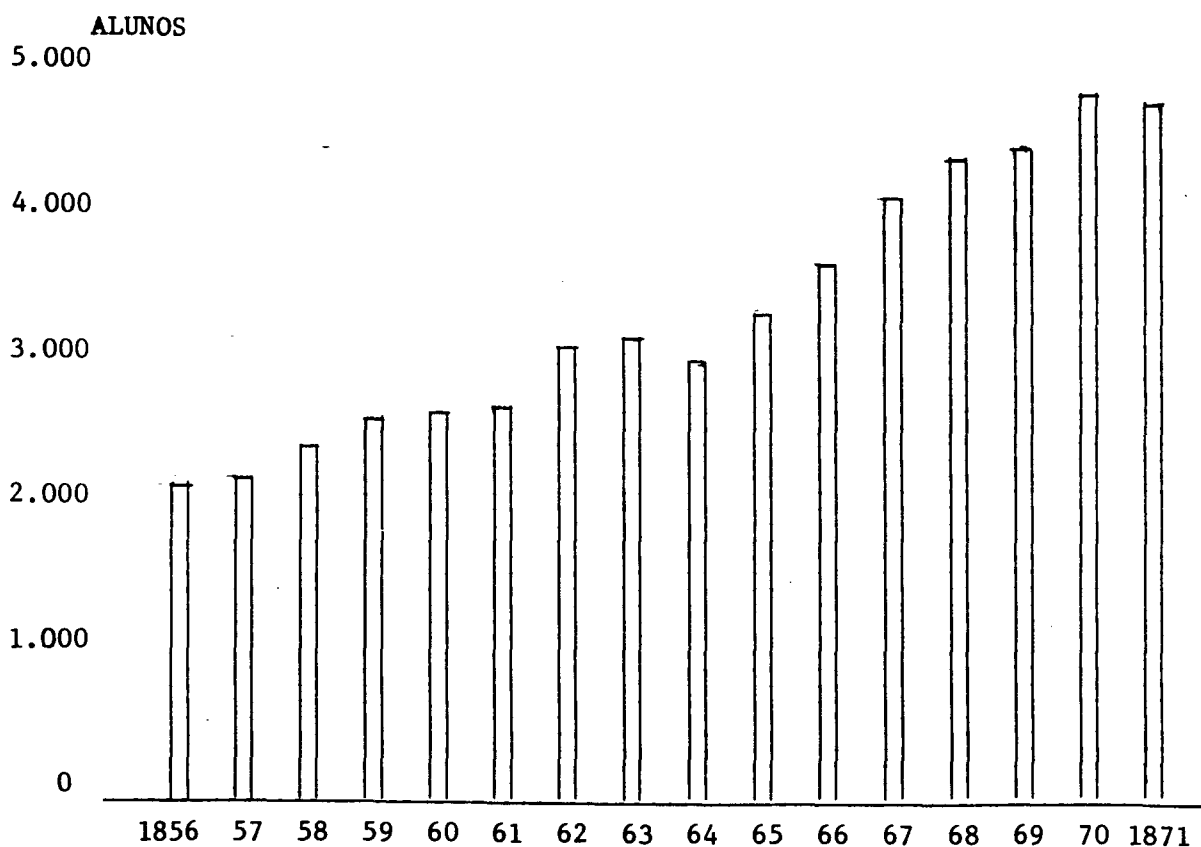
O primeiro pronunciamento que apresentou certo interesse foi o de 1852 em que o Presidente da Província

*Cada x refere-se a um dos itens anteriormente apontados e incluídos em uma só causa.

cia⁶⁶ ressaltou que um dos exercícios financeiros mais prósperos da Província foi o de 1850/1851. No que se refere à educação, disse da necessidade de uma reforma no ensino primário que matriculou somente 1.732 alunos em todo o Maranhão. Esses dados permitem deduzir a relação existente entre as atividades agrícolas, principalmente do algodão, que foi o produto mais importante da economia maranhense da época, e o reduzido número de crianças nas escolas de primeiras letras.

Conforme escreveu Viveiros, no início do regime imperial "eram pequenas as matrículas, mesquinho o aproveitamento". A exportação de algodão de 1853 chegou a 387.000 arrobas, o que exigiu muitos braços para o campo. De 1854 até 1860 houve uma baixa na média exportada. Paralelamente ao desaquecimento do trabalho agrícola, assinalaram-se 2079 alunos frequentando as escolas públicas primárias em 1856, o que foi aumentando gradativamente até o biênio 1863-64, como demonstra a Tabela que segue.

NÚMERO DE FREQUÊNCIAS
NAS ESCOLAS PRIMÁRIAS PÚBLICAS DO MARANHÃO
entre 1856 e 1871



Obs.: Embora a Instrução Pública tenha sido criada em 1841, não foram localizados mapas antes de 1856.

Nesse ano de 1864 a produção do algodão registrou o triplo dos anos anteriores, devido à grande procura de mercado externo que ofereceu até 24 mil réis/quilo. No mesmo ano a frequência dos alunos baixou de mais de 5%.

De 1865 até o fim do regime imperial houve boa produção da fibra, porém o preço caiu vertiginosamente, chegando a apenas 472 réis em 1885-86, e 386 réis no ano seguinte. Essa situação gerou o desinteresse dos plantadores em persistir no cultivo do ouro branco, o que explica o aumento contínuo da frequência dos alunos até o fim do Império.

O executivo provincial demonstrou, mais uma vez, uma visão parcial do problema educacional quando, em 1855, na proposição de um novo Regulamento, justificou-se junto à Assembléia Legislativa Provincial, dizendo:⁶⁷

"Regulado até aqui por uma legislação imperfeita, omissa em muitos casos, sem nexos, nem sistema, e desempenhado as mais das vezes por um pessoal pouco habilitado, porque a mesquinha retribuição que tem, não convinda outro que o seja mais, o ensino primário e secundário nesta Província não pode apresentar um resultado satisfatório, e correpondente ao seu fim, se bem que se dê um grande número de estabelecimentos públicos e em diversos particulares;"

O novo regulamento não parece ter dado os resultados esperados, pois, passados dois anos, o Inspetor da Instrução Pública, em relatório ao Presidente da Província,⁶⁸ disse que somente 2.116 alunos matricularam-se nas escolas de ensino primário, número "que está contudo bem longe de ser satisfatório, em relação à população livre da província".

No mesmo documento, o titular da educação apontou as várias obstruções que, a seu ver, foram responsáveis pelo "atrazo d'este interessante ramo do serviço Público".⁶⁹ Afirmou que :

"Não faltão à maior parte dos professores do interior as habilitações necessárias para o bom desempenho de suas obrigações; todos passarão pelas provas de exame n'esta capital: porém apenas entrão no magistério, longe da acção da autoridade superior e desassombrados de toda e qualquer fiscalização local, entregão-se a outros misteres, senão a indolência e a preguiça abrindo mão dos seus deveres."

Apresentou uma solução para o problema, mostrando a necessidade de "uma fiscalização rigorosa, uma vigilância incessante, exercidas por pessoas convenientemente instruídas e zelozas..."⁷⁰ Justificou que sua proposição foi em virtude da nomeação de delegados literários através de favores políticos e que, em virtude disto, não passavam de coadjuvantes dos "professores seus subordinados nos trabalhos eleitoraes".⁷¹ A ele pareceu que essa medida deveria "concorrer para melhorar o estado deplorável da instrução primária no interior da Província."⁷²

Dentre os documentos pesquisados este foi o primeiro relatório em que o inspetor se referiu a matérias inúteis que eram oferecidas no interior da Província, sugerindo a supressão das cadeiras de Latim dos municípios de Caxias, Alcântara e Viana porque:⁷³

"Há muito que ellas não dão, se quer, um alumno examinado... d'ellas não se colhe utilidade alguma: só tem necessidade de aprender o latim, quem tem que cursar estudos superiores; e aquelles que tiverem posses para prosseguir em taes estudos, facilmente, e com mais proveito se podem dirigir a esta capital... Já não sou da mesma opinião a respeito das cadeiras de Francez do interior, que devem ser conservadas, por isso que o estudo d'esta língua não necessita de outros estudos superiores, e n'ella é que se achão escriptos e tradusidos a maior parte dos livros de litteratura e sciencias applicadas a diferentes industrias, commercial, fabril e agricula."

* Não obstante a observação feita por vários inspetores quanto à inutilidade do Latim no interior, esta cadeira foi oferecida até a década de 70, conforme os mapas estatísticos fornecidos pela Instrução Pública.

O inspetor percebeu muito bem o papel da educação a serviço da minoria privilegiada. Alcântara, São Ben^{to} e Viana, municípios que congregaram as famílias de maior projeção da Baixada Maranhense, mantiveram suas classes de latim, não obstante a opinião de uma autoridade da própria instrução pública.*

Como nos relatórios anteriores, foi lastimado o número diminuto dos aprovados em relação aos que frequentaram as escolas nos diversos níveis. Como razão principal desse fato, o inspetor considerou: ⁷⁴

" a pobreza da maior parte dos paes que não conservão nas aulas os filhos até a epocha dos exames, tirando-os logo que começam a ler e a escrever com algum desembaraço para os empregarem em trabalhos de que lhes venha proveito immediato;"

Essa razão apontada pelo inspetor confirmou muito bem como a educação refletiu o contexto. A função exportadora da Província não permitiu que os pais dispensassem seus filhos da lavoura, atividade que julgaram ser mais importante por se tratar da própria sobrevivência. Esta circunstância premiu o povo a colocar a educação em segundo plano, uma vez que não houve mercado de trabalho fora da lavoura que, por sua vez, não exigia maiores conhecimentos técnicos.

O relatório apresentado pelo Inspetor⁷⁵, em 1867, demonstrou a fragilidade das medidas tomadas pelo governo em relação aos problemas educacionais. O documento fez referência a livros distribuídos gratuitamente nas escolas primárias. Esta medida visou superar as dificuldades surgidas em razão da pobreza dos alunos e de conseqüente carência dos compêndios adotados. Disse o próprio inspetor que essa medida, associada a uma rigorosa fiscalização, gerou um aumento de 363 alunos em toda a Província. Esse pequeno aumento em relação à população da Província mostra a inconsistência da medida tomada.

*Não obstante a observação feita por vários inspetores quanto à inutilidade do Latim no interior, esta cadeira foi oferecida até a década de 70, conforme os mapas estatísticos fornecidos pela Instrução Pública.

O documento que a Inspeção elaborou em 1870⁷⁶ ressaltou o fato indubitável de que a instrução pública no Brasil só se desenvolveu satisfatoriamente até alguns anos depois da promulgação da Constituição imperial. Naquele momento apresentava-se, de modo geral, estacionária em todo o país. Como causa principal dessa estagnação, o inspetor considerou a "indiferença pelo aproveitamento dos alumnos, que aliás, influidos pela grande causa geral do nosso atraso, já se mostram pouco zelosos de instruir-se, contentando-se apenas com a instrução superficial e pedantesca."⁷⁷

O titular da educação na província explicitou essa "grande causa geral" da seguinte maneira:⁷⁸

"É o atraso em que estão as artes e sciencias, ou, antes, a falta absoluta d' estes dous grandes elementos de progresso e civilização.

Ora, no mui pouco que sabemos, tudo é emprestado e, ainda assim, mal sabido. Apenas sabemos aquillo que era indispensavel para dar-nos logar entre as nações civilizadas;"

Duas semanas depois foi expedido novo documento da Inspeção para a presidência da Província⁷⁹ que, além das deficiências materiais e de pessoal docente e administrativo, acrescentou que:⁸⁰

"Quasi todos os professores tanto do ensino primário, como do secundário, se queixão da falta de estímulo da mocidade para aprender, e alguns attribuem este facto á extinção do castigo corporal.

Sem dar a menor importancia a esta apreciação, inteiramente falsa, e contra a qual protesta a experiência de tantos annos, do bom resultado do ensino pelo systema Lancaster, só attribuo aquelle facto aos próprios mestres.

Bons e maos estudantes sempre os houve. O que cumpre aos bons mestres é gerar nelles o amor ao estudo quando o não herdão da natureza; e o meio mais efficiente para o conseguirem, e ao mesmo tempo mais digno de um povo livre e esclarecido é o brio e o estímulo, para cujo germen ha tantos meios praticos conhecidos."

O inspetor apontou a falta de estímulo como causa da educação estática e a relacionou com a quase nenhuma adaptação do currículo às reais necessidades do aluno. As matérias ensinadas se caracterizaram pelo grau de dependência da província, que copiou o currículo europeu sem a preocupação de adaptá-lo de maneira prática. Como exemplo de matéria inútil, falou da cadeira de Latim, oferecida em Alcântara, sugerindo sua substituição pelo Francês. Outra matéria criticada foi a cadeira de Agricultura, ministrada na Casa dos Educandos Artífices, pois:⁸¹

"aprender agricultura sem pratica e applicação é cousa que desconheço.

E ter escholas por mera ostentação e impostura é cousa que nos desacredita e desmoraliza a instrucção publica."

Sugeriu a extinção da cadeira de Agricultura devido o seu caráter exclusivamente teórico, o que até àquele momento não tinha contribuído em nada, e ventilou a idéia de :⁸²

"o seo professor, que me consta ser um moço habil e proveitoso, de residir seis mezes, em cada anno, n'uma fazenda de lavoura da Provincia, que não distasse mais de trinta legoas da Capital, e que fosse designada pelo Governo, de accordo com o seo proprietario para ahi aconselhar e ensinar praticamente tudo quanto fosse conducente a melhorar a nossa agricultura."

Continuando a sua crítica, aquela autoridade apontou a falta de escrúpulos de especuladores que:⁸³

"sem a menor sufficiencia, se fazem autores de Compendios, e se ajustão com os professores, associados neste comercio vergonhoso, para os fazerem adoptar nas suas aulas e estabelecimentos."

Observou também a falta de adaptação dos livros adotados ao nível dos alunos, dizendo que:⁸⁴

"Tambem tenho visto nas escholas de educação elementar ensinarem-se os meninos pe

los Lusiadas de Camões, cujas bellezas se pretende fazer-lhes conhecer à força, por ser antes do tempo.

...
É pois é ainda um erro deploravel querer-se ensinar primeiras lettras por este precioso livro, que, quando muito, só se devera admitir para analyse, no ensino da gramatica philosophica."

Encerrou seu relatório⁸⁵ fazendo alusão a atos da Assembléia Provincial que beneficiavam individuos em detrimento do serviço público. Dessas exceções pessoas estavam resultando uma desordem e anarquia em todos os ramos do serviço público, inclusive na instrução.

Reconhecendo as falhas do sistema educacional, o Presidente da Província, em mensagem dirigida à Assembléia, declarou:⁸⁶

"A nossa instrucção pública não se acha em estado satisfatório. Não carece só de simples melhoramento, mas de grandes reformas."

Essas falhas são novamente confirmadas pelo inspetor,⁸⁷ em seu relatório de abril de 1872, quando, falando da decadência do ensino primário, registrou a lamentável proporção de um aluno para cem habitantes.*

Em dezembro do mesmo ano, o inspetor⁸⁸ procurou explicar essa lamentável proporção, apontando como principal causa "a obstinação dos paes em não mandarem os filhos à escola". Descreveu com muita clareza a forte reação dos pais contra o regulamento imposto, demonstrando que nem a violência nem os castigos iriam modificar a opinião deles. E explicou:⁸⁹

" Não vae o menino a escola da sua parochia, ora por falta de roupa ora porque o seu serviço é indispensavel em casa. Esta é a evasiva com que justificam a maior parte dos paes o seu errado proceder, quando uns restos de generosidade ain

* Esta proporção foi calculada com base na população livre, pois os escravos não frequentaram os bancos escolares.

da lhes dominam o espirito. Outros porêm vão mais longe, e até admira vel-os opor às admoestações do vigário, do delegado ou do professor, esta sentença proferida com todo o esgar da ignorância brutal: preciso do pequeno na roça: não o fiz p'ra doutor ! "

O "Errado proceder" e a ignorancia" brutal podem ser muito questionados naquele contexto em que os pais necessitavam de todos os braços disponíveis para atender a própria exigência econômica. Explicavam bem sua atitude quando diziam que o menino "é indispensável em casa" ou "preciso do pequeno na roça:"

Em fala dirigida à Assembléia Provincial , em junho de 1875, o Presidente apontou o descompasso entre a "avultada cifra" gasta com a instrução" sem a correspondente compensação."⁹⁰

Em relatório de 1877, o Presidente⁹¹ referiu-se ao trabalho que, por todo o império, vinha sendo feito para reerguer a instrução "do abatimento em que se acha" e que, embora todos os esforços possíveis tivessem sido feitos, a frequência, em 1876, foi inferior à dos anos de 1874 e 1875. Frisou também que a população escolar correspondia a um sétimo da população da Província, o que equivaleria a cinquenta mil estudantes, entretanto a frequência real não tinha correspondido à "duodécima parte d'essa cifra."⁹² Encerrou o documento propondo várias modificações regimentais, providências a nível material e de pessoal, curricular e de método de ensino como solução das deficiências do ensino primário, especialmente do interior da Província.

Mais uma vez um documento oficial mostrou a deficiência das providências tomadas pelo poder público para resolver os problemas da instrução.

Em fala de fevereiro de 1885, o Presidente da Província lamentou a marcha "lenta e morosa" da instrução, que deixava poucos vestígios em sua passagem .

Terminou o documento repetindo o que muitos outros já haviam subentendido "que a instrução pública no Maranhão está longe da realidade." ⁹³

Um ano depois seu sucessor atribuiu o descompasso entre a realidade maranhense e a educação à exígua remuneração que recebiam os professores, o que, por sua vez, originava o inadequado preenchimento das vagas por pessoas que não tinham vocação para o magistério e que, na maioria das vezes, o faziam com o intuito de vencer o tempo "para usufruir um santo ócio, uma aposentadoria".⁹⁴ Encerrou a falta dizendo que "o augmento de ordenado e a criação de uma escola normal"⁹⁵ são os meios de remediar tantos males.

Embora tenha crescido o número de escolas, e as despesas com a instrução, como a própria citação acima referiu, disse o signatário, no final do tópico relativo à educação, que ⁹⁶

'nem a matrícula e frequencia dos alunos nos tem tido augmento correspondente , nem o número dos exames finaes attesta progresso algum na instrução do povo."

Em janeiro de 1887, o novo inspetor⁹⁷ apontou outra vez o reduzido número de matriculados em relação à população em idade escolar da Província, afirmando ser ⁹⁸

"diminuto o número dos alunos matricula dos nas aulas publicas da Província, comparãdo com os grandes nucleos de população a que ellas pertencem. Se no interior esse facto está determinado pela distância e natureza dos caminhos e pelos poucos recursos de que dispõem os paes para levar os filhos às escholâs, não deixa também de contribuir para esse resultado - como factor mais poderoso, - a desidia d'aquelles que não conhecem os effeitos beneficos da instrução."

O inspetor relacionou também a retração dos meninos da escola com a influência indevida da política que, a seu ver, contribuía para o baixo nível da instru-

ção, dizendo:⁹⁹

"Se não me apraz envolver em conceitos pungentes o magistério da província, não posso velar a verdade de uma reforma que tenda a substituir o seu pessoal em quasi sua totalidade, pois devendo os professores em máxima parte as suas cadeiras às influências políticas que a seu proprio merecimento não cessão - esquecendo os seus deveres - de lhes dar armas de sua dedicação política e nem se diga que n'esta especie tenha um partido mais que outro a vantagem de menos escrupulos. "

Infelizmente a relação que fez o inspetor com a política foi mais orientada para as falhas dos professores indicados por políticos que para as deficiências da instituição como aparelho ideológico, ficando, por isso, no domínio dos fenômenos, e não das estruturas.

Em fevereiro de 1888, o Presidente voltou a apontar as deficiências do ensino primário na falta de inspeção das escolas; quanto ao secundário, além de outras, acrescentou "que o programa de estudos ainda era deficiente comparado com os das outras províncias do império".¹⁰⁰

Provavelmente ele estava se referindo ao relatório em que o Inspetor da Instrução Pública reclamou do programa determinado pelo regulamento de 2 de julho de 1874, que limitou o conhecimento.^{100-A}

"a esse ler, escrever e contar, a essa gramática e catecismo, se antigamente foram o máximo da instrução, hoje não o podem ser, porque as aspirações do espírito moderno são outras."

...

"Por que não instruí-los desde logo no que toca à economia social, à lavoura e horticultura?"

Os professores maranhenses perceberam que o ensino da Província não acompanhou a evolução dos tempos; que a parte pedagógica estava aquém do desejado; que

as escolas não tinham o mínimo necessário para um funcionamento regular. Segundo Jerônimo Viveiros¹⁰¹, "já eram teses vitoriosas no Maranhão Província, o preparo técnico do professor, a obrigatoriedade do ensino e a liberdade no exercício do magistério".

A análise da documentação encontrada permitiu verificar que na Baixada Maranhense, como no resto da Província, as escolas foram frequentadas por um reduzido número de crianças, em proporção à população livre em idade escolar. "O Almanack do Maranhão", de 1862¹⁰², publicou a lista nominal dos professores e respectivas classes, o número de alunos, da população livre e escrava etc. de cada município da Província. Dos dezesseis municípios que constituíam a Baixada Maranhense, onze ofereceram elementos, somando-se um total de 48.508 almas e 650 alunos matriculados nas escolas públicas de primeiras letras, o que equivaleu a um pouco mais de 1% daquela população rural; isto sem contar com a população escrava, que foi aproximadamente de 25.000 negros.*

Existiram professores zelosos nos diversos municípios da região, o que pode ser confirmado através das exposições de motivos, ofícios reivindicando o necessário para o bom funcionamento das aulas, mapas demonstrativos do movimento escolar etc., de professores para os inspetores da instrução. Essa documentação demonstra a preocupação daqueles mestres na qualidade de ensino a ser oferecida aos seus discípulos.**

Ao lado desses docentes merecedores dos maiores elogios,*** assumiram as responsabilidades do magistério pessoas incompetentes e irresponsáveis que, devido a

* Os escravos não frequentaram os bancos escolares. Um ou outro aprendeu a ler nas próprias fazendas.

** Estão contidos no Arquivo de Custódia do Arquivo Público do Estado do Maranhão, maços contendo ofícios da Instrução Pública entre os anos de 1841 e 1888, que permitem o acompanhamento das atividades docentes nesse período.

*** Os professores de Viana, São Bento e Cajapió foram os que mais expediram ofícios e mapas minuciosos, bem redigidos, precisos e claros.

coberturas políticas, permaneceram nos quadros da instrução pública, gerando, muitas vezes, a reação daqueles que mantinham seus filhos nas escolas. Como exemplo, pode ser citado ofício do Inspetor ao Presidente da Província¹⁰³ em que faz alusão a um abaixo assinado de alguns pais solicitando a substituição do professor de Penalva que "mal asignala o seo nome", nada podendo oferecer a seus discípulos. Relatório do inspetor,¹⁰⁴ de 1869, registra a suspensão de professora de Turiaçu incurso no art.166 do Código Criminal, de professor de Santa Helena enquadrado no artigo 157 do mesmo código, de demissão de docente de Cururupu "por se entregar ao vício da embriaguez". Pelo visto, problemas com docentes também existiram na Baixada Maranhense.

Raras foram as freguesias que tiveram suas escolas em instalações próprias, funcionando, na maioria das vezes, de maneira precária, na residência do próprio professor. Em relatório de 1857, o inspetor disse que somente três foram as escolas que não funcionaram em residências, Os demais professores ensinaram em suas casas. E ponderou:¹⁰⁵

"Sendo as aulas em edificios especiaes, alem do carater de importancia que tomão as funções do magisterio, entrando para elles mestres e discipulos, saindo tambem juntamente as horas marcadas no Regulamento, não teem os professores ao pe de si mulher e filhos, e muitos outros objectos domesticos que lhes roubem a attenção, e as distraham de suas obrigações; não vão constantemente ao interior da casa deixando acephala a escola, administrar este ou aquelle serviço, e até largamente dormirem."

Além desse inconveniente, as escolas públicas não tiveram o mínimo necessário para o seu exercício. A professora de Cururupu, em expediente dirigido à Inspeção, em 1879, declarou que :¹⁰⁶

"Tendo eu sido provida nesta cadeira em 1855, entrando em exercício em 1856, foram-me fornecidos, para a instalação da escola, uns limitadissimos utensílios que, tendo se estra

*Conforme relatório dos inspetores da instrução, somente Alcântara teve escolas em prédio próprio.

gado no correr de 23 anos, ainda não foram substituídos apesar de minhas reclamações!"

Outro documento que ressaltou a pobreza das escolas da Baixada foi o relatório do professor da localidade de Rabeca, Guimarães, que, em 1882, disse:¹⁰⁷

"A minha aula se acha creada há oito anos e até hoje não me foram fornecidos os utensílios necessários, de modo que um caixão serve de cadeira ao professor e uma banda de porta de mesa aos alunos".

Além de o currículo mostrar-se distante das reais necessidades da população da região, o que os pais perceberam muito bem, as matérias foram ministradas de maneira cantante* e repetitiva, o que constituiu um ensino monótono, sem a dinâmica necessária para motivar interesse nas crianças. A atitude dispersiva dos discípulos gerava a cobrança do conteúdo "na ponta da língua" e, em caso negativo, a palmatória, a vara de botão ou os castigos de joelhos no milho ou de rosto para a parede foram as maneiras mais frequentes de redimir o aluno das omissões que não foram suas.

Em razão de todas essas deficiências, numa atitude prática, muitos pais, em vez de colocarem seus filhos nas escolas de primeiras letras, preferiram encaminhá-los ao ensino profissionalizante, nas oficinas que existiram nas fazendas, engenhos ou nas vilas da região, como se rá demonstrado a seguir.

4.3.3 O ENSINO DOS OFÍCIOS

Os valores aristocráticos transferidos da Europa para a América portuguesa, o sistema educativo em que os inicianos direcionaram os ensinamentos das artes e ofícios especialmente aos nativos e a escravidão que fortaleceu a divisão do trabalho em intelectual e manual, parecem ter sido elementos decisivos para que a sociedade

* Especialmente o abecedário e a tabuada eram ensinados sob forma de ladainha.

brasileira menosprezasse o trabalho manual.

Serafim Leite descreveu minuciosamente as atividades dos jesuítas no Brasil e no Maranhão*, e não se reportou uma só vez a escolas de ofícios para filhos de portugueses. Foram os silvícolas os primeiros aprendizes dos diversos ofícios ensinados por aqueles religiosos ; não podemos pensar que, o fizeram para resolver problemas sociais, naquele contexto seiscentista. Como disse Manfredo Berger¹⁰⁸ :

" As escolas de artes e ofícios estavam desde a origem marcadas pelo estigma da escravatura".

As medidas econômicas tomadas por Pombal impulsionaram de tal maneira a agricultura que, no des - pontar do novo regime imperial, a Baixada Maranhense reunia grandes fazendas auto-suficientes. Esses complexos se constituíram da casa-grande, capela, engenho, senzala casa-de-forno, etc., além de oficinas dos mais variados ofícios para a produção dos artigos que a própria fazenda consumia. Com isto, muitas das localidades da região tiveram especialidades em matéria manufatureira que garantiram certa fama local.¹⁰⁹ Embora essas comunidades tenham se notabilizado, de certa forma, por suas fabricações, não constituíram atividades independentes, existindo, na maioria das vezes, em função das necessidades dos engenhos e fazendas.** Este fato não tirou sua característica de função particular com peculiaridades próprias de cada profissão, constituindo muitas vezes uma categoria à parte e individualizada no seio da comunidade onde existiu.

*Os Tomos III e IV da História da Companhia de Jesus no Brasil foram dedicados à região Norte.

**O "Almanack do Maranhão". de 1862 registrou o número de pessoas que se ocupou com atividades manuais. Percebemos que houve uma relação entre o número de fazendas ou engenhos produtores dos gêneros exportáveis e o número de profissionais como alfaiate, ourives, sapateiro, marceneiro, carapina, funileiro, tecelão de rede de pano, tanoeiro, barbeiro, armador, penteeiro, padeiro, ferreiro, tecelão e talhadeiro. Isto demonstra toda uma infraestrutura exigida por cada latifúndio, que se conservou auto-suficiente por todo o período imperial.

A princípio, determinadas tarefas como, por exemplo, as de tecelão, marceneiro, ferreiro etc., foram executadas por mestres vindos da Europa, que gozaram de relativo prestígio, no meio rural, por representarem mão-de-obra qualificada, e seus trabalhos ainda não serem executados por escravos. Essa pequena indústria por eles montada caracterizou-se pela maneira rudimentar com que foi executada* e, esse baixo nível tecnológico foi uma consequência não só da política metropolitana de estrangulamento da indústria colonial como medida de precaução para evitar concorrências com a indústria do Reino, mas do próprio regime econômico implantado na Colônia e continuado no Império, que dirigiu e limitou a vida da região a produzir somente alguns gêneros tropicais exigidos pelo comércio externo. O sistema escravista impediu praticamente qualquer evolução em matéria tecnológica nos períodos colonial e imperial, uma vez que a mão-de-obra barata dispensou as facilidades oferecidas pela indústria moderna que, além do mais, exigia grandes capitais para sua instalação. Apesar disto, no período imperial, a crescente demanda das fazendas, engenhos e da sociedade em geral foi de maior vulto.

A bifurcação das atividades econômicas em grande e pequena lavoura correspondeu à divisão da sociedade em elite dominante e massa dominada. Esse contexto, por sua vez, determinou a distribuição das profissões aos brancos ricos, as funções intelectuais de advogado, médico, engenheiro etc., e aos pobres livres, escravos negros ou mulatos, as funções braçais de pedreiro, carpinteiro, ferreiro, oleiro, etc.

Com a crescente necessidade das fazendas, a importância dos artífices foi desaparecendo, uma vez que os escravos passaram a executar também esses trabalhos, depois de aprendizagem empírica e doméstica. Como disse Celso da Fonseca, "abastardou-se o ensino dos ofícios",¹¹⁰ não pelo trabalho em si, mas por quem passou a executá-los. Passado para o negro o exercício dos vários

*O baixo nível tecnológico foi consequência do meio, e não da incompetência dos mestres.

ofícios, fracassou a tentativa dos jesuítas da profissionalização dos filhos dos silvícolas e, ao mesmo tempo, revigorou a idéia de que os brancos de certa posição social não deveriam imiscuir-se em serviços manuais.

Dadas as circunstâncias domésticas da transmissão do saber, foi-se desenvolvendo uma mentalidade prática que não exigiu, no processo de aprendizagem, mais que a observação de como fazer para depois imitar. Não ofereceram nenhuma fundamentação teórica aos aprendizes dessas oficinas, nenhum estudo especulativo. Não foi associado o trabalho intelectual ao prático. Naquele meio rural escravista parece que houve grande relação entre a falta de dinheiro e prestígio e a falta de inteligência. Segundo afirmação de uma anciã:¹¹¹

"Essa coisa de ler e escrever foi feita pra branco. Branco é que tem cabeça pra isso. Preto, por mais que queira, nunca lê corrido."

Velhos operários entrevistados, cujos mestres vivenciaram a educação não sistematizada da época imperial, descreveram com muito brio o ambiente rígido das oficinas, onde a relação "senhor-escravo" se transferiu para "mestre-discípulo", a concepção prática da aprendizagem das habilidades manuais, o espírito de corporação presente em certas precauções na transmissão dos "segredos da arte", a relação entre aqueles ofícios e a classe dominada e o prestígio desses profissionais no meio popular, o que resulta em certo orgulho em dizer o que sabem e o que podem fazer.

As oficinas vivenciaram no seu funcionamento interno a relação senhor-escravo, implantada em todos os segmentos da sociedade. Isto foi enfatizado por todos os entrevistados, sem exceção. Um marceneiro, descrevendo a aprendizagem oferecida em Viana, disse:¹¹²

"Apanhávamos de palmatória quando fazíamos uma coisa errada ... Quando se bebia, ele dizia: "você não respeita o mister?" Ele se distanciava da gente desde a maneira de vestir: trabalhava com roupa de couro e botas."

O mesmo tratamento foi dado em São Bento, como relembrou um velho tanoeiro:¹¹³

"Quando se errava, apanhava-se bolo. Quando o discípulo perdia as contas, começava a apanhar do primeiro...

A gente tinha muito medo quando ele ia olhar o serviço que se fez porque se ele dissesse - não está bom - logo viria o castigo."

Nos locais que reuniam maior número de escravos, esse tipo de tratamento aos meninos foi mais acentuado. Guimarães foi um exemplo. Um famoso serralheiro vimaranense, recordando seu tempo de menino na oficina, disse:¹¹⁴

"Os antigos exigiam a perfeição no trabalho. Do contrário entrava em cena a palmatória ou o rabicho." *

O mestre João Viveiros chamava seus discípulos de Senhor, para não ser chamado de outra maneira, disse um marceneiro, e terminou afirmando:¹¹⁵ que "os mestres guardavam uma grande distância dos aprendizes".

Outra característica das oficinas particulares foi a concepção prática da aprendizagem daquelas habilidades manuais. Não foi desenvolvido o comportamento especulativo: foi dispensado o repensar, isto porque o próprio sistema, impondo uma enorme distância entre o mestre e o discípulo, não deu margem a este último fazer indagações ou duvidar, limitando-o a observar silenciosamente o trabalho do professor. Parece que os mestres, por sua vez, menosprezaram ou não associaram o trabalho intelectual às suas práticas, talvez numa oposição inconsciente à orientação emanada pelo sistema educacional vigente, feito especialmente para preparar a minoria privilegiada no exercício das profissões liberais. Houve certa reação até contra a escola de artes e ofícios, fundada em 1841, na Capital. Certo operário que estudou naquele estabelecimento de

* Rabicho é uma peça de couro com uma argola de metal que segura a carroça ao burro. O mestre do entrevistado segurava na argola e batia na garotada com aquela grande sola.

ensino oficial, deixou bem clara esta reação, dizendo:¹¹⁶

"Não conclui o curso da Escola porque meu ideal era ser um bom marceneiro de verdade e lá na Escola só se faziam coisinhas que logo iam ser expostas. Não passava disto... Por isso saí de lá e fui para a oficina de José Maria Bayma."

Os profissionais entrevistados foram unânimes em ressaltar a maneira prática da transmissão daqueles ensinamentos. Um deles explicou que ¹¹⁷ "no ofício, a gente começa somente olhando, no banco, ao lado do mestre". E outro continuou: ¹¹⁸

"O mestre fazia, a gente olhava e aprendia fazendo: com a mão na plaina, na enxó. Quando ele via que a gente já tinha assistido ele fazer muitas vezes, mandava a gente fazer."

Nenhum recordou a vida da oficina descrevendo de outra maneira o processo de transmissão daquelas experiências. Um velho operário, famoso pelos lindos trabalhos de entalhe que ainda faz, na madeira, ratificou: ¹¹⁹

"Foi assim que aprendi: só por curiosidade. Ele não ensinava mas eu via e dese⁻nhava no papel ao chegar em casa e ia guardando. Quando ele saía para meter "grode" eu pegava os moldes dele que ficavam numa caixa de pau que ninguém podia olhar e tirava igual."

Não foi só entre os marceneiros. O ensino da ourivesaria não fugiu à regra. Um ourives de São Bento disse: ¹²⁰ "Meu mestre trabalhava calado:"

Em São Vicente de Ferrer, existiu um ferreiro famoso ^{*} que abrigou em sua casa grande número de meninos pobres. Um de seus discípulos descreveu minuciosamente a oficina e como funcionou, dizendo: ¹²¹

"Nessa oficina tinham muitos operários com um ou dois discípulos ao seu lado, lhe

*Os municípios cuja atividade principal foi a pecuária se notabilizaram por possuírem bons ferreiros.

auxiliando. Esse auxílio constou de ir fazendo as coisas mais simples. E aí de quem fizesse um furo errado, fora do lugar... Esse serviço mais simples e chato de executar era feito pelos discípulos. Os oficiais faziam as coisas mais difíceis. O mestre fazia o trabalho mais importante. Desenhava tudo, moldava e os outros oficiais executavam o que ele tinha planejado."

Percebe-se que os mestres guardavam para si certas técnicas, certos "segredos da arte", transmitindo - os, de preferência, aos parentes mais próximos. Isto foi várias vezes demonstrado. Um sobrinho contou como seu tio passara suas experiências profissionais, dizendo:¹²²

"As coisas fáceis todos aprendiam. As coisas difíceis, só os da família. Só para mim e para Mario ele ensinava os trabalhos difíceis: talha, pescoço de violino e se fazia numa sala só dele, sem ninguém ver. Eu só lixava. Mario era bom de cravelha. Assim mesmo ele não dizia nada, a gente só olhava ou o auxiliava lixando ou raspando a madeira."

Outro profissional, falando da maneira como aprendeu, confirmou a intenção dos profissionais famosos em resguardarem as técnicas mais raras aos seus familiares, ao afirmar:¹²³

"Meu mestre quis transmitir tudo que sabia para seus filhos, porém ninguém deu para essa profissão."

À visão popular, esses profissionais gozaram de prestígio social, a tal ponto que as mães procuraram infundir em seus filhos o desejo de aprender um ofício. Um dos entrevistados disse:¹²⁴

"Eu gosto da minha profissão. Tenho vocação para ferreiro. Não sei se é porque desde pequenino ouvia minha mãe dizer: vou te mandar para a cidade para aprenderes a ser ferreiro. Tenho muito muito orgulho de ser ferreiro porque sei que sou um bom profissional."

Lá em Guimarães não tinha muita coisa para se fazer ou aprender. O único trabalho era na roça e minha mãe não me queria para a roça; seu sonho era eu ser um ferreiro .

Não fazia muita questão de eu aprender leitura e escrita, sempre quis uma profissão para eu ter de que viver. Ler e escrever, dizia ela, só dá futuro pra branco. "

Apesar do orgulho que demonstraram em ser profissionais e da consciência que têm do lugar de destaque que ocupam no meio popular, somente um operário entrevistado não fez relação entre o ofício e a classe dominada.

Certos conceitos e preconceitos, quando partem da classe dominante, são aceitos e valorizados pela classe dominada e corporificados numa prática que, com o correr dos tempos, torna-se indiscutível, até que uma mudança radical ocorra no seio daquela sociedade. Isto aconteceu com o preconceito contra o trabalho manual que a classe dominante relegou à classe dominada, e que veio a ser oficialmente concretizado pela legislação provincial, ao criar as escolas de artes e ofícios, * dando um caráter caritativo à fundação desses estabelecimentos de ensin^os profissionais.

Assim, no Maranhão, foi criada a Casa dos Educandos Artífices, em 23 de agosto de 1841, e, conforme o artigo primeiro da lei ** destinada a receber "moços pobres e disvalidos de toda a Província, tendo com tudo preferencia os expostos da Santa Casa de Misericórdia, " para aprenderem ofícios mecânicos.

Embora fosse dada preferência aos enjeitados da Capital, muitos meninos órfãos da Baixada Maranhense, especialmente de Viana e Guimarães, estudaram naquela casa profissionalizante.

Os Educandos, como até hoje chamam, foi extinta em 1889, pelo Governo Provisório, no início da República, época em que seus ex-alunos já gozavam certo pres

*Na Europa e nos EUA, a sociedade industrial exigiu a interação entre escola-profissão-trabalho. A sociedade tradicional brasileira, na época estudada, não exigiu muita mão-de-obra qualificada.

**Lei 105 de 23 de agosto de 1841 também previu a instrução de primeiras letras e princípios religiosos.

tígio no meio popular. A tradição oral popular guarda o no me de alguns mestres formados por aquela Casa, especialmente no interior, pois vários voltaram para suas terras montando oficinas e orientando aprendizes.

Embora esses operários tivessem ocupado lugar de destaque no meio rural, a sociedade conservou o preconceito contra o trabalho manual, cristalizado e determinante na estrutura de estratificação, preconceito que o próprio sistema educacional se incumbiu de fortalecer.

CONCLUSÃO

Do estudo sobre o papel da educação no processo social da Baixada Maranhense, depreendemos fatos que nos levam a reflexões tanto no que diz respeito à educação sistematizada, nas escolas, quanto no que se refere à educação profissionalizante oferecida nas oficinas, o que foi mais comum na região estudada, e nas escolas de artes e ofícios, estabelecidas na Capital, para esse fim.

O currículo escolar adotado pela Província, e forçosamente seguido pela Baixada, foi dirigido para a minoria dos membros daquela sociedade com direcionamento clássico e humanístico, que se limitou à formação de uma elite de bacharéis em Direito, detentora dos principais cargos políticos e administrativos dos vários municípios que compuseram a região, da Capital e da Corte onde representaram a Província.

Quando criticamos a formação clássica e humanista oferecida, não nos referimos à maneira dialética e crítica que, especialmente os gregos, adotaram na Idade Antiga. Não nos reportamos à estética e ao espírito purista da língua cultivados pelos clássicos, pois se o fizeram foi por saber que o falar bem pressupões o pensar bem. Nossas restrições se localizam ao nível do conhecimento dos textos clássicos como sinônimo de erudição, numa demonstração de cultura livresca, de porfia literária, descabida em função da natureza da atividade e consequente vida da região. Em visita ao Maranhão, em 1918, o Vice-Presidente da República reconheceu a inoperância do cultivo quase que exclusivamente da literatura pelos seus conterrâneos, quando observou:¹²⁵

"Na copiosa e rica bibliografia dos nossos escriptores, raro, raríssimo é encontrar-se um livro que se possa reconhecer como de sciência em que se leia uma página com este cunho. São poe-

sias e mais poesias, escriptos literários e mais escriptos literários."

Esse direcionamento para o mundo das letras contribuiu para a deserção da elite latifundiária que comandou a vida econômica e político-social da Baixada Maranhense, nos fins do século passado.

Não podemos responsabilizar unicamente a educação pelo declínio econômico e conseqüente abandono do imenso patrimônio cujos vestígios são percebidos através das ruínas dos antigos engenhos e fazendas espalhados por toda a região. A educação apenas contribuiu para essa deserção, à medida que alimentou uma mentalidade essencialmente teórica num meio rural cuja prática se fez muito necessária, em associação àquela teoria.

A classe dominante, que viveu numa situação de alienação constante face aos verdadeiros problemas locais, ficou assustada com a mudança social que se efetivou em 1888, e com a transformação política que ocorreu logo em 1889. Em vez de enfrentar corajosamente os fatos, preferiu sair silenciosamente da região, ou até mesmo da Província. Membros das principais famílias da Baixada optaram pela mudança de domicílio para viverem, em sua grande maioria, como funcionários do governo da República. Trocaram o patronato pela categoria de empregado, posição bem mais cômoda que a luta pela sobrevivência naquele meio rural e, de certo modo, mecanismo mantenedor de relativo status no meio social republicano, pois a posição anterior, as honrarias e laços de amizade com a elite residente na antiga Corte, associados ao próprio nível intellectual, possibilitaram o acesso a empregos, cargos ou funções de relativa projeção.

No que diz respeito à pedagogia aplicada no decorrer do período estudado, ela fortaleceu a relação senhor-escravo, na medida em que o mestre se mostrou moral e intelectualmente, superior ao aluno, impondo esta superioridade em termos psicológicos, e até físicos; e pa

ra isto é que foram oficialmente aceitos os castigos corporais. Talvez foi usada essa maneira de correção para, suprimida a autonomia da criança, a ordem social ser garantida, com adultos passivos e obedientes. Embora saibamos que o declínio econômico que arrastou as outras esferas tenha ocorrido por circunstâncias impostas de fora para dentro, e talvez irreversíveis, houve, porém, uma atitude passiva por parte dos líderes da região, passividade esta que pode ser explicada, em parte, pelo modo dependente com que foram formados nos bancos escolares.

Ao discípulo foi imposta uma "monocultura intelectual", como observou Gilberto Freire, onde somente as idéias católicas ortodoxas podiam ser propagadas, e especialmente a cultura latina deveria ser cultivada. A prejudicialidade não provinha do catolicismo em si ou do latínismo. O importante foi o seu significado: o adestramento, o treinamento à atitude passiva, à posição de dependência. A subordinação intelectual impediu "a curiosidade de saber, a ânsia e o gosto de conhecer, a alegria das aventuras da inteligência, de sensibilidade e de exploração científica da natureza".¹²⁶

O processo de aprendizagem profissionalizante também teve suas falhas. A oficina cultivou a mesma atitude de dependência entre mestre e discípulo encontrada na escola. A falta de fundamentação teórica que deveria ter sido associada à prática estrangulou o crescimento do técnico, que não passou da execução empírica dos trabalhos, mantenedora das dificuldades próprias de uma técnica artesanal limitada e dependente. A aprendizagem constou da arte de imitar, causa interna da dependência que caracterizou aquela indústria subalterna colonial que foi perpetuada por todo o período imperial. A única escola de artes e ofícios estabelecida na Capital suscitou certas limitações materiais que impediram o avanço tecnológico esperado.

Ao mesmo tempo que o sistema educacional modelou os membros da sociedade, esses núcleos sociais definiram o valor social da educação. Para as camadas superiores, a escola significou uma instituição específica de

transmissão de conteúdo e saber, imprescindíveis para a conservação ou conquista de status social. Aos menos favorecidos, a escola ofereceu conhecimentos supérfluos, inaplicáveis no seu cotidiano, uma vez que a natureza do trabalho e o conseqüente estilo de vida não exigiram conhecimentos livrescos.

Embora o sistema educacional pudesse ter figurado entre os fatores de mudança social, no caso concreto não contribuiu para transformações necessárias à elevação do nível social global daquela comunidade. A instituição educacional implantado não teve autonomia suficiente para promover o bem comum, já que ela foi condicionada pelos interesses da minoria provavelmente contrária à emancipação das massas populares.

Como não houve interesse dos grupos representativos do Império, o sistema educacional não sofreu transformações nem inovações emancipadoras. Foram reduzidos os resultados oferecidos pela escola, muito distanciada da realidade. A própria documentação oficial mostrou como as medidas tomadas para sanar as falhas existentes na educação maranhense foram improfícuas, já que não conseguiram atingir as raízes do problema. Os presidentes da Província e inspetores da Instrução Pública não procuraram analisar o processo educacional a nível das estruturas, não investigaram até o âmago da questão.

Essas autoridades poderiam ter influenciado o destino da sociedade e, mais especificamente, da educação. Entretanto tal possibilidade, assim como sua amplitude, são determinadas pela forma de organização da sociedade, no caso, escravista, monocultora e latifundiária. O direcionamento do processo se deu pelas relações de força no seio daquela sociedade.

A influência de um líder pode ser um fator de desenvolvimento social somente quando, onde e na medida em que essas relações sociais o permitem. No caso específico da educação no Maranhão, e particularmente na

Baixada Maranhense, a atuação das autoridades foi impotente, visto que as relações sociais encaminharam o processo para uma fatal inadequação da educação ao meio rural. Como disse Lauro de Oliveira Lima, referindo-se à alfabetização das crianças brasileiras, "ninguém quer ir ao fundo das verdadeiras causas do fracasso porque reconhecê-las implica admitir profundas modificações sócio-culturais e econômicas."¹²⁷

Esperamos que o retrospecto histórico que fizemos da educação maranhense na época imperial possa oferecer elementos de reflexão para os problemas educacionais modernos e ajudar na procura de soluções que ultrapassem o nível dos fenômenos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 - Passos Guimarães, " Quatro Séculos de Latifúndio", p.10
- 2 - Yves d'Évreux.Voyage dans le Nord du Brésil fait durant les années 1613 et 1614, p.15
- 3 - D'Évreux fez referência à vinda a Upaon-açu do cacique de Tapuitapera, Sirii, com 400 comandados para colaborar na construção do forte. Yves d'Évreux, op. cit. p.15
- 4 - Yves d'Évreux, op.cit. pp 20 a 29
- 5 - Mário Meireles, História do Maranhão, p.51
- 6 - Passos Guimarães, op. cit. p. 10
- 7 - Passos Guimarães, op. cit. p. 11
- 8 - João Francisco Lisboa, In. Passos Guimarães, op. cit. p. 15
- 9 - Passos Guimarães, op. cit. p. 18
- 10 - Viveiros, História do Comércio do Maranhão vol. I, p. 84 historiou: Em 1661, Vieira sugeriu a vinda de africanos; em 1671 a Câmara de São Luís recebeu um abaixo-assinado em que 66 pessoas solicitavam a compra de escravos negros chegados em 2 navios, em 1680. José Erdovico se comprometeu junto à Coroa a trazer 600 negros para o Maranhão, mas não existe fonte que comprove ter sido efetuado referido abastecimento; existe um documento de 1692, que se refere à falta de negros e fala da determinação real que incumbiu a Companhia de Cacheu do negócio; em 1709 a Coroa sugeriu aos colonos maranhenses que mandassem um navio à Costa da Mina ou Angola, buscar escravos; somente em 1755 que a Companhia Geral do Comércio Grão-Pará e Maranhão forneceu regularmente, e por 20 anos, 600 escravos por ano. Cesar Marques, op.p.264, afirmou que a primeira leva de africanos no Maranhão datou de 1761.
- 11 - Manuel Diégues Júnior, Etnias e Culturas no Brasil, p. 91
- 12 - Ibidem
- 13 - Darcy Ribeiro. O processo civilizatório, p. 54
- 14 - Manuel Aires do Casal, "Corografia Brasileira". In Viveiros, Apostamentos para a História da Instrução Pública e Particular do Maranhão, p.3
- 15 - Os inácianos construíram em Alcântara uma capela sob a invocação de N.S. do Pilar e sua Casa, onde funcionaram duas Classes uma de ler e escrever e outra de latim. Viveiros, Alcântara, p. 33
- 16 - Os vários testamentos pesquisados mostram como eram fortes os valores religiosos; quanto à parte moral, em 1747, mostra iniciativa de um religioso para evitar os "inumeráveis incestos e infanticídios". Cesar Marques op.cit.p. 70. O sistema propiciava o relacionamento sexual clandestino e ele mesmo o repudiava

- 17 - Viveiros, Alcântara, p. 33
- 18 - Nelson Werneck Sodré, Síntese de História da Cultura Brasileira p. 16.
- 19 - Ao findar-se o período colonial existiam na Baixada quatro cadeiras primárias: em Alcântara, em S. Bento, Guimarães e Viana. Viveiros. História da Instrução Pública no Maranhão, p.6
- 20 - Além dos donatários cujos títulos foram citados no capítulo, podemos lembrar as famílias Cerveira, Mendes e Azevedo Coutinho (século XVII), Serrão Ribeiro, Pousadilha, Guterres, Franco de São Costa Ferreira, Viveiros, Sousa Duarte, Moraes, Gomes de Castro, Araújo, etc, no século XVIII e XIX. Orgulhavam-se da sua estirpe fidalga algumas delas, como entre outras, a Franco de São, que dizia descender de Mem de São, 3º Gov. Geral do Brasil; os Mendes, que viam em Manuel Mendes, valoroso defensor de Tânger no tempo de Dom Manuel, o seu mais ilustre antepassado: Os Cerveira, que remontavam a sua ascendência a João Nunes Cerveira, senhor do lugar Cerveira, no reinado de El-Rei Dom Sancho II, e os Araújo, que afirmavam proceder do Castelo de Araujo, do rei no de Galiza. Viveiros, "Alcântara..." p. 43 - Fran Pacheco em sua Geografia do Maranhão, p. 445, afirmou ter havido no Maranhão uma nobreza "que se entroncava em legítimas raízes portuguesas".
- 21 - Viveiros, Alcântara, p.116
De fato, a aristocracia usava seus sobradões de São Luís somente na época invernal e por ocasião das grandes festas oferecidas na Capital.
- 22 - Gaioso, op.cit.p.118
- 23 - Idem, 120
- 24 - Idem, 121. O autor não atentou para a indolência do nativo como reação à perda da liberdade, nem a pouca ambição como a representação da sociedade tribal, onde a propriedade privada não existiu e cujos valores estavam muito distantes dos eleitos pela comunidade européia daquela época.
- 25 - Gaioso, op.cit.pp.122 e 123
- 26 - Gilberto Freire, Casa Grande e Senzala, p.537
- 27 - Gaioso, op. cit. p.122
- 28 - Gilberto Freire, op. cit. p. 547
- 29 - Ibidem
- 30 - Rosa de Lima Viêgas Dias, Anexo,p. 194
- 31 - Maria de Mattos Cortês, Anexo, p. 190
- 32 - Zélia Viana Azevedo, sobrinha afim de Artur e Aluísio de Azevedo Anexo, p. 200
- 33 - Inah Pereira, descendente dos Franco de São de Alcântara e dos Pereira de São Bento. Anexo, p. 133.

- 34 - No testamento de Maria Quitéria de Araújo Cerveira, uma das matronas mais ricas de Alcântara dos fins do século XVIII , foi determinada a celebração de 500 missas, assim distribuídas: 150 pelos santos de sua devoção, 250 pela sua alma, 25 pelo pai, 25 pelo marido, 25 pelos escravos já falecidos e 25 pela satisfação de algum encargo de consciência. Viveiros, Alcântara, p.180
- 35 - Maria de Mattos Cortês, Anexo p. 187
- 36 - Viveiros, Alcântara, p.191
- 37 - Muito concorridas foram as festas de Natal, dos Pastores, do Divino, os Bailes de São Gonçalo, a Chegança, o Bumba-meu-boi, o Tambor de Crioula, de Mina, o Fandango e o Candomblé. Travassos Furtado. Minha Vida, minha luta, pp 205 a 210
- 38 - Maria de Mattos Cortês, Anexo, p. 148.
- 39 - Inah Franco de Sá Pereira, Anexo, p. 133.
- 40 - Rosa de Lima Viégas Dias, Anexo, p. 162.
- 41 - Inah Franco de Sá Pereira, Anexo pp. 133/134
- 42 - Em depoimentos colhidos nos deparamos com: açúcar em tablete, azeite português, vinho do Porto, etc. Viveiros, na sua História do Comércio do Maranhão, I vol., p.155, transcreveu manifestos de importação contendo manteiga, cerveja, farinha de trigo, batata , óleo, passas, uvas, figos, etc.
- 43 - Assunto melhor discorrido em Jacob Gorender. O Escravismo Colonial, Ensaio nº 29, pp 241 a 257.
- 44 - Idem, idem
- 45 - Rosa de Lima Viégas Dias. Anexo, p. 162
- 46 - Josué Montelo, em Uma noite sobre Alcântara, transcreve algumas páginas do diário da filha de um barão alcantarense, e em certos trechos ela refere-se à leitura de Zola, Stendhal e outros .
- 47 - Viveiros, Alcântara, p.191
- 48 - Ibidem
- 49 - Eider Furtado da Silva. Anexo, p. 145
- 50 - Idem , idem.
- 51 - Manuel Aires do Casal, "Corografia Brasileira ", In. Viveiros, Apostamentos para a História da Instrução Pública e Particular no Maranhão, p.3
- 52 - Serafim Leite, História da Companhia de Jesus no Brasil, Tomo III, Livro II, Capítulo I, p.107.
- 53 - Viveiros, Alcântara no seu passado econômico, social e político, p. 24
- 54 - Cesar Marques, Diccionario Histórico-Geográfico da Província do Maranhão, p.69

- 55 - Gilberto Freire, Sobrados e Mocambos, p. 71
- 56 - Manfredo Berger, Educação e Dependência, p.221
- 57 - Antônio Vieira, 'Memorial de Doze Propostas'(Segunda Proposta)citado por Melo Moraes, 'Corografia', IV, 187-188 In:Serafim Leite, op.cit.Tomo IV, Livro II, Capítulo III, p.125
- 58 - Caeiro, citado por Serafim Leite, In.Viveiros,Alcântara...,p.166
- 59 - Emília Viotti da Costa, Da Monarquia à República, momentos decisivos, p.183
- 60 - Viveiros, Apontamentos para a História da Instrução Pública e Particular no Maranhão, p.5
- 61 - " A Constituição Imperial e a História do Brasil foram os livros textos utilizados na aula de leitura".Viveiros, idem p.7
- 62 - Viveiros, idem
- 63 - Ibidem
- 64 - Idem, idem, p.9
- 65 - Viveiros disse que vários professores, inclusive o de São João de Cortes, na Baixada Maranhense, reagiram à aplicação do novo método,fazendo-o por imposição governamental.Idem, p.10
- 66 - Relatório em que Eduardo Olympio Machado passou a administração da Província ao Vice-Presidente Manuel de Sousa Pinto Magalhães em 1852.Biblioteca Pública Estado do Maranhão,Seção de Obras Raras.
- 67 - Mensagem do Presidente da Província, Dr.Eduardo Olímpio Machado, de 3 de maio de 1855. Viveiros, Idem, pp 21,22
- 68 - Relatório do Inspetor da Instrucção Pública, Maya ao Presidente da Província, Dr. Benevenuto Augusto de M.Jaques,de 15 de julho de 1857. APEM, Arquivo de Custódia,Ala D, Estante 2,prateleira 12, p.3
- 69 - Idem, p.4
- 70 - Ibidem
- 71 - Idem, p.5
- 72 - Idem, p.7
- 73 - Idem, p.19
- 74 - Ibidem
- 75 - Relatório da Secretaria da Instrucção Pública,assinado por João Baptista Alm^{da} Concciso, de 22 de março de 1867,p.13.APEM, Arquivo de Custódia, Ala D, Estante 2, prateleira 20.
- 76 - Relatório do Inspector da Instrucção Pública, Frederico José Com... apresentado ao Presidente da Província, em 4 de março de 1870.APEM, Arquivo de Custódia,Ala D,Estante 2,prateleira 22

- 77 - Relatório do Inspector da Instrução Pública, Frederico José Com... apresentado ao Presidente da Província, em 4 de março de 1870. APEM, Arquivo de Custódia, Ala D, Estante 2, prateleira 22, p. 4
- 78 - Idem, p. 2
- 79 - Relatório nº 83 da Inspectoria da Instrução Pública do Presidente da Província, dr. Braz Florentino Henriques de Souza, de 18 de março de 1870. APEM, Arquivo de Custódia, Ala D Estante 2, prateleira 22
- 80 - Idem, p. 46
- 81 - Idem, p.52
- 82 - Ibidem
- 83 - Idem, p.54
- 84 - Idem, pp.56 a 60
- 85 - Idem, pp.62 a 66
- 86 - Mensagem apresentada pelo Presidente da Província, Exmº Sr. José Silva Maia à Assembléia Legislativa Provincial, em 18 de maio de 1870. APEM, Biblioteca de apoio
- 87 - Relatório do Inspector da Instrução Pública, Francisco Domingues da Silva Jr. ao Presidente da Província, Dr. Augusto Olympio Gomes de Castro, em 23 de abril de 1872. APEM, Arquivo de Custódia, Ala D, Estante 2, prateleira 24
- 88 - Relatório do Inspector da Instrução Pública, Francisco Domingues da Silva Jr. ao Presidente da Província, Desembargador José Pereira da Graça, em 23 de dezembro de 1872. APEM, Arquivo de Custódia, Ala D, Estante 2, prateleira 25
- 89 - Idem, p.3
- 90 - Falla com que o Exm. Sr. Conselheiro José Pereira da Graça, Vice-Presidente da Província abriu a 2a. sessão da 20a. Legislatura da Assembléia Provincial do Maranhão, em 8 de junho de 1875, p.8. APEM, Biblioteca de apoio.
- 91 - Relatório que o Exmº Sr. Dr. Francisco Maria Correia de São Beneditos, no dia 18 de outubro de 1877 apresentou à Assembléia Legislativa Provincial, pp 35 e 43. APEM, Biblioteca de apoio
- 92 - Idem, p.36
- 93 - Falla que o Exm. Senr. Dr. José Leandro de Godoy e Vasconcellos Presidente da Província dirigiu à Assembléia Legislativa Provincial por ocasião da instalação da 2a. sessão da 25a. Legislatura, em 24 de fevereiro de 1885 p.11. APEM, Biblioteca de apoio.
- 94 - Falla com que o Exmo. Sr. Conselheiro João Capistrano Bandeira de Mello abriu a 1a. sessão da 26a. Legislatura da Assembléia Legislativa Provincial do Maranhão, em 15 de março de 1886, pp. 23-24- APEM, Biblioteca de apoio

- 95 - Falla com que o Exmo.Sr.Conselheiro João Capistrano Bandeira de Mello abriu a 1a. sessão da 26a. Legislatura da Assembléia Legislativa Provincial do Maranhão, em 15 de março de 1886, p. 24 - APEM, Biblioteca de apoio
- 96 - Idem p. 23
- 97 - Relatório do Inspector Manuel Barbosa Alvares Ferreira ao Presidente da Província, dr. José Bento de Araújo, de 25 e 3 de janeiro de 1887. APEM, Biblioteca de apoio
- 98 - Idem, p.4
- 99 - Idem, p.1
- 100 - Falla que o Exm.Smr.Dr. José Bento de Araújo dirigiu à Assembleia Legislativa Provincial do Maranhão, em 11 de fevereiro de 1888, p.12. APEM. Biblioteca de apoio
- 100-A Idem, p. 20
- 101 - Viveiros, História da Instrução Pública e Particular do Maranhão, p.42
- 102 - "Almanack do Maranhão" Freguesias do interior da Província, p.189 e seguintes. BPEM, Secção de Obras Raras.
- 103 - Ofício do Inspetor da Instrução Pública, José Mariano Altino d'Araújo ao Presidente da Província, Dr. Eduardo Olímpio Machado, de 30 de junho de 1853
- 104 - Relatório do inspetor J^e M^a Maya ao presidente Ambrósio Leitão da Cunha, em 30 de março de 1869, p.4. APEM, Arquivo de Custódia, Ala D, Estante 2, prateleira 22
- 105 - Relatório do inspetor J^e M^a Maya ao presidente Benevenuto Augusto M. Jaques, de 15 de julho de 1857, pp 11-12. APEM, Arquivo de Custódia, Estante 2, prateleira 12
- 106 - Ofício de Herculana Firmina Vieira de Sousa. In. Viveiros, História da Instrução Pública e Particular do Maranhão, p.37
- 107 - Ofício de João Ferreira Pacheco. In. Viveiros, ibidem.
- 108 - Manfredo Berger, Educação e Dependência, p.237
- 109 - Inah Franco de Sá Pereira, Anexo, p. 132.
- 110 - Manfredo Berger, idem p.236
- 111 - Joana dos Santos Mendes, Anexo p. 144.
- 112 - Depoimento de Carlos Sousa Gonçalves, Anexo p. 142
- 113 - Juvenal Penha Farias, Anexo p. 154
- 114 - José Carneiro Ferreira, Anexo p. 151
- 115 - Antonio Ramos Cardoso, Anexo p. 136.
- 116 - Idem, p.157
- 117 - Idem, p.157

- 118 - Juvenal Penha Farias, Anexo, p. 154.
- 119 - Carlos Sousa Gonçalves, Anexo, p. 142.
- 120 - Ari Padilha Rabelo, Anexo, p. 138.
- 121 - José Carneiro Ferreira, Anexo, p. 150.
- 122 - Carlos Sousa Gonçalves, Anexo, p. 141.
- 123 - José Carneiro Ferreira, Anexo, p. 151.
- 124 - Idem, idem, pp. 149/151.
- 125 - Discurso do dr. Urbano Santos da Costa Araújo, pronunciado na instalação da Sociedade de Agricultura do Maranhão, em 24 de fevereiro de 1918. Maranhão, Imprensa Oficial, 1918. Biblioteca Pública do Estado do Maranhão, Secção de Obras Raras.
- 126 - Gilberto Freire, Sobrados e Mocambos, p. 316.
- 127 - Lauro de Oliveira Lima, "Fracasso na alfabetização das crianças". In. Jornal do Brasil, domingo, 11.11.1979.

BIBLIOGRAFIA

- ABAIXO assinados; 1883 e 1889. São Luís, manuscritos, Arquivo Público do Estado do Maranhão, 1889.
- ABBEVILLE, Claude d'. História da missão dos padres capuchinhos na Ilha do Maranhão, 2. ed. Tradução de Sérgio Milliet, São Paulo, Livraria Martins, 1945.
- ABREU, J. Capistrano de. Capítulos da história colonial:1500/1800, 4. ed., Rio, Livraria Bríguit, 1954.
- ALDANA, Ramón Losada. Dialética do subdesenvolvimento, Rio, Paz e Terra, 1968.
- ALMANACK Administrativo, Mercantil e Industrial, São Luís, v.4, 2. série, 1861.
- ALMANACK Administrativo, Mercantil e Industrial, São Luís, v.5, 2. série, 1862.
- ALMANACK Administrativo, Mercantil e Industrial, São Luís, v.6, 2. série, 1863.
- ALMANACK Administrativo, Mercantil e Industrial, São Luís, v.7, 2. série, 1864.
- ALMEIDA, Rubem. A contribuição dos Antoninos para a história do Maranhão, São Luís, Revista de Geografia e História, 1953.
- ALMEIDA, Rubem. Prosa, poesia, iconografia, São Luís, Sioge, 1982.
- AVELAR, Hélio de Alcântara. História administrativa e econômica do Brasil, Rio, Mec/Fename, 1970.
- AZEVEDO, Fernando. A Cultura brasileira, São Paulo, Ed. Melhoramentos, 1950, 3 ed. v.3.
- BASTIDE, Roger. As Américas negras, São Paulo, Difel, 1974.
- BERGER, Manfredo. Educação e dependência, Porto Alegre, Difel, 1976.
- BERREDO, Antonio Pereira de. Annaes históricos, Florença, Typografia Berbera, 1905, 2 ed. v.2.
- BOURDIEU, Pierre & PASSERON, J. Claude. A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Rio de Janeiro, Editora Francisco Alves, 1975.
- BOXER, Charles. O império colonial português, Lisboa, Textos de Cultura Portuguesa, Edições 70, 1969.
- BRANCO, Barão do Rio. Diversos documentos sobre o Maranhão e o Pará, Annais, Rio, Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, 1904, v.25.
- CARDOSO, Fernando Henrique. O modelo político brasileiro, 3. ed. São Paulo, Difel, 1977

CARDOSO, Fernando Henrique. Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional, 2. ed., Rio, Paz e Terra, 1977.

CARDOSO, Fernando Henrique & FALETTO, Enzo. Dependência e desenvolvimento na América Latina, 4. ed., Rio, Zahar Editores, 1977.

CARR, E.H. Que é história, 2. ed., Rio, Paz e Terra, 1978.

CATANI, Afrânio Mendes. O que é o capitalismo, 4. ed. São Paulo, Brasil, 1980.

CHAUÍ, Marilena. O que é ideologia, 2 ed., São Paulo, Brasiliense, 1981.

COMUNICAÇÕES diversas: 1883, São Luís, manuscritos, Arquivo Público do Estado do Maranhão, 1883.

CONSULTAS da inspetoria; 1883. São Luís, manuscritos, Arquivo Público do Estado do Maranhão, 1883.

COSTA, Emília Viotti. Da Monarquia à República, momentos decisivos. 2 ed., São Paulo, Ciências Humanas, 1979.

CRIPPA, Adolpho, coord. As idéias políticas no Brasil, São Paulo, Convívio, 1979.

DENIS, M.Ferdinand. Voyage dans le nord du Brésil: 1613/1614, Paris, Librairie A. Franck, 1864, 2.v.

DIAS, Manuel Nunes. A Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, 1755/1778. Belém, Universidade Federal do Pará, 1970, 2 v.

DIEGUES, J. Manoel. Etnias e culturas no Brasil, Rio, Biblioteca do Exército, 1980.

DOBB, Maurice. A evolução do capitalismo, 6. ed., Rio de Janeiro, Zahar 1977.

DURAND, José Carlos Garcia. Sociologia do desenvolvimento II, 2. ed. Rio, Zahar, 1975.

ESTABLET, R. & BAUDELLOT, Ch. La escuela capitalista, México, Siglo Veintiuno Editores, 1978.

EVREUX, Yves d'. Voyage dans le Nord du Brésil fait durant les années 1613 et 1614, Paris, Leipzig F.Paris, Librairie A.Franck, 1864.

EXPOSIÇÕES de motivos; 1883 e 1889. São Luís, manuscritos, Arquivo Público do Estado do Maranhão, 1889.

EXPEDIENTES da Inspectoria da Instrução Pública ao Presidente da Pro

- FREIRE, Gilberto. Casa Grande & Senzala, 17. ed. Rio de Janeiro, José Olímpio, 1975.
- FREIRE, Gilberto, Sobrados e Mocambos, Rio de Janeiro, José Olímpio, Editora, 3.ed. 1961
- FREITAG, Bárbara. Escola, Estado e Sociedade, São Paulo, Livraria Editora Ltda, 1978.
- FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil, Rio, Fundo de Cultura, 1961.
- FURTADO, Celso. Teoria e política do desenvolvimento econômico, São Paulo, Nacional, 1969.
- GAIOSO, Raymundo José de Sousa. Compêndio histórico-político dos princípios da lavoura do Maranhão, Rio de Janeiro, Livros do Mundo inteiro, 1863.
- GRAMSCI, Antonio. Concepção dialética da história, 3 ed. Rio, Civilização Brasileira, 1978.
- GRAMSCI, Antonio. Os intelectuais e a organização da cultura. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1969.
- GUIMARÃES, Alberto Passos. Quatro séculos de latifúndio. 4. ed. Rio, Paz e Terra, 1977.
- HARNECHER, Marta & URIBE, Gabriela. Imperialismo e dependência. São Paulo, Globo, 1980.
- HEILBRONER, Robert L. As perspectivas do homem. São Paulo, Cultrix, 1974.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. 13. ed. Rio, José Olímpio, 1979.
- IANNI, Octávio. Estado e planejamento econômico do Brasil. Rio, Civilização Brasileira, 1977.
- IANNI, Octávio. Escravidão e racismo, São Paulo, Hucitec, 1978.
- IANNI, Octávio. Imperialismo e cultura, e. ed. Petrópolis, Vozes, 1979
- ILLICH, I. Sociedade sem escolas, Petrópolis, Vozes, 1973.
- INFORZATO, Hélio. Fundamentos Sociais da educação, 3. ed. São Paulo, Livraria Nobel ed., 1974.
- INSTRUÇÃO pública. Jornal Cronica Maranhense. São Luís, 28 de maio de 1838. p. 151.
- KOWARICH, Lúcio. Capitalismo na América Latina. 2. ed. Rio, Paz e Terra, 1977.
- KOSTER, Henri. Viagens ao nordeste do Brasil, s. n. t.
- LACOSTE, Yves. Geografia do subdesenvolvimento. tradução de T. Santos. 4. ed. São Paulo, Difel, 1975.
- LEAL, Antonio Henriques. Notícia bibliográfica acerca de nossa história, s.n.t.

- LEIS provinciais; 1835 a 1858; 1870 a 1878; 1880 a 1884 e 1888. São Luís, manuscritos, Arquivo Público do Estado do Maranhão, 1888.
- LEITE, Dante Moreira. O caráter nacional brasileiro. 3 ed. São Paulo Pioneira, 1976.
- LEITE, Serafim. História da Companhia de Jesus no Brasil. Lisboa, Livraria Portugalia, 1938/1950, 10 v.
- LISBOA, João. Obras. Lisboa, Typographia Matos Moreira & Pinheiro, 1901.
- LOPES, Antonio. Alcântara, subsídios para a história da cidade. Rio, D. Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1957, pub. 19.
- LOPES, Antonio. A Capitania de Cumã, s.n.t.
- LOPES, Raymundo. Uma região tropical. Rio, Fon-Fon e Seleta, 1970.
- MACCIOCCHI, M. A. A favor de Gramsci. 2 ed. Rio, Paz e Terra, 1977.
- MAGDOFF, Harry. Imperialismo da era colonial ao presente. Rio de Janeiro, Zahar, 1979.
- MAILLET, P. O crescimento econômico. São Paulo, Difusão Européia do Livro, tradução de Octavio Mendes Cajado, 1968.
- MANACORDA, Mario A. Marx y la pedagogia moderna. Barcelona, Oikos - tan, 1969.
- MANCHESTER, Alan R. Preeminência inglesa no Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1973.
- MAPAS semestrais; 1868-1872. São Luís, manuscritos, Arquivo Público do Estado do Maranhão, 1872.
- MARANHÃO. Assembléia Provincial. Anais parlamentares da 2a. sessão da 19a. Legislatura; aberta em 17 de maio de 1873. São Luís, Tip. do Frias, 1874.
- MARANHÃO. Assembléia Provincial. Anais parlamentares da 20a. legislatura, aberta em 6 de maio de 1874. São Luís, Tip. do Paiz, 1874
- MARANHÃO. Assembléia Provincial. Anais da 2a. sessão da 20a. legislatura; aberta em 8 de junho de 1875. São Luís, Tip. do Paiz, 1875
- MARANHÃO. Assembléia Provincial. Anais da 1a. sessão da 21a. legislatura: aberta em 20 de junho de 1876. São Luís, Tip. do Paiz, 1876.
- MARANHÃO. Assembléia Provincial. Anais da 2a. sessão da 21a. legislatura; aberta em 18 de outubro de 1877. São Luís, Tip. do Paiz, 1878
- MARANHÃO. Assembléia Provincial. Anais da 1a. sessão da 22a. legislatura: aberta em 9 de maio de 1878. São Luís, Tip. do Frias, 1878.
- MARANHÃO. Assembléia Provincial. Anais da 2a. sessão da 22a. legislatura; aberta em 22 de setembro de 1879. São Luís, Tip. do Frias, 1879
- MARANHÃO. Assembléia Provincial. Anais da 1a. sessão da 23a. legislatura: aberta em 13 de março de 1880. São Luís, Tip. do Frias, 1880.

- MARANHÃO. Assembléia Provincial. Anais da 2a. sessão da 23a. legislatura; aberta em 19 de fevereiro de 1881. São Luís, Tip. Frias 1881.
- MARANHÃO. Assembléia Provincial. Anais da 1a. sessão da 24a. legislatura; aberta em 13 de março de 1882. São Luís, Tip. do Frias 1882.
- MARANHÃO. Assembléia Provincial. Anais da 2a. sessão da 24a. legislatura; aberta em 20 de maio de 1883. São Luís, Tip. do Frias 1883.
- MARANHÃO. Assembléia Provincial. Anais da 1a. sessão da 25a. legislatura; aberta em 17 de fevereiro de 1884. São Luís, Tip. Frias 1884.
- MARANHÃO. Assembléia Provincial. Anais da 2a. sessão da 25a. legislatura; aberta em 24 de fevereiro de 1885. São Luís, Tip. Frias 1885.
- MARANHÃO. Assembléia Provincial. Anais da 1a. sessão da 26a. legislatura; aberta em 13 de março de 1886. São Luís, Tip. do Frias 1886.
- MARANHÃO. Assembléia Provincial. Anais da 1a. sessão da 27a. legislatura; aberta em 11 de fevereiro de 1888. São Luís, Tip. do Frias 1888.
- MARANHÃO. Assembléia Provincial. Anais da 2a. sessão da 28a. legislatura; aberta em 9 de fevereiro de 1889. São Luís, Tip. Frias 1889.
- MARANHÃO. Leis, decretos, etc. Decreto 152 de 19 de julho de 1843. Expediente da Casa dos Educandos Artífices. São Luís, Arquivo Público do Estado do Maranhão, 1841.
- MARANHÃO. Leis, decretos etc. Lei nº 3, de 30 de maio de 1835. Coleção das Leis, Decretos e Resoluções da Província do Maranhão, p. 3.
- MARANHÃO. Leis, decretos, etc. Lei nº 17, de 19 de maio de 1836. Coleção das Leis, Decretos e Resoluções da Província do Maranhão, p. 1.
- MARANHÃO, . Leis, decretos, etc. Lei nº 123, de 5 de outubro de 1841. Coleção das Leis, Decretos e Resoluções da Província do Maranhão, p. 56.
- MARANHÃO. Leis, decretos, etc. Lei nº 344, de 31 de maio de 1854. Coleção das Leis, Decretos e Resoluções da Província do Maranhão, p. 4.
- MARANHÃO. Leis, decretos, etc. Lei nº 372, de 26 de maio de 1855. Coleção das Leis, Decretos e Resoluções da Província do Maranhão. p. 29.
- MARANHÃO. Leis, decretos, etc. Lei nº 374, de 26 de maio de 1855. Coleção das Leis, Decretos e Resoluções da Província do Maranhão, p. 36.

- MARANHÃO. Leis, decretos, etc. Lei nº 375, de 30 de junho de 1855. Co
leção das Leis, Decretos e Resoluções da Província do Maranhão,
p. 37.
- MARANHÃO. Leis, decretos, etc. Lei nº 376, de 30 de junho de 1855. Co
leção das Leis, Decretos e Resoluções da Província do Maranhão,
p. 38.
- MARANHÃO. Leis, decretos, etc. Lei nº 378, de 30 de junho de 1855. Co
leção das Leis, Decretos e Resoluções da Província do Maranhão ,
p. 40.
- MARANHÃO. Leis, decretos, etc. Lei nº 379, de 30 de junho de 1855. Co
leção das Leis, Decretos e Resoluções da Província do Maranhão,
p. 41.
- MARANHÃO. Leis, decretos, etc. Lei nº 380, de 30 de junho de 1855. Co
leção das Leis, Decretos e Resoluções da Província do Maranhão,
p. 42.
- MARANHÃO. Leis, decretos, etc. Lei nº 384, de 30 de junho de 1855. Co
leção das Leis, Decretos e Resoluções da Província do Maranhão,
p. 47.
- MARANHÃO. Leis, decretos, etc. Lei nº 409, de 18 de julho de 1856. Co
leção das Leis, Decretos e Resoluções da Província do Maranhão ,
p. 8.
- MARANHÃO. Leis, decretos, etc. Lei nº 411, de 18 de julho de 1856. Co
leção das Leis, Decretos e Resoluções da Província do Maranhão ,
p. 11.
- MARANHÃO. Leis, decretos, etc. Lei nº 413 de 18 de julho de 1856. Co
leção das Leis, Decretos e Resoluções da Província do Maranhão,
p. 14.
- MARANHÃO. Leis, decretos, etc. Lei nº 418, de 30 de julho de 1856. Co
leção das Leis, Decretos e Resoluções da Província do Maranhão ,
p. 20.
- MARANHÃO. Leis, decretos, etc. Lei nº 433, de 1º de setembro de 1856.
Coleção das Leis, Decretos e Resoluções da Província do Maranhão
p. 50.
- MARANHÃO. Leis, decretos, etc. Lei nº 535, de 30 de julho de 1859. Co
leção das Leis, Decretos e Resoluções da Província do Maranhão,
p. 43.
- MARANHÃO. Leis, decretos, etc. Lei nº 588, de 28 de agosto de 1861. Co
leção das Leis, Decretos e Resoluções da Província do Maranhão,
p. 24.
- MARANHÃO. Leis, decretos, etc. Lei nº 600, de 14 de setembro de 1861.
Coleção das Leis, Decretos e Resoluções da Província do Maranhão,
p. 39.
- MARANHÃO. Leis, decretos, etc. Lei nº 654, de 02 de julho de 1863. Co
leção das Leis, Decretos e Resoluções da Província do Maranhão,
p. 75.

- MARANHÃO. Leis, decretos, etc. Lei nº 660, de 06 de julho de 1861. Co
leção das Leis, Decretos e Resoluções da Província do Maranhão,
p. 82.
- MARANHÃO. Leis, decretos, etc. Lei nº 661, de 06 de julho de 1861. Co
leção das Leis, Decretos e Resoluções da Província do Maranhão,
p. 83.
- MARANHÃO. Leis, decretos, etc. Lei nº 686, de 02 de junho de 1864. Co
leção das Leis, Decretos e Resoluções da Província do Maranhão,
p. 22.
- MARANHÃO. Leis, decretos, etc. Lei nº 692, de 27 de junho de 1864. Co
leção das Leis, Decretos e Resoluções da Província do Maranhão ,
p. 39.
- MARANHÃO. Leis, decretos, etc. Lei nº 705, de 02 de julho de 1864. Co
leção das Leis, Decretos e Resoluções da Província do Maranhão ,
p. 70.
- MARANHÃO. Leis, decretos, etc. Lei nº 734, de 14 de julho de 1865. Co
leção das Leis, Decretos e Resoluções da Província do Maranhão,
p. 16-17.
- MARANHÃO. Leis, decretos, etc. Lei nº 780, de 11 de julho de 1866. Co
leção das Leis, Decretos e Resoluções da Província do Maranhão,
p. 106-7.
- MARANHÃO. Leis, decretos, etc. Lei nº 878, de 04 de junho de 1870. Co
leção das Leis, Decretos e Resoluções da Província do Maranhão,
p. 2-3.
- MARANHÃO. Leis, decretos, etc. Lei nº 891, de 08 de julho de 1870. Co
leção das Leis, Decretos e Resoluções da Província do Maranhão,
p. 43-44.
- MARANHÃO. Leis, decretos, etc. Lei nº 895, de 09 de julho de 1870. Co
leção das Leis, Decretos e Resoluções da Província do Maranhão,
p. 56-57.
- MARANHÃO. Leis, decretos, etc. Lei nº 922, de 22 de julho de 1870. Co
leção das Leis, Decretos e Resoluções da Província do Maranhão,
p. 188-9.
- MARANHÃO. Leis, decretos, etc. Lei nº 929, de 23 de maio de 1871. Co
leção das Leis, Decretos e Resoluções da Província do Maranhão ,
p. 6-7.
- MARANHÃO. Leis, decretos, etc. Lei nº 936, de 27 de maio de 1871. Co
leção das Leis, Decretos e Resoluções da Província do Maranhão,
p. 16-17.
- MARANHÃO. Leis, decretos, etc. Lei nº 957, de 23 de junho de 1873. Co
leção das Leis, Decretos e Resoluções da Província do Maranhão ,
p. 60-1.
- MARANHÃO. Leis, decretos, etc. Lei nº 1028, de 12 de julho de 1873. Co
leção das Leis, Decretos e Resoluções da Província do Maranhão,
p. 257.

- MARANHÃO. Leis, decretos, etc. Lei nº 1055, de 15 de junho de 1874. Coleção das Leis, Decretos e Resoluções da Província do Maranhão, p. 20-21.
- MARANHÃO. Leis, decretos, etc. Lei nº 1057, de 16 de junho de 1874. Coleção das Leis, Decretos e Resoluções da Província do Maranhão, p. 25-6.
- MARANHÃO. Leis, decretos, etc. Lei nº 1079, de 10 de julho de 1874. Coleção das Leis, Decretos e Resoluções da Província do Maranhão, p. 78-9.
- MARANHÃO. Leis, decretos, etc. Lei nº 1133, de 19 de agosto de 1876, Coleção das Leis, Decretos e Resoluções da Província do Maranhão, p. 39-40.
- MARANHÃO. Leis, decretos, etc. Lei nº 1165, de 27 de novembro de 1876, Coleção das Leis, Decretos e Resoluções da Província do Maranhão, p. 39-40.
- MARANHÃO. Leis, decretos, etc. Lei nº 1169, de 31 de maio de 1878. Coleção das Leis, Decretos e Resoluções da Província do Maranhão, p. 2-3.
- MARANHÃO. Leis, decretos, etc. Lei nº 1171, de 07 de junho de 1878. Coleção das Leis, Decretos e Resoluções da Província do Maranhão, p. 4-5.
- MARANHÃO. Leis, decretos, etc. Lei nº 1182, de 18 de junho de 1879. Coleção das Leis, Decretos e Resoluções da Província do Maranhão, p. 20-1.
- MARANHÃO. Leis, decretos, etc. Lei nº 1209, de 02 de abril de 1880. Coleção das Leis, Decretos e Resoluções da Província do Maranhão, p. 12-13.
- MARANHÃO. Leis, decretos, etc. Lei nº 1213, de 25 de fevereiro de 1881 Coleção das Leis, Decretos e Resoluções da Província do Maranhão, p. 1.
- MARANHÃO. Leis, decretos, etc. Lei nº 1214, de 26 de fevereiro de 1881 Coleção das Leis, Decretos e Resoluções da Província do Maranhão, p. 2.
- MARANHÃO. Leis, decretos, etc. Lei nº 1220, de 16 de fevereiro de 1881 Coleção das Leis, Decretos e Resoluções da Província do Maranhão, p. 8.
- MARANHÃO. Leis, decretos, etc. Lei nº 1236, de 02 de maio de 1881. Coleção das Leis, Decretos e Resoluções da Província do Maranhão, p. 51.
- MARANHÃO. Leis, decretos, etc. Lei nº 1261, de 19 de maio de 1882. Coleção das Leis, Decretos e Resoluções da Província do Maranhão, São Luís.
- MARANHÃO. Leis, decretos, etc. Lei nº 1262, de 19 de maio de 1882. Coleção das Leis, Decretos e Resoluções da Província do Maranhão, São Luís.

- MARANHÃO. Leis, decretos, etc. Lei nº 1264, de 19 de maio de 1882. Coleção das Leis, Decretos e Resoluções da Província do Maranhão. São Luís.
- MARANHÃO. Leis, decretos, etc. Lei nº 1289, de 30 de julho de 1883. Coleção das Leis, Decretos e Resoluções da Província do Maranhão, São Luís.
- MARANHÃO. Leis, decretos, etc. Lei nº 1308, de 31 de março de 1884. Coleção das Leis, Decretos e Resoluções da Província do Maranhão. São Luís.
- MARANHÃO. Leis, decretos, etc. Lei nº 1316, de 20 de abril de 1884. Coleção das Leis, Decretos e Resoluções da Província do Maranhão. São Luís.
- MARANHÃO. Leis, decretos, etc. Lei nº 1325, de 30 de maio de 1884. Coleção das Leis, Decretos e Resoluções da Província do Maranhão. São Luís.
- MARANHÃO. Leis, decretos, etc. Lei nº 1329, de 2 de maio de 1885. Coleção das Leis, Decretos e Resoluções da Província do Maranhão. São Luís.
- MARANHÃO. Leis, resoluções, etc. Lei nº 1330, de 2 de maio de 1885. Coleção das Leis, Decretos e Resoluções da Província do Maranhão. São Luís.
- MARANHÃO. Leis, resoluções, etc. Lei nº 1331, de 2 de maio de 1885. Coleção das Leis, Decretos e Resoluções da Província do Maranhão. São Luís.
- MARANHÃO. Leis, resoluções, etc. Lei nº 1424, de 10 de abril de 1888. Coleção das Leis, Decretos e Resoluções da Província do Maranhão, São Luís.
- MARANHÃO. Província, 1822-1889 (Antonio Pedro da Costa Ferreira, Presidente) Mensagem apresentada à Assembléia Provincial, em São Luís, Arquivo Público do Estado do Maranhão. 1836.
- MARANHÃO. Província, 1822-1889 (Francisco Bibiano de Castro, Presidente) Mensagem apresentada à Assembléia Provincial em 03 de maio de 1837. São Luís, Arquivo Público do Estado do Maranhão, 1837.
- MARANHÃO. Província, 1822-1889 (Joaquim Franco de Sá, Presidente) Mensagem apresentada à Assembléia Provincial, em junho de 1847. São Luís, Arquivo Público do Estado do Maranhão, 1847.
- MARANHÃO. Província, 1822-1889 (Manoel de Sousa Pinto de Magalhães, Brigadeiro, Vice-Presidente) Falla proferida à Assembléia Provincial em 28 de julho de 1852. São Luís, Arquivo Público do Estado do Maranhão, 1852.
- MARANHÃO. Província, 1822-1889 (José Caetano Vaz Junior, Vice-Presidente) Falla proferida à Assembléia Provincial, em 1865. São Luís, Arquivo Público do Estado do Maranhão, 1865.

MARANHÃO. Província, 1822-1889 (José da Silva Maia, Presidente) Mensagem apresentada à Assembléia Provincial, em 18 de maio de 1870. São Luís, Arquivo Público do Estado do Maranhão, 1870.

MARANHÃO. Província, 1822-1889 (Augusto Olympio Gomes de Castro, Presidente) Mensagem apresentada à Assembléia Provincial, em 03 de maio de 1871. São Luís, Arquivo Público do Estado do Maranhão, 1871.

MARANHÃO. Província, 1822-1889 (José Pereira da Graça, Desembargador Presidente) Falla proferida à Assembléia Legislativa, em 03 de maio de 1872. São Luís, Arquivo Público do Estado do Maranhão, 1872.

MARANHÃO. Província, 1822-1889 (Augusto Olympio Gomes de Castro, Presidente) Mensagem apresentada à Assembléia Provincial, em 29 de abril de 1872. São Luís, Arquivo Público do Estado do Maranhão, 1872.

MARANHÃO. Província, 1822-1889 (José Francisco Viveiros) Falla proferida à Assembléia Provincial quando recebeu o governo da Província de Augusto Olympio Gomes de Castro. São Luís, Arquivo Público do Estado do Maranhão, 1874.

MARANHÃO. Província, 1822-1889 (José Pereira da Graça, 2º Vice-presidente) Falla proferida quando abriu a 20ª Legislatura da Assembléia Provincial, em 08 de junho de 1875. São Luís, Arquivo Público do Estado do Maranhão, 1875.

MARANHÃO. Província, 1822-1889 (Frederico de Almeida Albuquerque, Presidente) Mensagem apresentada à Assembléia Provincial, em 16 de junho de 1876. São Luís, Arquivo Público do Estado do Maranhão, 1876.

MARANHÃO. Província, 1822-1889 (Francisco Maria Corrêa de Sá Benevides, Presidente) Mensagem apresentada à Assembléia Provincial, em 18 de outubro de 1877. São Luís, Arquivo Público do Estado do Maranhão, 1877.

MARANHÃO. Província, 1822-1889 (Carlos Fernandes Ribeiro, Vice-Presidente) Mensagem apresentada à Assembléia Provincial, em 08 de maio de 1878. São Luís, Arquivo Público do Estado do Maranhão, 1878.

MARANHÃO. Província, 1822-1889 (José Leandro de Godoy e Vasconcelos, Presidente) Falla proferida à Assembléia Legislativa por ocasião da instalação da 2ª Sessão da 25ª Legislatura, em 24 de fevereiro de 1885. São Luís, Arquivo Público do Estado do Maranhão, 1885.

MARANHÃO. Província, 1822-1889 (João Capistrano Bandeira de Melo, Conselheiro e Presidente) Falla proferida à Assembléia Provincial, quando abriu a 1ª Sessão da 26ª Legislatura da Assembléia, em 15 de março de 1886. São Luís, Arquivo Público do Estado do Maranhão, 1886.

MARANHÃO. Província, 1882-1889 (José Bento de Araújo, Presidente) Falla proferida à Assembléia Provincial, em 11 de fevereiro de 1888. São Luís, Arquivo Público do Estado do Maranhão, 1888.

- MARQUES, Cesar. Diccionario histórico-geográfico da provincia do Maranhão. Rio de Janeiro, Ed. Fon-Fon e Seleta, 1970, 3ª ed.
- MARTIUS, Von & SPIX, Von. Viagem pelo Brasil; 1817/1820. Rio, Melhoramentos, 2 ed. livro 6, t.2. 1938
- MARX, Karl. Contribuição à crítica da economia política. Tradução de Maria Helena Barreiros Alves. São Paulo, Martins Fontes, 1977.
- MAXWELL, Kenneth. A defesa da devassa - a inconfidência mineira; Brasil e Portugal: 1750/1808. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978. 2 ed.
- MEIRELES, Mario Martins. História do Maranhão, Rio, Dasp, 1960.
- MEIRELES, Mario Martins. Melo e Póvoas, governador e capitão-general do Maranhão. São Luís, Sioge, 1974.
- MENDES, Cândido. Memórias para a história do extinto estado do Maranhão. s.n.t.
- MOTA, Guilherme. Revolução de 1817 no nordeste. São Paulo, Ed. S. Paulo, 1977.
- MORAES, José de, Pe. História da Companhia de Jesus na extinta Província do Maranhão e Grão-Para, s.n.t.
- MORRISH, Yvor. Sociologia da educação, e. ed. Rio, Zahar, 1977.
- NOVAIS, Fernando A. Portugal e o Brasil na crise do antigo sistema colonial: 1777/1808. São Paulo, Hucitec, 1979.
- OFÍCIOS da Casa dos Educandos ao Presidente da Província. São Luís, Arquivo Público do Estado do Maranhão, 1842.
- OFÍCIOS da Casa dos Educandos ao Presidente da Província. São Luís, Arquivo Público do Estado do Maranhão, 1844.
- OFÍCIOS da Casa dos Educandos ao Presidente da Província. São Luís, Arquivo Público do Estado do Maranhão, 1846.
- OFÍCIOS da Casa dos Educandos ao Presidente da Província. São Luís, Arquivo Público do Estado do Maranhão, 1848.
- OFÍCIOS da Casa dos Educandos ao Presidente da Província. São Luís, Arquivo Público do Estado do Maranhão, 1849.
- OFÍCIOS da Casa dos Educandos ao Presidente da Província. São Luís, Arquivo Público do Estado do Maranhão, 1850.
- OFÍCIOS da Casa dos Educandos ao Presidente da Província. São Luís, Arquivo Público do Estado do Maranhão, 1851.
- OFÍCIOS da Casa dos Educandos Artífices ao Presidente da Província. São Luís, Arquivo Público do Estado do Maranhão, 1852.
- OFÍCIOS da Casa dos Educandos Artífices ao Presidente da Província. São Luís, Arquivo Público do Estado do Maranhão, 1853.
- OFÍCIOS da Casa dos Educandos Artífices ao Presidente da Província. São Luís, Arquivo Público do Estado do Maranhão, 1856

- OFÍCIOS da Casa dos Educandos Artífices ao Presidente da Província. São Luís, Arquivo Público do Estado do Maranhão, 1859.
- OFÍCIOS da Casa dos Educandos Artífices ao Presidente da Província. São Luís, Arquivo Público do Estado do Maranhão, 1862.
- OFÍCIOS da Casa dos Educandos Artífices ao Presidente da Província, São Luís, Arquivo Público do Estado do Maranhão, 1874.
- OFÍCIOS da Secretaria da Instrução Pública ao Presidente da Província. São Luís, Arquivo Público do Estado do Maranhão, 1859.
- OFÍCIOS da Secretaria da Instrução Pública ao Presidente da Província. São Luís, Arquivo Público do Estado do Maranhão, 1860.
- OFÍCIOS da Secretaria da Instrução Pública ao Presidente da Província. São Luís, Arquivo Público do Estado do Maranhão, 1867.
- OFÍCIOS diversos ao Presidente da Província. São Luís, Arquivo Público do Estado do Maranhão, 1845.
- OFÍCIOS diversos; 1870-1883. São Luís, manuscritos, Arquivo Público do Estado do Maranhão, 1883.
- OFÍCIOS do Delegado da Instrução Pública de Alcântara ao Presidente da Província. São Luís, Arquivo Público do Estado do Maranhão, 1853.
- OFÍCIOS do Delegado Especial da Inspetoria Geral da Instrução Pública da Corte ao Vice-Presidente da Província. São Luís, Arquivo Público do Estado do Maranhão, 1878.
- OFÍCIOS do Inspetor da Instrução Pública ao Presidente da Província São Luís, Arquivo Público do Estado do Maranhão, 1847.
- OFÍCIOS do Inspetor da Instrução Pública e do Bibliotecário ao Presidente da Província. São Luís, Arquivo Público do Estado do Maranhão, 1853.
- OFÍCIOS do Inspetor da Instrução Pública ao Presidente da Província. São Luís, Arquivo Público do Estado do Maranhão, 1856.
- OFÍCIOS do Inspetor da Instrução Pública ao Presidente da Província. São Luís, Arquivo Público do Estado do Maranhão, 1857.
- OFÍCIOS do Inspetor da Instrução Pública ao Presidente da Província. São Luís, Arquivo Público do Estado do Maranhão, 1858.
- OFÍCIOS do Inspetor da Instrução Pública ao Presidente da Província. São Luís, Arquivo Público do Estado do Maranhão, 1862.
- OFÍCIOS do Inspetor da Instrução Pública ao Presidente da Província. São Luís, Arquivo Público do Estado do Maranhão, 1863.
- OFÍCIOS do Inspetor da Instrução Pública ao Presidente da Província. São Luís, Arquivo Público do Estado do Maranhão, 1864.
- OFÍCIOS do Inspetor da Instrução Pública ao Presidente da Província. São Luís, Arquivo Público do Estado do Maranhão, 1869.

OFÍCIOS do Inspetor da Instrução Pública ao Presidente da Província
São Luís, Arquivo Público do Estado do Maranhão, 1870.

OFÍCIOS do Inspetor da Instrução Pública ao Presidente da Província
São Luís, Arquivo Público do Estado do Maranhão, 1871.

OFÍCIOS do Inspetor da Instrução Pública ao Presidente da Província
São Luís, Arquivo Público do Estado do Maranhão, 01 a 04 de 1871.

OFÍCIOS do Inspetor da Instrução Pública ao Presidente da Província
São Luís, Arquivo Público do Estado do Maranhão, 05 a 08 de 1871.

OFÍCIOS do Inspetor da Instrução Pública ao Presidente da Província
São Luís, Arquivo Público do Estado do Maranhão, 09 a 12 de 1871.

OFÍCIOS do Inspetor da Instrução Pública ao Presidente da Província.
São Luís, Arquivo Público do Estado do Maranhão, 01 a 06 de 1873

OFÍCIOS do Inspetor da Instrução Pública ao Presidente da Província.
São Luís, Arquivo Público do Estado do Maranhão. 07 e 08 de 1873

OFÍCIOS do Inspetor da Instrução Pública ao Presidente da Província.
São Luís, Arquivo Público do Estado do Maranhão, 1874.

OFÍCIOS do Inspetor da Instrução Pública ao Presidente da Província.
São Luís, Arquivo Público do Estado do Maranhão, 1876.

OFÍCIOS do Inspetor da Instrução Pública ao Presidente da Província.
São Luís, Arquivo Público do Estado do Maranhão, 1878.

OFÍCIOS do Inspetor da Instrução Pública ao Presidente da Província -
cia. São Luís, Arquivo Público do Estado do Maranhão, 1879.

OFÍCIOS do Inspetor Público, outras pessoas e autoridades ao Presiden
te da Província, S. Luís, Arquivo Público do Estado do Maranhão, 83

OFÍCIOS da Instrução Pública ao Presidente da Província. São Luís, Ar
quivo Público do Estado do Maranhão, 1888.

OSSOWSKI, Stanislaw. Estrutura de classe na consciência social, Trad
Affonso Blacheyre, 2.ed. Rio, Zahar, 1976.

PACHECO, Fran. Os interesses maranhenses. São Luís, 1904.

PACHECO, Fran. Geografia do Maranhão . São Luís, 1908.

PACHECO, Fran. O Maranhão. São Luís, 1913.

PEREIRA, Luiz. Urbanização e desenvolvimento. 2. ed. Rio de Janeiro,
Zahar, 1973.

PINTO. L.A. Costa. Sociologia & desenvolvimento, 3. ed. Rio de Janeiro,
Civilização Brasileira, 1970.

PINTO L.A. Costa & BAZZANELLA. W. Teoria do desenvolvimento, Rio, Zahar,
1967.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Cultura, sociedade rural, sociedade
urbana no Brasil. Rio, Livros Técnicos e Científicos, 1978.

- PIRENNE, Henri. História econômica e social da Idade Média. São Paulo, Mestre Jou, 1973.
- POULANTZAS, N. Tempo brasileiro. Rio de Janeiro, 1974.
- O POVO e a escola. Revista de Instrução e Educação, São Luís, 1 (3) agosto 1877.
- PRADO JUNIOR, Caio. Evolução política do Brasil, 6 ed. São Paulo, Brasiliense, 1969.
- PRADO JUNIOR, Caio. História econômica do Brasil. São Paulo. Brasiliense, 1972.
- PRADO JUNIOR. Caio. História e desenvolvimento. São Paulo, Brasiliense, 1972.
- PRADO JUNIOR, Caio. A revolução brasileira. São Paulo, Brasiliense, 1968.
- QUADROS demonstrativos da instrução pública; 1867-1868. São Luís, manuscritos, Arquivo Público do Estado do Maranhão, 1868
- REIMER, E. A escola está morta: alternativas em educação. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1975.
- REGO, George Browne do. Brasil e Estados Unidos: balanço histórico ' do ensino superior sob uma perspectiva comparada. Recife, Univer sitária, 1974.
- REGULAMENTO da instrução Pública; 1870, 1883, 1890, 1893. São Luís, manuscritos, Arquivo Público do Estado do Maranhão, 1893.
- RELAÇÃO de livros adotados; 1870. São Luís, manuscritos, Arquivo Público do Estado do Maranhão, 1870.
- RELATÓRIO apresentado à Assembléia Geral Legislativa na 2a. Sessão ' da Décima Sétima Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império, o Conselheiro Carlos Leôncio de Carvalho. São Luís, 1879.
- RELATÓRIO apresentado ao Ilmo. Exmo. Sr. Dr. José Bento de Araújo, Presidente da Província, pelo Inspetor do Tesouro Provincial, Antonio Emiliano de Almeida Braga. São Luís, 1888.
- RELATÓRIO apresentado pelo Inspetor do Tesouro Público Provincial do Maranhão, Antonio Emiliano de Almeida Braga ao Exmo. Sr. Tenente Coronel Caetano Vaz Junior, 3º Vice-Prsidente da Província, em 30 de janeiro de 1879. São Luís, 1879.
- RELATÓRIO apresentado pelo presidente da Província do Maranhão, Dr. José da Silva Maia ao Dr. Augusto Gomes de Castro quando da sua transmissão de Governo em 3 de novembro de 1870. S. Luís, 1870.
- RELATÓRIO apresentado pelo Presidente da Província do Maranhão, Dr. Augusto Gomes de Castro ao 1º Vice-Presidente, Dr. José da Silva Maia, em 19 de maio de 1871. São Luís, 1871.
- RELATÓRIO apresentado pelo Presidente da Província, Dr. Luiz de Oliveira Lins de Vasconcelos à Assembléia Legislativa, em 13 de fevereiro de 1880. São Luís, 1880.

RELATÓRIO em que Eduardo Olympio Machado passou a administração da Província ao Vice-presidente Manoel de Souza Pinto Magalhães . São Luís, 1852.

RELATÓRIO com que o Exmo. Sr. Presidente da Província Dr. Ambrósio Leitão da Cunha, passou a administração da mesma ao Exmo. Sr. Desembargador Miguel Joaquim Ayres do Nascimento, 2º Vice-Presidente, no 24 de novembro de 1863. São Luís, 1863.

RELATÓRIO com que Ambrósio Leitão da Cunha, passou a administração para José Caetano Vaz Junior. São Luís, 1865.

RELATÓRIO com que Dr. Augusto Olympio Gomes de Castro passou a administração para o Desembargador José Pereira da Graça, em 29 de abril de 1871. São Luís, 1871.

RELATÓRIO com que Dr. Augusto Olympio Gomes de Castro passa para o 1º Vice-Presidente José da Silva Maia, em 19 de maio de 1871 . São Luís, 1871.

RELATÓRIO com que Dr. José da Silva Maia, Presidente da Província do Maranhão, passa o Governo ao 2º Vice-Presidente Desembargador José Pereira da Graça, em 19 de agosto de 1871. São Luís , 1871.

RELATÓRIO com que José da Silva Maia, Presidente da Província do Maranhão, passou o Governo ao 2º Vice-Presidente, Desembargador José Pereira da Graça em 29 de agosto de 1871. São Luís , 1871.

RELATÓRIO com que o Dr. José Pereira da Graça, 2º Vice-Presidente da Província do Maranhão, passou o Governo ao Presidente Dr. Augusto Olympio Gomes de Castro, em 14 de outubro de 1871. São Luís, 1871.

RELATÓRIO com que Dr. José Pereira da Graça, 2º Vice-Presidente da Província do Maranhão, passou o Governo ao Presidente, Comendador Dr. José Bento da Cunha Figueiredo, em 29 de janeiro de 1872. São Luís, 1872.

RELATÓRIO com que o Presidente da Província do Maranhão, Dr. José Pereira da Graça passou o Governo ao Presidente Dr. Sílvio Elvidio Carneiro da Cunha, em 4 de março de 1873. São Luís, 1873

RELATÓRIO com que o Presidente da Província do Maranhão, Sr. Dr. Sílvio Elvidio Carneiro da Cunha passou a administração da Província ao Exmo. Sr. Dr. Augusto Olympio Gomes de Castro, em 4 de outubro de 1874. São Luís, 1874.

RELATÓRIO com que o Exmo. Sr. Dr. Francisco Maia Correia de Sá e Benevides apresentou à Assembléia Legislativa Provincial por ocasião da sua instalação, em 18 de outubro de 1877. São Luís , 1877.

RELATÓRIO com que o Exmo. Sr. DR. Francisco Maia Correia de Sá e Benevides apresentou à Assembléia Legislativa Provincial por ocasião da sua instalação, a 18 de novembro de 1877.

RELATÓRIO com que o Exmo. Sr. Dr. Francisco Maia Correia de Sá e Benevides apresentou à Assembléia Legislativa Provincial por

ocasião da sua instalação a 18 de outubro de 1877. São Luís, 1877.

RELATÓRIO com que o Dr. Francisco Melo Coutinho de Vilhena, 4º Vice Presidente da Província do Maranhão passou o Governo ao 3º Vice Presidente Coronel José Caetano Vaz Junior, em 21 de novembro de 1878. São Luís, 1878.

RELATÓRIO com que o Exmo. Sr. Dr. Francisco de Mello C. de Vilhena, 4º Vice-Presidente da Província passou a administração no dia 21 de novembro de 1878 ao Exmo. Sr. Ten. Cel. José C. Vaz Junior, 3º Vice-Presidente, acompanhado do qual lhe dirigiu o Exmo. Sr. Dr. Graciliano A. do Prado Pimentel, no dia 11 de novembro de 1879. São Luís, 1879.

RELATÓRIO com que o Exmo Sr. Dr. Luis de Oliveira Lins de Vasconcellos, Presidente da Província passou a administração no dia 27 de maio de 1880 ao Exmo. Sr. Dr. Carlos Fernando Ribeiro, 1º Vice-Presidente acompanhado do que apresentou este o Exmo. Sr. Dr. Presidente da Província, no dia 24 de junho de 1880. São Luís, 1880

RELATÓRIO com que o Sr. Dr. Carlos Fernando Ribeiro 1º Vice Presidente da Província passou a administração ao Exmo. Sr. Presidente Ovídio João Paulo de Andrade, em 25 de setembro de 1883. São Luís, 1883.

RELATÓRIO com que o Exmo. Sr. Barão de Grajahu 1º Vice-Presidente da Província passou a administração ao exmo. Sr. José Leandro de Godoy e Vasconcellos, em 18 de setembro de 1884. São Luís, 1884.

RELATÓRIO com que o Exmo. Sr. Dr. José Leandro de Godoy e Vasconcellos, Presidente da Província passou a administração da mesma ao 1º Vice-Presidente Exmo. Sr. Barão de Grajahu, em 16 de maio de 1885 e este ao Sr. Dr. Antonio Tiburcio Figueira, em 23 de junho 1885. São Luís, 1885.

RELATÓRIO com que o Exmo. Sr. Dr. Antonio Tiburcio Figueira, Presidente da província passou a administração ao 2º Vice-Presidente, Exmo. Sr. Dr. Cypriano José Velloso Vianna, em 14 de setembro de 1885. São Luís, 1885.

RELATÓRIO com que o Exmo. Sr. Dr. Pedro da Cunha Beltrão passou a administração da província ao 2º Vice-Presidente, Dr. José Jansen Ferreira Junior, em 28 de setembro de 1889. São Luís, 1889.

RELATÓRIO com que José Jansen Ferreira Junior passou a administração da província ao Conselheiro Tito Augusto Pereira de Mattos, em 12 de novembro de 1889. São Luís, 1889.

RIBEIRO, Darcy. Os brasileiros. Teoria do Brasil. Petrópolis, Vozes, 1978, livro 1.

RIBEIRO, Darcy. O processo civilizatório. Petrópolis, Vozes, 1979 5. ed.

RIBEIRO, Maria Luiza Santos. História da educação brasileira. São Paulo, Cortez & Moraes, 1978.

RITZ, Armin. Fenômenos de dependência na economia baiana. Caderno CEAS São Paulo, Loyola, (22) dez. 1972.

RODRIGUES, José Honório. História da história do Brasil - 1500/1820, 2 ed. São Paulo, Nacional, 1979.

- ROSTOW, W. W. Etapas do Desenvolvimento Econômico, trad. Octavio Alves Velho, Rio, Zahar, 1961.
- SÁ, Nicanor Palhares. Política educacional e populismo no Brasil. São Paulo, Cortez, 1979.
- SILVA, Dom Francisco de Paula e. Apontamentos e notas para a história eclesiástica do Maranhão, Bahia, Tipographia de São Francisco, 1922.
- SILVA, Luís Antonio Vieira da. História da independência da Província do Maranhão - 1822/1828. 3 ed. Rio, Americana, 1972.
- SILVEIRA, Simão Estácio da. Relação sumária das cousas do Maranhão. s.n.t.
- SIMONSEN, Roberto C. História econômica do Brasil - 1500/1820. 7 ed. São Paulo, Nacional; Brasília, MEC, 1977.
- SINGER, Paul Israel. Desenvolvimento econômico e evolução urbana, 2 ed. São Paulo, Nacional, 1977.
- SKIDMORE, Thomas E. Preto no branco - raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. Trad. Raul de Sá Barbosa, Rio, Paz e Terra, 1976.
- SODRÉ, Nelson Werneck. Síntese da história da cultura brasileira. 8 ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980.
- SOUSA, José Coelho de, Pe. Os jesuítas no Maranhão. São Luís, SIOGE, 1977.
- SUNKEL, Oswaldo & PAZ, Pedro. Um ensaio de interpretação do desenvolvimento Latino-Americano. Rio de Janeiro, Difel/Forum, 1975.
- SUNKEL, Oswaldo & PAZ, Pedro. A teoria do desenvolvimento econômico. trad. João Maia. Rio de Janeiro, Difel, 1976.
- SUYDERS, G. Escola, classe e luta de classe. São Paulo, Martins Fontes, 1979.
- TOURAINE, Alain. Les sociétés dépendentes. Paris, Ed. Duculot, 1976.
- TRAVASSOS, Furtado. Minha vida, minha luta. Belo Horizonte. São Vicente, 1977.
- VIVEIROS, Jerônimo de. Alcântara no seu passado econômico, social e político. São Luís, Serviço de Imprensa Oficial, 1950.
- VIVEIROS, Jerônimo de. Apontamentos para a história da instrução pública e particular no Maranhão. São Luís, 4(4): 3-43, dez. 1953.
- VIVEIROS, Jerônimo de. História do comércio do Maranhão. Rio de Janeiro, Oficinas Gráficas do Jornal do Brasil, 1964. 3 v.
- XAVIER, Maria Elizabeth S.P. Poder político e educação de elite, São Paulo, Cortez, 1980.

ANEXO

ENTREVISTAS

NOME: Inah Pereira

DATA NASCIMENTO: 10/Maio/1 900

FILIAÇÃO : paterna:Desembargador Pereira Júnior
materna:Maria Franco de Sá Pereira

Meu pai dizia: "avô rico, filho arremedado, neto pobre". É isso: meu avô foi rico, estudou em Olinda e levou consigo um escravo, o Valentim. Mas os Sá, Ribeiro, Costa Ferreira, Mendes, Azevedo Coutinho e os Franco de Sá estudaram em Coimbra.

Filipe Franco de Sá foi colega de D. Pedro II no Colégio. Ele pintou o retrato do Imperador.

Ainda me lembro de muita coisa que não me sai da memória: a maleta forrada de veludo azul rei, com um espelho na tampa, que vinha da Suíça com todo o enxoval das crianças ricas, desde as camisinhas e coeros até a roupa do batizado. Todos os filhos do meu pai - Celeste, Antonio Carlos e Dolores - tiveram seus enxovais vindo da Suíça. O meu não chegou a tempo e porisso me batizei com uma toalha de labirinto que foi a toalha de rosto do casamento da minha mãe. Lindíssima, com renda feita na fazenda. Havia muita renda em Alcântara e famosas: amor-em-ped^{ço}, labirinto, traça, etc.

Meu pai tomava chá pela manhã num serviço de chá de prata portuguesa trabalhada e suas tigelas para creme e para açúcar em tabletes todas forradas de cristal azul rei. Foi a baixela mais bonita que já vi.

Os selins das minhas tias tinham arreios de prata e o meu era menor. A correia de ouro entrava numa fivela de prata linda.

Minha mãe saía com sapatos de cetim combinando com a cor do vestido: vestido violeta, sapatos violeta, vestido azul, sapatos azuis. Até as freiras usavam sapatos de cetim preto. Só as subalternas tinham sapatos de couro.

As jóias vinham de Portugal: colar "Goela de pato", "soutoir", cordão de ouro que segurava o "Lorgnon" (óculos de ouro com cabo).

Os ricos senhores de engenho andavam em finas redes de linha esterlina e feitas a mão, enfiadas em tabocas pintadas de variadas cores com grossas correntes as vezes até de ouro.

Nas cerimônias religiosas, o meu avô usava um correntão de ouro com crucifixo de 12 a 15 centímetros em cima de um manto de veludo preto. Dois desses adornos foram dados, um para o padre de Cajapió e o outro para o vigário de Alcântara.

Na fazenda do CARMO, de Cândido Pereira os móveis eram em dourado e "gobelin". Nossos móveis vieram da Áustria.

Por ocasião de uma festa de Santo Antonio, minha tia afim, d. Elvira, mandou ao Padre um bolo numa grande salva de prata portuguesa e esta nunca foi devolvida.

Quando morria algum Franco de Sá ou Pereira seus caixões eram fechados com chave de ouro.

Meus brinquedos eram: uma boneca de "biscuit" comprada na Suíça e um aparelho de porcelana dourada de chá, café e jantar, miniatura dos grandes que me foi dado pelos filhos de Godofredo Viana. Afora isto, eu costum

mava brincar com um saco de libras esterlinas de ouro. Minhas tias colocavam uma esteira no chão, uma coberta por cima e eu ficava alí fazendo montanhas, casinhas, torres etc... com as libras de ouro. Hoje em dia não tenho nenhuma...

Meu pai tinha uma grande fazenda - Pascoal - e de lá saíam bois emprestados para trabalharem nas engenhocas de outros Engenhos, vacas para outras fazendas tirarem o leite e industrializarem em forma de manteiga e queijo. O Pascoal já não tinha muitas outras atividades além da criação do gado. Mamãe dizia para papai que se não fosse a política nós seríamos riquíssimos.

O pessoal que vinha formado da Europa se metia em política ou ficava nos engenhos e não exercia suas profissões. No fim, a política atrapalhava até as atividades do engenho ...

A fartura era grande, nunca se comprou carne a não ser por arroba (15 kilos): Geralmente em toda casa tinha uma dispensa que ficava abarrotada de latas de querozene cheias de feijão, paneiros de farinha seca e d'água, de açúcar bruto feito lá mesmo e tinha um tacho de bronze muito grande que servia para refiná-lo.

Quando os escravos foram libertos, os idosos não saíram das fazendas e as famílias, já quase falidas tiveram de sustentar esses pretos até morrerem.

NOME: ANTONIO RAMOS CARDOSO
DATA DE NASCIMENTO: 20/março/1 900
LOCAL : Guimarães
PROFISSÃO: Marceneiro

Vivi em Guimarães até uns oito anos de idade, época em que meu pai resolveu ir para o Acre , no tempo que muita gente de lá saiu para tirar borracha na Amazônia. A região estava parada de serviço e a necessidade obrigou pais de família aventurarem a vida em outras regiões. Com a saída do meu pai, minha mãe veio para São Luís atrás de emprego para sustentar seus filhos. Doente, voltou para Guimarães e eu voltei com ela. Sua morte coincidiu com a volta do meu pai, que se radicou em São Luís. Voltei para o poder dele e ele me matriculou na Escola de Aprendizes Artífices, antiga Escola dos Educandos. Lá, era regime de semi-internato: de manhã aprendíamos português, de 10,30 às 11,30 aprendíamos desenho, o intervalo era para o almoço e, de 13 horas até 16,30 ficávamos na oficina. Eu aprendi para marceneiro . Acabada a hora da oficina, às vezes, o Mestre Teófilo ia fazer instrução física conosco, defronte do Quartel da Polícia. Ele era invocado com isso e nós gostávamos da brincadeira, porém não era obrigatório, da Escola.

No ofício, a gente começa somente olhando, no banco, ao lado do Mestre. Depois ele dá um fundo de gaveta, costa de móvel para lixar. Lixa grossa, no comprido, lixa interna, lixa fina, etc... A primeira técnica a aprender é a de lixar. Depois serrar, plainar,

etc. Se não acertasse fazer como o Mestre fazia, bolo comia ... O professor Urbano era um dos poucos que não batia. Os outros colocavam até no xadrez.

Quando a gente via, por exemplo, o Mestre marcar o fundo de uma gaveta, logo ele mandava a gente marcar um.

O esquadro é imprescindível. O essencial da arte é marcar certo, cortar certo, para dar certo, dizia o Mestre João Viveiros. Ele chamava a gente de Senhor para ninguém chamá-lo de tu. Os Mestres guardavam uma grande distância dos aprendizes.

Curioso é uma coisa, profissional é outra.

Existiu uma grande oficina na Rua Formosa, do Mestre João Marinosa da Mota onde se faziam móveis muito bonitos e bem feitos. Ele tinha muito gosto pela arte. Muito exigente, não botava branco no móvel, só amago. Mandava a gente lixar até debaixo da mesa, da cômoda, pois se alguém passasse a mão naquela borda iria sentir o mesmo macio de cima. O primeiro esquiife feito para o SENHOR MORTO da Catedral foi obra dele. Verdadeira obra de arte que deixaram queimar. O segundo esquiife foi feito por mim.

Fiquei devendo muitas experiências a esses Mestres nas oficinas particulares. Eles atendiam muitas encomendas de todo feitio e gosto e nós é que executávamos os trabalhos mais fáceis delas. Assim ficávamos com muita experiência.

Não concluí o curso da Escola porque meu ideal era ser um bom marceneiro, um marceneiro de verdade e lá na Escola só se fazia coisinhas que logo iam ser expostas. Não passava disso... Por isso saí de lá e fui para a oficina de José Maria Baima. Lá, o trabalho era mais adiantado. Depois fui para a oficina do Marinosa,

muito mais adiantada ainda, tinha maquinárias e eu gostava de trabalhar lá porém fiquei só um ano porque ganhava muito pouco: 5\$000 réis por semana. Daí fui para as oficinas da Lojas das Noivas, de um judeu. Aí comecei ganhar bem. Quando a loja liquidou sua oficina, a fábrica fechou, o meu patrão me ajudou e me estabeleci por conta própria. Enquanto os outros só se estabeleciam com meia idade, eu aos 25 anos já tive minha oficina própria.

Cada aluno da escola tinha um número e era chamado por ele. Eu era 114, Cândido, 73. Toda cor e toda classe aprendeu lá. O filho de Antonio Dias, homem de posse, era marceneiro.

Lá em Guimarães, num lugar que hoje é Mirinzal, meu pai teve oficina de alfaiate, mas esse fim de século foi muito mole de trabalho, quando eu nasci a coisa já estava difícil. Quando ele voltou do Acre, colocou uma oficina de alfaiate em São Luís.

Meu avô trabalhou mesmo foi na lavoura. Nasci perto da fazenda Monte-Cristo. Lá eu conheci engenho d'água. Importante aquilo... Em Queluz os engenhos eram movidos a bois.

NOME: ARI PADILHA RABELO
DATA NASCIMENTO: 04/JANEIRO/1 920
LOCAL: São Bento
PROFISSÃO: Ourives

Nasci e me criei em São Bento. Quando era menino estudava com minha madrinha Antonia Viêgas , no colégio da vila. Nas minhas idas e vindas passava pela oficina do ourives Manoel Dourado Costa e não me cansava de admirar o seu trabalho. Ficava horas vendo o mestre trabalhar. Um dia perguntei se ele podia me ensinar aquele ofício. Ele respondeu positivamente. No dia que terminei as aulas fui lá me apresentar e ele me voltou dizendo: "o dia aqui começa de manhã". No dia seguinte, às 7 horas já estava lá e, nesse mesmo momento comecei a aprender.

Meu mestre trabalhava calado, quase não falava e a gente aprendia olhando. Quando se levantava, eu sentava e continuava um pouquinho a fazer o seu trabalho. Ao retornar, percebia o que foi adiantado, me olhava por cima dos óculos, dava um leve sorriso e continuava o trabalho. Isto era a demonstração de que ele admirava meu trabalho, minha inteligência e meu interesse.

Hoje as coisas são bem mais fáceis . Antigamente o trabalho era mais pesado, custava mais tempo e era mais árduo, mais grosseiro. O polimento era dado à mão, hoje tem a politrice; a fundição era feita na ba

se do fogo sustentado à fole, hoje tem massarico à gaz ou com gerador. Dantes se fundia no massaco de boca, soprando mesmo que músico. Meu mestre tinha um banco grande, tipo uma engenhoca para a gente puxar o fio e éramos nós os aprendizes que fazíamos todo o serviço mais pesado. Mesmo depois que se sabe alguma coisa ainda é muito explorado nas oficinas. Quando tive certa segurança e conhecimento do trabalho, tratei de comprar umas ferramentas e fui trabalhar em casa, por conta própria.

Um amigo veio trabalhar no comércio, no porto de São Luís e, toda vez que ia a São Bento insistia para que eu me mudasse de lá. Levou minha bagagem várias vezes para o porto e eu desistia da viagem. Certo dia resolvi mudar-me. Isto foi em março de 1940. Aqui não trabalhei logo na profissão. Fiquei com meu amigo, na praia, comprando e vendendo.

Encontrei-me com um ourives antigo daqui, sr. Brenha, e ele me convidou para trabalhar com ele. Depois de algum tempo, encontrei melhor proposta de um judeu, Astorf Barrisotele, e trabalhei com ele até quando mudou de domicílio. Voltei a trabalhar na praia até receber uma proposta de Cr\$30,00 semanais de Chicó Batista, relojoeiro local. Fiquei com ele até o dia em que ele faltou com a palavra comigo. Desse aborrecimento, peguei minhas ferramentas e montei minha oficina, na Rua da Palma. Isto foi em 1950 e até hoje trabalho na profissão da qual me orgulho muito. Sou louco pela minha arte, amo minha profissão. Daquilo que a gente vive, que a gente ganha é o que a gente gosta. Sou um homem realizado na minha profissão, graças aos ensinamentos mudos de um velho ourives de São Bento.

NOME: CARLOS SOUSA GONÇALVES
DATA NASCIMENTO:
LOCAL: Viana
PROFISSÃO: Marceneiro

Nasci em Viana porém vim para São Luís com a idade de 2 anos, com minha avó que foi costureira do Seminário Santo Antônio. Aos 12 anos voltei para minha terra para estudar a profissão de marceneiro com meu tio Antonio Vieira.

Meu tio também nasceu em Viana. Bem jovem foi para São Paulo e lá aprendeu música e as profissões de marceneiro e carpinteiro. Sabia fazer tudo em madeira e foi um dos MESTRES mais famosos de Viana. Depois de algum tempo voltou para sua terra com o objetivo de ensinar a gente jovem de lá. Acho que foi para São Paulo com uns 25 e voltou com cinquenta anos de idade. O resto de sua vida em Viana foi dedicado à ensinar os meninos e de graça. Não tinha necessidade de dinheiro porque tinha muitos bens: gado no campo, carroça para botar água na cidade, boi de carga, burro, além do dinheiro que ganhava com seus trabalhos em madeira. Não teve filhos.

Pela manhã ele ensinava leitura, depois do almoço ensinava música (tocava trombone) e o resto da tarde ficava em sua grande carpintaria, com muitos compartimentos, cada um para um tipo de trabalho. Lá se fazia de tudo: desde as peças mais simples como barrotes para soalhar casa, forro, porta, janela, pipa, barril, carroça, barco, lancha, até as peças mais difíceis como instru

mentos de corda: violino, violoncelo, viola, violão de to do jeito, bandolim de cima, rabecão, rabeca, etc.

Quando o pai ou mãe do menino vinha pedir para ele ensinar um ofício, o Mestre dava um prazo e nesse ínterim ele ia perguntar para os que conheciam o menino as suas referências: se gostava de vadiação na rua, quais os costumes, se era obediente, se não "bulia", etc... Depois olhava a cara do menino e dizia qual a época que podia vir frequentar a oficina. Quando o garoto chegava ele o levava a todos os compartimentos para ver todos os tipos de trabalho em madeira que se fazia lá. Aí perguntava para o aprendiz qual desses trabalhos queria aprender a fazer. Depois de escolhido, o menino só aprendia aquilo.

Eram mais ou menos 12 alunos geralmente de Viana, porém vinha menino até de Cajarí.

De vez em quando ele e todos os alunos íamos para Pindaré passar 10 a 15 dias para tirar madeira. Ele não comprava madeira, nós é que tirávamos. Os mais velhos cortavam o pau, os menores faziam a comida que era carne seca assada, feijão com toucinho e um paneiro de farinha. Era uma verdadeira festa para nós, mais era duro também.

Ele ensinava de graça mas nós não ganhávamos dinheiro. Só ele. Quando a gente fazia uma coisa sozinho ele dava 1 mil réis e nossa mãe vinha perguntar se de fato ele tinha nos dado aquele dinheiro.

As coisas fáceis todos aprendiam. As coisas difíceis, só os da família. Só para mim e para Mário ele ensinava as coisas difíceis: talha, pescoço de violino que se fazia numa sala só dele, sem ninguém ver. Eu só lixava. Mário era bom de cravelha. Assim mesmo ele não dizia nada, a gente só via ou o auxiliava lixando ou raspando a madeira.

Ele aprendeu por curiosidade, eu acho que

foi em São Paulo. Foi assim que aprendi: só por curiosidade. Ele não ensinava mas eu via e desenhava no papel quando chegava na minha casa e ia guardando. Quando ele saía para meter "grode" eu pegava os moldes dele que ficavam numa caixa de pau que ninguém podia olhar e tirava um igual.

Apanhávamos de palmatória quando fazíamos uma coisa errada. Quando o menino era atrevido ou respondão ele mesmo ia entregá-lo ao seu responsável.

Quando se bebia ele dizia: Você não respeita o mīster? Se distanciava da gente desde a maneira de vestir. Trabalhava com uma roupa de couro e de botas.

Fazia móveis lindos, entalhados, torneados, de todo jeito e os vendia em Penalva, Cajari, São Luís. Ia até para o Rio os móveis dele.

A escada da Igreja de Viana, linda, em duas cores foi ele quem fez e até hoje não se acabou.

Em Viana existiram outros Mestres :

Mestre Jerônimo, ensinava entalhe, marcenaria e carpintaria.

O pai de Zé Hemetério, Mestre Pedro Neves que fazia também móveis.

Seu Boaventura também trabalhou com madeira.

Antonio Careca, bom marceneiro. Só este último veio para São Luís, desgostoso porque alguém fumando o cigarro incendiou toda a sua oficina. Todos os outros morreram em Viana.

Meu tio, embora tenha saído de Viana aproximadamente por 25 anos porém sempre dizia e cumpriu: quero voltar para Viana para ensinar o que sei lá e morrer na mi-

nha terra.

Aqui só aprende os da família, disse o entrevistado. Com isso, foi apresentando seu filho, sobrinhos e netos.

NOME: JOANA DOS SANTOS MENDES
DATA DE NASCIMENTO: 14/DEZEMBRO/L 894
Local : SÃO BENTO
PROFISSÃO: : TECELÂ DE REDE

Meus pais trabalhavam na lavoura, no distrito de Guarapiranga, onde eu e meus cinco irmãos nascemos. Nossa vida começou indo pra roça com meus pais para fazer o que criança pode fazer. Depois entramos na capina dura, plantio de milho, arroz, feijão, arranca de mandioca. Com o marido continuei nos mesmos serviços. Por isso é que os pais não mandavam os filhos para a escola. Ninguém tinha tempo nem podia ficar sem o menino na roça. Nem tinha escola perto. Quem morava no centro de São Bento era como índio, isolado. Agora não, já tem estrada, escola. A gente aprendia mesmo era o que a gente ia precisar depois. Mamãe sabia fiar e quando a gente estava grandinha também pegava o algodão descaroçado, batia numa almofada até ficar macio, fazia as tiras e torcia, emparelhava para depois colocar no tear para tecer a rede. Naquele tempo se usava só fio da terra. As redes podiam ser batidas ou torcidas. Ficávamos olhando mamãe fazer e depois fazíamos desde o tinturar o fio de azul, encarnado com anilina até tecer as varandas que eram feitas na almofada, que levava dúzia e meia ou duas dúzias de bidos, conforme a largura da varanda. Depois de quadriculada, esticava-se para encher com desenhos do mesmo fio, em cores diferentes. Ainda tem grade feita à mão, de todo feitio: casa-de-abelha, aranha. Umas redes eram para dormir, outras para vender.

Aprender a ler, nem se falava, e pra que? Aprendíamos era costurar nossas roupinhas à mão e os serviços de casa: limpar terreiro, cozinhar, cuidar de plantinhas de casa: jasmim, roseiras, margaridas, papoulas. Pra nós não servia pra nada saber ler, não se vivia disso. Além do mais, essa coisa de ler e escrever foi feita pra branco. Branco é que tem cabeça pra isso. Preto, por mais que queira, nunca lê corrido. E foi assim nossa vida: eu e meu marido na roça até não dar conta do trabalho da lavoura, pesado. Aí viemos para a cidade pra junto dos filhos que estão todos espalhados. De onze, só dois estão em São Bento e um no Cocalzinho Vivo aqui em São Luís com minha filha que lava em casa de fa

NOME : EIDER FURTADO DA SILVA
DATA DE NASCIMENTO: 1920
LOCAL: VIANA

Sou natural de Viana e gosto muito de mi nha terra: Porisso fui exercer minhas funções de sacerdote naquele meio rural. Conheço toda a Baixada como a pal ma de minha mão: seu povo, seus usos, costumes, crenças, meio de vida, etc. Talvez esta seja a razão de eu com - preender bem as reações populares. A massa tem razão de reagir contra às injustiças de que são vítimas, às impo - sições no âmbito moral, cultural, mesmo religioso, con - tra a exploração material, etc. de que é vítima. A mino - ria dominante foi, é e será sempre exorbitante.

Como estamos falando da época imperial , darei um exemplo do que estou afirmando, no aspecto le - gal: haverá maior injustiça, em nome da justiça, que a lei do sexagenário? O negro trabalhou a vida inteira e , depois de velho os brancos acharam um artifício para não mais lhe sustentar. Essa mão-de-obra gratuita padeceu... O sistema escravista foi injusto até para o próprio se - nhor. Por ter quem fizesse tudo, o branco ficou tão des - preparado para viver na sua propriedade. Dou um exemplo: Na fazenda Tramaúba, antigamente pertencente a Penalva e hoje a Cajari, os escravos souberam da notícia da aboli - ção que foi euforicamente dada ao som das trombetas. No mesmo instante todos abandonaram a fazenda, ficando so - mente o senhor e seus familiares. Ao amanhecer todos fi - caram paralisados sem saber o que fazer. A senhora não sa - bia passar um café. Não houve nenhuma preparação para es - sa gente ficar sem o braço servil. Contam os antigos que os cavalos de montaria morreram presos porque não teve ' ninguém que soubesse abrir a estrebaria. Foram as contradi - ções que o próprio sistema incluiu: a mordomia resultan - do em prejudicialidade para o privilegiado. Graças a Deus existem contradições que ajudam serem rompidas as estru - turas. Com a abolição muitos escravos ficaram desatina - dos sem saber o que fazer e optaram por continuarem nas terras dos ex-senhores em trabalhos que garantiram tão so - mente sua sobrevivência e de seus familiares até a morte

Minha irmã, antiga professora de Viana, lhe daria muitos elementos sobre a educação. Só sei é que o sistema educacional, de modo geral, não tem oferecido muito, especialmente às massas rurais. Existe um descompasso entre o que é dado nas escolas e o que é necessário para o desenvolvimento da pessoa humana.

NOME: JOÃO SEVERO DOS SANTOS

DATA NASCIMENTO: 21/ABRIL/1 903

LOCAL: Belém - Pa.

PROFISSÃO: Alfaiate

Nasci em Belém. Lá, morei perto de um alfaiate e gostava muito de ver o seu trabalho. Mais ou menos aos 16 anos de idade, falei com ele para frequentar sua oficina e, depois de sua permissão, ficava de seu lado, olhando como fazia seu trabalho.

A minha partida foi a agulha e o dedal em tarefas fáceis como bainha, auxiliar, abrir casa para botão, etc. A segunda etapa é conhecer a máquina, afiná-la e safiná-la, limpá-la, lubrificá-la. Quando se passa para a máquina começa-se pela calça, depois, paletó, colete, e assim por diante. Minha vontade foi sempre a de ser cortador e nesse estágio, cheguei tanto em Belém quanto aqui. Sou alfaiate por vocação. Aqui conheci os grandes alfaiates: Wasquez, o espanhol, Carlos Sousa, Brito, o português, Chico Santos, Zé Luz, Zé Costa, todos falecidos. Antigos alfaiates do século passado.

Fui cortador chefe das oficinas da Casa Branca, uma das maiores e mais chics daqui. Trabalhei lá uns quinze anos, no tempo de grande movimento nas oficinas. Não tinha roupa pronta como hoje.

Com essa idade toda ainda adoro minha profissão. Gostaria de voltar atrás uns trinta e cinco

anos para ser alfaiate novamente. Começaria tudo de novo.

Todas as profissões são bonitas. O médico tem seu valor, a saúde das pessoas é muito importante, porém a profissão mais bonita para mim é a de alfaiate. É coisa importante uma boa roupa, a roupa do indivíduo.

Se eu tivesse influência, aconselhava os governantes a incluir, no último ano ginasial, uma parte de costura. Não para ser alfaiate ou costureira, mas para enfrentar a vida. Isto é útil para homem e mulher na estrada da vida. O moço casa e a primeira coisa que ele compra para sua mulher é uma máquina bonita. Certo dia a calça do marido descostura e ela faz miséria na calça diminui o ponto da máquina que funcionará como uma navalha, cortando tudo. Assim a esposa decepçiona o marido.

É uma profissão que exige desde o conhecimento do ponto da máquina, fundamental para um bom produto.

Trabalho nisto há muitos anos (1922 já era alfaiate) e não estou arrependido. Não foi a profissão que me impediu de ganhar muito dinheiro e ficar rico. É porque não tenho dom, não nasci para ser rico. Também não sou um coitado, um necessitado.

A maior parte do meu sucesso profissional devo a mim mesmo. É uma profissão que tem muito por que. Quando faço uma roupa para alguém e surge um defeito, eu pergunto porque e na hora que aquela pergunta é respondida, descubro a origem do defeito, é mais uma vitória, fico senhor daquilo.

A melhor fase de minha vida de alfaiate foi a de cortador. Fui gente grande aqui, entre 1934 a 1945. Tirava as medidas, cortava e dava prova nas roupas do pessoal mais importante da cidade. O resto do

trabalho ficava a cargo dos auxiliares que executavam aqui lo que estava sob a minha responsabilidade.

Em 1936 casei com a sobrinha do General Luís Machado. Tive dez filhos e os criei com esta profissão. Hoje sou feliz, realizado, com todos os filhos criados e com saúde até de sobra.

É preciso se trabalhar por vocação para agtumentar e compreender os absurdos de certos fregueses. No mais, tudo é bom.

NOME: JOSÉ CARNEIRO FERREIRA

DATA NASCIMENTO: 29/JANEIRO/1 902

LOCAL: GUIMARÃES

PROFISSÃO: Serralheiro e Ferreiro

Mamãe me mandou para a cidade para aprender uma profissão. Lá em Guimarães não tinha muita coisa para se fazer ou aprender. O único trabalho que tinha era na roça e minha mãe não me queria para a roça, seu sonho era eu ser um ferreiro. Não fazia muita questão de eu aprender ler e escrever, sempre quis uma profissão para eu ter de que viver. Ler e escrever, dizia ela, só dá futuro pra branco.

Vim com doze anos de idade para a cidade, em companhia de um primo marceneiro que já trabalhava numa oficina, com o Mestre Raimundo Pereira, vulgo Surubim.

Mesmo que a gente quisesse aprender a ler não dava, pois começávamos a trabalhar na oficina às 6 horas da manhã até às 12 e de 13 às 18 horas. Naquele tempo discípulo respeitava Mestre ...

Meu Mestre, Ambrósio Raimundo dos Santos era de São Vicente Ferrer. Lá aprendeu a profissão de ferreiro e veio para cá onde colocou uma grande oficina. Tinha uma enorme casa que abrigava 36 discípulos. Num grande corredor eram armadas as 36 redes. Sua dispensa tinha caixotes que guardavam farinha, arroz, feijão, etc...às 5 horas da manhã ele botava os 36 para tomarem banho e logo

depois fazerem o fogo da caldeira, nos foles para as 6 já está tudo pronto para começar o serviço. Afora esses 36 tinham outros que não moravam com ele, somando-se ao todo 48 discípulos. Enquanto minha tia foi viva morei com ela, depois de sua morte passei para a casa do Mestre.

Sempre no meio daqueles meninos tinha um perdido, e como não era tão bom quanto os outros no ofício ficava fazendo fuchico para o Mestre de coisas que os outros não tinham feito. O Mestre nem apurava a verdade, ia logo executando. Assim, a gente apanhava, merecendo ou não.

Toda a aprendizagem era feita a gente olhando e fazendo. Primeiramente se tocava o fole; depois ia se fazendo uma grelha, uma pequena grade, etc... Nessa grande oficina tinham muitos operários com um ou dois discípulos ao seu lado, lhe auxiliando. Esse auxílio consistia em ir fazendo as coisas mais simples. Ex: abrir rosca no parafuso, no gancho, na porca, furando a grade. E aí de quem fizesse um furo errado, fora do lugar. Apanhava bolo. Naquele tempo não havia as soldas que hoje existem. Era tudo cravado. Tinha que se abrir um buraco em cada local de emenda para depois cravar um por um. Esse serviço mais simples e chato de fazer era executado pelos discípulos e os oficiais faziam as coisas mais difíceis. O Mestre fazia o trabalho mais importante. Desenhava tudo, moldava e os outros oficiais executavam o que ele tinha planejado.

Muito trabalho difícil não foi passado para essa gente nova. O trabalho com chumbo onde usava-se formas. Esses ferreiros novos nem conhecem. Aquelas grades trabalhadas que muito se vê nesses sobrados antigos tinham desenhos lindos em chumbo nas suas emendas, não aparecendo nenhuma emenda nem solda. Para se sentar uma sacada de ferro em cima de uma soleira de pedra de cantaria, fazia-se o buraco na pedra, colocava-se a ponta de ferro da grade e depois chumbava-se. Ficava um trabalho perfeito, seguro e bonito. Hoje em dia não se vê mais um

trabalho desse tipo.

Os antigos exigiam a perfeição no trabalho. Do contrário entrava em cena a palmatória ou o rabicho. Rabicho é aquela peça de couro com uma argola de metal que se põe no burro para segurar a carroça. O Mestre segurava na argola e batia na garotada com aquela grande sola.

Todos os operários que meu Mestre deixou podiam ir para qualquer lugar que não se envergonhavam do que sabiam. Hoje, não. Um entra hoje numa oficina, mal aprende e amanhã já pensa que é um profissional e começa a fazer trabalho mal feitos, sem nenhum capricho. Nem zelam pelo seu nome.

Hoje em dia só os antigos ferreiros ou serralheiros fazem certo tipo de trabalho. Chave, essa gente jovem não é capaz de fazer. Já compram feitas e só fazem adaptar à fechadura. Trabalho com chumbo, tem uns que nunca viram uma forma, nem sabem como se faz. Não sabem porque já não vêm ninguém fazer e também porque o chumbo está muito caro e raro. Nem se vê mais nas casas de comércio chumbo para vender. Quando tenho algum trabalho alguma restauração a fazer compro na casa de "ferro velho" daqueles canos que os antigos usavam para gás e que com as demolições das casas antigas ainda se encontra.

Meu Mestre quis transmitir tudo o que sabia para seus filhos, porém ninguém deu para essa profissão.

Eu gosto da minha profissão. Tenho vocação para ferreiro. Não sei se é porque desde pequenino ouvia minha mãe dizer: "vou ti mandar para a cidade para tu aprender pra ser ferreiro".

Em 1934 fui trabalhar na Fábrica Mar-

tins. Em 1935 fui para a Fábrica São Luís, como ferreiro. Fiquei naquela fábrica por muito tempo até que resolvi colocar minha oficina, onde trabalho de ferreiro(aquele que faz as peças no fogo) e também de serralheiro(faz tudo com o ferro frio, serrando, limando).

Até hoje tenho minha oficina que fica na Rua do Norte, 548.

Tenho muito orgulho de ser ferreiro porque sei que sou um bom profissional.

NOME: JUVENAL PENHA FARIAS
DATA NASCIMENTO: 03/MAIO/1 890
LOCAL : SÃO BENTO
PROFISSÃO : Tanoeiro

Nasci em São Bento onde vivi até mais ou menos uns oito anos de idade. Sou o caçula de uma prole de 24 filhos. Éramos 14 homens e 10 mulheres. A situação em São Bento não era das melhores e porisso o velho foi aventurar a vida no Pará que nesse tempo atraía muita gente para lá. Minha mãe, na ausência do meu pai, resolveu mudar-se para São Luís para trabalhar como lavadeira de casa de brancos que ela conhecia de São Bento. Assim ela sustentou muitos dos seus filhos.

Nessa época as mães queriam que os filhos aprendessem um ofício. Não faziam questão de leitura e escrita. Os filhos tinham que fazer alguma coisa para ajudar. Trabalhei com uns oito anos numa quitanda. Era tão pequeno que colocava uma caixa para subir e aparecer do outro lado do balcão. Nesse trabalho tive um mal entendido com alguém que me disse: "tu trabalha aí mas isso nem é teu ... Fiquei pensativo e resolvi aprender alguma coisa para trabalhar para mim, por conta própria.

Fui para a oficina do Mestre Policarpo Jansen de Moraes aprender para tanoeiro. Serviço importante e difícil. Importante porque o comércio precisava muito de tinhas, barris, dornas, ancoretas e cartolas para depositar alcol, vinagre, cachaça, etc... Difícil porque o que era feito em Portugal em máquinas próprias, nós aqui tínhamos de fazer tudo à mão. Desde a preparação de

táboas, plainar e aparelhar (as extremidades são em uma largura e o diâmetro do meio do barril é bem mais largo) fazer um arco do tamanho certo passar o arco em volta das táboas, vai-se enchendo o arco até completar o diâmetro em táboas. Apertar as táboas até ajustá-las, passar o 2º arco e depois fechar.

O Mestre fazia, a gente olhava e aprendia fazendo: com a mão na plaina, na enxó. Quando ele via que a gente já tinha assistido ele fazer algumas vezes, mandava a gente fazer. Quando se errava, apanhava-se bolo. Quando o discípulo perdia as contas, começava a apanhar do primeiro. Quando mais de um aprendiz fazia a mesma coisa, quem fazia melhor dava bolo em quem não fez bem. A gente tinha muito medo quando ele ia olhar o serviço que a gente fez, porque se ele dissesse NÃO ESTÁ BOM, logo viria um castigo. Tomava-se a bênção do Mestre.

Os aprendizes é que ajudavam o Mestre a preparar as encomendas que o comércio fazia. No fim da semana ele vinha com a mão cheia de dinheiro e perguntava muitas vezes quantos dias a gente tinha trabalhado. Se dizia, e ele passava o dinheiro para a outra mão. Tornava a perguntar e depois de muitas vezes resolvia pagar, porém nunca pagava os dias todos, ficando o resto para o meio da outra semana. Nunca a gente tinha o que precisava. Eu tinha aquele ofício para ajudar a minha mãe que precisava de dinheiro e nunca trazia o suficiente. Fui me chateando com aquilo e resolvi fazer a minha oficina, em 1914.

Fui produzindo, trabalhando até que o sobrado onde me instalei ameaçou cair, época em que me mudei para defronte, onde trabalho até hoje. Fica no Beco do Quebra-Costa, 36.

Quando eu recebia dinheiro dava para minha mãe que me mandava comprar 1.50 ks. de carne. Quando meus colegas me viam sair com a pesada boa de carne

ficavam gritando: banqueiro, banqueiro...Tempo bom aquele. Minha mãe lavava para os brancos conhecidos de São Bento: Zefinha Castro, para os Mattos. Aliás minha gente foi dos Mattos. A cidade de São Luís era calma, muitas árvores e as ruas que hoje são tão mal frequentadas é que residiam as pessoas mais ricas da época. Naqueles sobrados da rua da Palma moravam Mariano Lisboa, Filinto Costa, etc... Lembro muito de Benedito Leite saindo do seu sobrado, todo de terno branco, cartola, bengala de cabeça de prata, rumo ao Palácio. Homem respeitável, exatamente como está na estátua da Praça que tem o seu nome.

Embora não tivesse mais escravos mas se respeitava muito essa gente e as patroas tratavam as empregadas como se ainda fossem escravas. Porque uma empregada demorou no mercado e voltou com um punhado de florzinhas no cabelo, a patroa foi esperá-la no patamar do meio da escada e deu-lhe um bofetão. A empregada irada empurrou a patroa escada a baixo e também saiu correndo para fora da casa. Quando os transeuntes passaram e olharam o tumulto, a preta começou a gritar: VIVA A REPÚBLICA !

As classes sociais se distinguiam pelos trajes. Até as profissões: o médico levava um chapéu de sol no braço enquanto o advogado usava uma bengala com cabeça de prata ou de ouro, conforme as posses.

O pobre de São Bento vivia subordinado ao mais poderoso. Eu morava na rua Pôr do Sol e cada grupo de pessoas pobres obedecia um mais rico, seu senhor. Pereira Júnior, um dos portentados de lá, logo que seu pai morreu, herdou e se mudou para o Pascoal.

Aqui em São Luís eu gostava de assistir os concertos de canto que apresentavam no Eden e também apreciava-se muito a poesia. Apolinário Martins e outros.

NOME: MARIA DE MATTOS CORTÊS
DATA NASCIMENTO: 1 900
FILIAÇÃO: Manoel dos Santos Mattos e Rosa Mattos

Meu pai nasceu a 1º.11.1855 em São Vicente Ferrer na fazenda S. Benedito de seu avô.

Foi fazendeiro em São Bento e a principal fazenda foi o Carmo. Também deixava seu gado em outros campos. O gado ficava espalhado e na ocasião da ferra os vaqueiros das diversas fazendas suas e de seus vizinhos (vaqueiros cedidos) se reuniam para fazer o levantamento do gado e respectiva ferra. Importante era o espírito comunitário reinante entre os fazendeiros: todos se reuniam para ajudar aquele que precisava ferrar seu gado. Mandavam seus cavalos, seus vaqueiros e iam pessoalmente ajudar seu amigo fazendeiro.

A pecuária foi muito importante na economia da região. São Bento foi famosa pela indústria de queijo que possuía. Hoje ainda tem, porém não se compara em termos quantitativos com a produção daquele tempo.

São Bento foi considerada a Suíça maranhense devido o seu clima. As pessoas fracas, especialmente dos pulmões iam se restabelecer lá. Também foi lugar escolhido por pessoas de várias regiões - Belém, São Luís e outras - para férias. Vinha gente chic, com trajes finos, vestidos longos nas festas, leques de pluma, luvas mitenes para poder mostrar seus anéis e pulseiras, meias

de seda e nas ruas as moças e senhoras andavam de chapéu. Enfim, todo o costume francês. Usavam espartilhos, sapatos altos, comprados em São Luís. As sambentoenses gostavam muito de jóia. Os ourives do local faziam coisas mais simples: cordões, pulseiras, alguns consertos, etc... porém as jóias que ganhávamos eram compradas em São Luís. De lá também, vinham os brinquedos, sapatos da última moda, fazendas para roupas mais finas. São Bento tinha algumas lojas porém as famílias mais abastadas compravam os artigos mais finos em São Luís.

São Bento tinha Bandas completas que tocavam nas festas religiosas, nas da Vereação, etc. Certos instrumentos da Banda é que eram tirados para formar as orquestras que tocavam nas festas dançantes, que geralmente eram nas casas das famílias.

Os fazendeiros tinham casas na vila e casa-grande nas fazendas. As famílias dos fazendeiros só iam para as fazendas na época das férias, no verão ou em passeios para tomar caldo-de-cana. Os rapazes iam à cavalo com suas garotas na garupa. Os cabriolés transportavam as senhoras, crianças, etc., nos passeios que faziam até as fazendas. Na época invernosa ficavam na vila ou em São Luís para estudar.

Pessoas importantes iam passear, passar meses em São Bento.

A vila recebeu Companhias Italianas de teatro para distrair as famílias sambentoenses. Cantos, peças de teatro, transformistas, etc.

As famílias de projeção - os Brito, os Pereira, os Mattos, Araújo Castro, os Condurús, os Pache - co, etc. viviam como nas grandes cidades: servidos por escravos, depois por empregados que traziam bandejas com conjunto de porcelana e copos de cristal. A prata era mais usada em Alcântara.

As primeiras letras eram feitas lá. Os filhos dos fazendeiros tinham professores em suas casas. Só no século XX foram instaladas escolas públicas. Existiam antes escolas particulares, de senhoras que lecionavam em suas casas. As Conduras eram professoras. As Joas saba também se dedicaram ao magistério. Ler, escrever, aritmética, história e geografia e também trabalhos manuais.

O fazendeiro Manoel dos Santos Mattos (Major Maninho) mandou educar seus filhos no Rio e na Bahia e não queria vê-los na fazenda. Um fez Direito no Rio e fixou-se em São Luís; outro fez Medicina na Bahia e foi morar em Minas Gerais; o terceiro formou-se em Guarda-Livros e radicou-se em Manáus. Suas quatro filhas (Cotinha, Chiquinha, Janoca e Ritinha) receberam aulas com professoras particulares na Vila de São Bento e somente as duas mais novas continuaram seus estudos em São Luís, onde fizeram o Curso Normal. Essas normalistas não voltaram para São Bento: uma foi para o Rio e a outra ficou em São Luís. As que ficaram em São Bento falavam fluentemente o francês, ensinado por um padre. So. utilizavam este idioma quando chegava alguém que falava com elas. Não liam romances em francês. Elas contavam que aprenderam o alfabeto soletrado e cantado.

Uma morreu e a outra ficou em São Bento tomando conta das propriedades, conservando as poucas cabeças de gado que restaram e um só vaqueiro. O engenho funcionou ainda por algum tempo e depois fracassou. Foi entregue a descendentes de escravos que não souberam continuar os trabalhos do engenho, plantações e criação de gado.

Quanto à parte social, houve muita discriminação. Menina fina não ia em quitanda, preto não frequentava nossas festas. Teve um promotor - Correia Pinto - que era de cor. Embora fosse formado, minha família não deixava dançarmos com ele.

A classe pobre também ficava separada.

Tratávamos bem os pobres, os trabalhadores eram tratados como filhos, com carinho, porém cada um no seu lugar.

Lá tinha escravos, pobres e abastados . Os primeiros assumiram sua condição mostravam-se humildes, diferentes, submissos. Mesmo depois da abolição agradavam, levavam frutas, ovos, presentes humildes para os brancos. Contudo, os pobres eram mais felizes, não tinham preocupação com sua subsistência - era o Éden. Moravam em suas casinhas humildes porém com comida farta, caça, pesca e quase todos tinham uma vaquinha sua. A cidade, cercada de campos por todos os lados dava idéia de uma ilha e aí, bem próximo a qualquer dos pontos dela, o pobre tinha o sirí, o peixe, as aves aquáticas, etc. para comer.

O Senador Ribeiro Gonçalves tinha uma fazenda em Picos, entre São Bento e Cajapió. Ia muito lá e São Bento era passagem obrigatória. Hospedava-se com a Mestra Candoca e nessas ocasiões eram oferecidos saraus festas e encontros agradáveis. Lá na casa da Mestra Candoca era o centro de reuniões da classe abastada. Os trajes das festas era a rigor. Eu tinha mais ou menos uns 10 anos e fui espiar algumas vezes.

As procissões eram lindas. Tia Candoca tomada a liderança da organização das festas da Igreja . Convocava os pais para vestir seus filhos de anjos, apareciam as três virtudes, todos em volta do andor. Toda a vila comparecia. As festas de Natal também eram muito animadas : Missa a Meia Noite, ceia. Na época dos Reis, os pobres organizavam o grupo para fazer a visitação nas residências, com os três Reis, o branco, o mulato e o preto acompanhados dos anjos. Passavam pelas casas das famílias de posse que ofereciam chocolates e doces, bolos podres, doces de espécie (com forma de bichinhos, de coração), pão-de-ló, etc. As visitas também se estendiam às casas pobres e eram sempre acompanhadas com bandas de música que tocavam música específica de Reis. Os pobres que organizavam esses grupos eram aqueles arremedados que podiam fazer essas roupas típicas.

A Semana Santa era um sacrifício para as crianças, não se podia gritar, correr, brincar mais animadamente, era verdadeiro castigo, era muito sofrido. Quando as crianças faziam alguma algazarra os pais ameaçavam dizendo: "sábado tu me pagas". Não se ouvia uma música, uma exclamação alegre, nada. As crianças tinham de ser contaminadas com a tristeza que os adultos demonstravam sentir com a morte de Cristo. Tinha família tão exagerada que impedia até de varrerem a casa desde terça feira. Sábado da Aleluia era uma alegria: sinos tocavam, as crianças regozijavam, enfim, rompia-se a aleluia. Em compensação, muitos eram surrados por malfeitos anteriores.

NOME: Rosa de Lima Viégas Dias
DATA NASCIMENTO: 30/agosto/1 896
FILIAÇÃO: Raimundo dos Santos Viégas e Ana Francisca Pereira Viégas

Meu bisavô, português fixado em Alcântara era juiz de Direito, além de dono de muitas terras onde botava os pretos para roçar e também aforava para aqueles pobres que viviam por perto. Além de dono de terra tinha uma casa de comércio em Monte Alegre - Tubarão, onde se vendia de tudo: desde a fazenda, café, açúcar e esses mantimentos muitas vezes eram pagos com ovos. Quando ele juntava grande quantidade de ovos, mandava vender em São Luís.

Um dia ele foi fazer um casamento e lá estava um homem que foi condenado, castigado por ele como Juiz. Dizem que esse homem botou veneno no vinho dele. Depois da cerimônia e dos brindes ele tomou seu cavalo e voltou para casa. Minha bisavó estava na porta e notou que ele vinha cambaleando. Foi só chegar na porta, morreu.

Meu avô, Antônio Cândido Pereira de Abreu, rico também, casou com Francisca Libânia da Silva Pereira de Abreu. Ambos são de Alcântara. Depois foram para São Bento, deixando lá até sobrado. Tiveram sempre muita fartura. O boi, o porco, o carneiro, a farinha e leite que sobravam eram dados para os pobres que moravam perto. Não se fazia queijo na fazenda do meu avô. O leite que sobrava de noite se botava para cachorro.

Na ferra, vinha vaqueiro de todo lado. Eu

ia para o chiqueiro de bezerros com meu avô que levava um caderno para anotar o número de vacas, bois, bezerros de cada lugar, pois tinha várias fazendas. Além dos seus vaqueiros vinham vaqueiros de outros criadores para ajudar na ferra que era sempre no mês de agosto. Vinha gente de São Bento Velho, Pinheiro, S. Vicente, etc. Nessa ocasião fazia-se tachos de doce de leite, matava-se boi, galinha, catraio, peru para todos comerem com arroz, farinha e feijão, tudo das terras.

Meu avô trazia de São Luís para mim, e do Pará também, bonecas de louça. As de pano feitas lá mesmo eram as empregadas das de louça. Minha avó não sabia nem passar um café, pois até para levantar era pela mão de escrava. Contudo sabia fazer rendas lindas. Fazia calcinhas de renda para mim. Ainda hoje tenho um chambre enfeitado com rendas feitas pela minha avó e que irá de baixo de minha cabeça, no caixão, quando eu morrer.

Escravos não aprendiam, só roçavam.

Minha mãe disse que quando eu nasci fazia oito anos que tinham decretado a liberdade dos pretos. Na fazenda do meu avô muitos ficaram e ele deu lugar para fazerem suas casas. Em troca disso continuaram trazendo carvão, lenha, enchiam água, as mulheres faziam a comida, etc... Os que moravam mais longe, quando chegavam lá, tiravam o facão da cintura, o chapéu da cabeça, se ajoelhavam e tomavam a bênção.

Quando pegavam uma caça traziam um pedaço; o peixe, a mesma coisa. Em compensação, quando se matava um boi, carneiro, o que sobrava era distribuído para os ex-escravos.

Meus avós paternos eram pobres. Ele, José Viégas, esteve em São Bento e deixou esse filho (meu pai) por lá. Ela, Isabel dos Santos Pereira da Silva vivia de fazer renda. Fazia renda todo o tempo.

Ricos e pobres faziam rede para ven-

der. Os comerciantes compravam para vender em São Luís . Nos teares se batiam as redes numa variedade enorme de feitios: rêde fôfa, tapueirana, de um canutão (essa é mais fácil e mais simples), a de carrinho, a de fio da Bahia, de linha de lustro, de fiosinho e de linha (em meadas). As linhas melhores se comprava em São Luís. As varandas das redes eram feitas à mão e podiam ser em cordão, de crochet ou de labirinto.

Essas redes podem ser batidas ou tecidas. As linhas que vinham de fora eram coloridas; as da qui eram brancas e tinturadas com anilina. Tinham cadernos vindo de fora com modelos de bordados, abecedários, etc... As redes feitas para enxovais de casamento geralmente tinham o nome dos noivos e a data do enlace.

O ensino na época da escravatura eu não sei. No meu tempo, em São Bento tinham professoras famosas. As Condurú, as 3 Cruz, as Joaçaba Cruz todas tinham colégios particulares. D. Maria Menezes e d. Iza-belinha da Encarnação foram minhas professoras. Com a primeira estudei desde os 7 anos até os 10. Com a segunda estudei desde os onze anos até quando fundaram o Grupo Escolar, cujo primeiro professor foi Luís Lobato Viana, irmão mais velho de Fernando Viana. D. Pureza da Torre Dalton substituiu aquele professor que veio para São Luís. Com ela fiz até o 6º ano e não continuei meus estudos em São Luís porque fui filha única e meus pais não quiseram se separar de mim.

Eu tinha vontade mesmo era de ser costureira. Com 13 anos pedi para meu pai uma máquina de costura, e trabalho até hoje nessa profissão. Uma prima legítima e minha mãe de leite, famosa costureira, me chamava para sua casa para eu ver ela talhar e depois eu costurava. Aprendi por mim mesma, por vocação pois na hora que ela estava talhando eu estava brincando.

Lá tinha alfaiate, pedreiro, marceneiro, funileiro (papai Guilherme fazia caneca, papeiro, caçar-

la, tudo de flandre para vender). O mestre João Nogueira ensinou meu filho mais velho a profissão de alfaiate e ele ganhou muito dinheiro fazendo roupas nas horas de folga. Teve a sorte de logo se empregar como balconista na Rianil e assim de alfaiate só trabalhou como biscateiro. O meu filho mais novo estudou para sapateiro, porém nunca fez nada, a não ser uma meia sola em casa mesmo, ou outro qualquer consertinho banal.

Nesse tempo a moral era rigorosa. Uma moça da sociedade de São Luís ficou grávida de um cunhado e mandaram-na para São Bento para ter o filho. Certa madrugada chamaram seu Ariston Castro na porta dizendo para receber um côfo de marrecas que o sr. Mano Costa tinha lhe mandado de São Bento Velho. Quando o velho pegou o côfo e entregou para sua mulher viram que era uma criança muito alva, quase morta. Chamaram minha avó para cortar seu umbigo e depois levaram a menina para minha mãe amamentar, pois eu tinha oito dias de nascida. Os lábios da criança estavam colados de tanta sede. Assim, aquele casal criou o erro de uma moça da alta sociedade de São Luís.

NOME: SIMPLÍCIO CASSIANO DINIZ
DATA NASCIMENTO: 13/AGOSTO/1 925
LOCAL: Macapã, atual Peri-Mirim
PROFISSÃO: Alfaiate

Nasci e me criei em Peri-Mirim. Sou filho de lavradores e também trabalhei na lavoura até aos quinze anos. Nesse mesmo tempo, meu pai me colocou no colégio onde fiz até o 4º ano primário. O ideal dele era eu e meus irmãos sairmos desse trabalho pesado de lavoura e para isso procurou colégio para nós e nos colocou em oficina para termos uma profissão. Sou feliz com os estudos que tenho, nunca me fez falta maiores conhecimentos de letras. Sei o suficiente para desenvolver minha profissão e isto me basta. Sei ler, escrever e calcular, particularmente dividir e isto é o exigido para ser um bom cortador.

Com quinze anos de idade meu pai me colocou na oficina do Mestre Marcelino Botão lá mesmo em Peri-Mirim, onde passei um ano, observando como ele trabalhava, limpando a oficina, limpando e lubrificando a máquina, auxiliando, caseando e fazendo baínha em roupa. Dalí, fui para São Bento para a alfaiataria de João Nogueira: Já tinha passado daquele primeiro estágio e já costurava. Por último já cortava e provava. Nessa alfaiataria me aperfeiçoei.

Em 1 943 vim para São Luís onde resido e trabalho até hoje. A princípio, trabalhei com Antonio Diniz e quando ele viajou para o Rio fiquei com a sua oficina, nesta mesma rua.

Eu e todos os aprendizes do meu tempo tínhamos muito respeito ao nosso mestre. Até morava na casa do mestre João Nogueira, em São Bento. Ele ficava trabalhando e eu observando. Aprendi fazendo. Quando errava, desmanchava para fazer novamente. Somente o cortar era assistido pelo mestre. Os demais trabalhos ele olhava no fim.

Sempre dependi e vivo de minha profissão; por isso gosto dela. Apesar de muitos dizerem que ela é fracassada, para mim, nunca fracassou.

NOME: ZÉLIA VIANA AZEVEDO
DATA NASCIMENTO: 07/setembro/1899
FILIAÇÃO: Manoel Ferreira Viana e Ana Lobato Viana

Professora formada pela Escola Normal de São Luís do Maranhão.

Nasci onze anos depois da abolição onde os reflexos daquela sociedade escravista eram muito fortes. Tudo era muito recente. Minha gente teve muitos pretos cativos, porém não temos notícia de nenhum algoz. Minha mãe contava que nossa família não surrava escravos. Só houve um caso: existiu um negrinho que deu para tirar comida da panela da senzala. A preta mãe dele sabendo disso colocou a mão do pretinho na panela quente e a queimou para não ser ladrão. A senhora mandou dar uma surra na preta para saber que não é bom se maltratar as pessoas. Foi o único caso de surra tanto no Engenho de Canarana quanto na Fazenda de Santa Luzia.

Com todo o bom trato, e embora muitos escravos tenham ficado nas terras, mamãe contava que no dia 13 de maio tinha uma negra fazendo quarto de defunto, não sei se para sua mãe ou para sua filha, quando a notícia correu. A negra largou a defunta e saiu correndo para acompanhar a passeata, esquecendo-se da tristeza da perda de seu parente, enchendo-se de alegria por ser livre.

Eu disse muitos escravos, modo de dizer porque no 13 de maio a família já estava empobrecendo.

São Bento foi terra de intelectuais, po-

rêm as letras foram cultivadas geralmente pelos homens. As mulheres pouco aprendiam. Houve exceção, inclusive na nossa família, Mamãe era letrada.

A vida social foi muito intensa. Naviam muitas festas, porém com muita separação: festa de primeira classe, de segunda e de terceira classe. As classes não se misturavam. A primeira era a dos ricos, a segunda dos arremedeados, moradores mesmo da cidade e a terceira, de gente pobre.

No setor da educação, São Bento também se destacou entre os outros municípios.

A Escola da Mestra Candoca foi famosa e existiu da época do Império. Foi uma professora educada, liberal com as alunas. Ensinava meninas de famílias boas. Talvez porisso a Mestra não exorbitava na função de professora. A gente ba tinha preocupação com a educação dos filhos. Ser padre, advogado, médico era o desejo dos pais para não deixar os filhos nas fazendas.

Não havia ascensão social na época do império. Mamãe dizia que o tratamento era rígido; até hoje existe entre nós resquícios disto: empregada não come na nossa mesa, não vê televisão no mesmo ambiente, etc. Por mais que a gente saiba que não é mais tempo de escravos mas fica sempre isto... As classes sociais não se misturavam. Como resquício disto vejo a atitude de mamãe fazendo questão de nós nos distanciarmos das empregadas. As meninas brancas tinham de chamá-las de NHÁ, isto até no meu tempo, no século XX. Nhá Isaura foi uma preta nossa empregada que tinha toda autoridade sobre nós e nossa afeição, porém era Nhá. Quando ficou velhinha meus irmãos decidiram colocá-la numa casinha e dar uma mesada. Sempre digo que o primeiro caso de aposentadoria para pessoa idosa no Brasil, foi o de Nhá Isaura.

Tese apresentada aos Srs.

Nome dos
componentes da
banca examinadora

Circe Navarro Rivas
Circe Navarro Rivas

Newton Lins Buarque Sucupira
Newton Lins Buarque Sucupira

Robert W Slenes
Robert Slenes

Visto e permitida a impressão

Rio de Janeiro, 18 / 11 / 1982

Newton Lins Buarque Sucupira

Coordenador Geral de Ensino

José Inácio Costa Calazans
Coordenador Geral de Pesquisa